



ESTADO DO MARANHÃO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
PALÁCIO MANUEL BECKMAN  
**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**



ANO XLVI - Nº 076 - SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2019. EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS  
184º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO  
52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19.ª LEGISLATURA

**SUMÁRIO**

|                             |                        |
|-----------------------------|------------------------|
| RELAÇÃO DE ORADORES.....03  | RESUMO DA ATA.....16   |
| ORDEM DO DIA.....03         | SESSÃO SOLENE.....17   |
| PAUTA.....03                | RESENHA.....27         |
| SESSÃO ORDINÁRIA.....04     | AVISO.....30           |
| PROJETO DE LEI.....04       | ADITIVO.....30         |
| PROJETO DE RESOLUÇÃO.....07 | APOSTILA.....31        |
| REQUERIMENTO.....07         | TERMO DE AJUSTE.....31 |
| INDICAÇÃO.....07            |                        |

**MESA DIRETORA**

Deputado Othelino Neto  
Presidente

- |   |  |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Glalbert Cutrim (PDT)     | 1.º Secretário: Deputada Andreia Martins Rezende (DEM) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputada Detinha (PR)              | 2.º Secretário: Deputada Dr.ª Cleide Coutinho (PDT)    |
| 3.º Vice-Presidente: Deputada Dr.ª Thaiza Hortegal (PP) | 3.º Secretário: Deputado Pará Figueiredo (PSL)         |
| 4.º Vice-Presidente: Deputado Roberto Costa (MDB)       | 4.º Secretário: Deputada Daniella Tema (DEM)           |

**BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO MARANHÃO**

- |  |  |
|--|--|
| 01. Deputado Adelmo Soares (PC do B)       | 14. Deputado Glalbert Cutrim (PDT)         |
| 02. Deputada Andreia Martins Rezende (DEM) | 15. Deputada Mical Damasceno (PTB)         |
| 03. Deputado Antônio Pereira (DEM)         | 16. Deputado Neto Evangelista (DEM)        |
| 04. Deputado Ariston Sousa - (AVANTE)      | 17. Deputado Othelino Neto (PC do B)       |
| 05. Deputado Carlinhos Florêncio (PC do B) | 18. Deputado Pará Figueiredo (PSL)         |
| 06. Deputada Daniella Tema (DEM)           | 19. Deputado Pastor Cavalcante (PROS)      |
| 07. Deputada Dr.ª Cleide Coutinho (PDT)    | 20. Deputado Paulo Neto (DEM)              |
| 08. Deputado Dr. Yglésio (PDT)             | 21. Deputado Prof. Marco Aurélio (PC do B) |
| 09. Deputado Duarte Júnior (PC do B)       | 22. Deputado Rafael Leitoa (PDT)           |
| 10. Deputado Edivaldo Holanda (PTC)        | 23. Deputado Ricardo Rios (PDT)            |
| 11. Deputado Edson Araújo (PSB)            | 24. Deputado Zé Gentil (PRB)               |
| 12. Deputado Fábio Macedo (PDT)            | 25. Deputado Zé Inácio Lula (PT)           |
| 13. Deputado Felipe dos Pneus (PRTB)       | 26. Deputado Zito Rolim (PDT)              |

Líder: Deputado Prof. Marco Aurélio

Vice-Líderes: Deputado Adelmo Soares  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Duarte Jr.

**BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PR/PMN**

01. Deputada Detinha (PR)
02. Deputado Dr. Leonardo Sá (PR)
03. Deputado Hélio Soares (PR)
04. Deputado Vinícius Louro (PR)
05. Deputado Wendell Lages (PMN)

Líder: Deputado Vinícius Louro

**BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - MDB/PV**

01. Deputado Adriano (PV)
02. Deputado Arnaldo Melo (MDB)
03. Deputado César Pires (PV)
04. Deputado Rigo Teles (PV)
05. Deputado Roberto Costa (MDB)

Líder: Adriano

**BLOCO PARL. SOLIDARIEDADE PROGRESSISTA**

01. Deputado Ciro Neto (PP)
02. Deputada Dr.ª Helena Duailibe (Solidariedade)
03. Deputada Dr.ª Thaiza Hortegal (PP)
04. Deputado Fernando Pessoa (Solidariedade)
05. Deputado Rildo Amaral (Solidariedade)

Líder: Deputado Rildo Amaral

**PARTIDO SOCIAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB**

01. Deputado Wellington do Curso (PSDB)

**LÍDER DO GOVERNO**

Deputado Rafael Leitoa

**LICENCIADO**

Deputada Ana do Gás (PC do B) - Secretário de Estado  
Deputado Márcio Honaiser (PDT) - Secretário de Estado  
Deputado Marcelo Tavares (PSB) - Secretário de Estado



# COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

## I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

### Titulares

Deputado Neto Evangelista  
Deputado Rafael Leitoa  
Deputado Zé Inácio Lula  
Deputado Antônio Pereira  
Deputado Wendell Lages  
Deputado Fernando Pessoa  
Deputado César Pires

### Suplentes

Deputado Prof. Marco Aurélio  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Duarte Jr.  
Deputado Carlinhos Florencio  
Deputado Vinícios Louro  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Adriano

**PRESIDENTE**  
Dep. Neto Evangelista  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Zé Inácio Lula  
**REUNIÕES:**  
Terças-Feiras | 08:30  
**SECRETÁRIA**

## II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

**PRESIDENTE**  
Dep. Carlinhos Florencio

**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Hélio Soares

**REUNIÕES:**

**SECRETÁRIA**

### Titulares

Deputado Carlinhos Florêncio  
Deputado Hélio Soares  
Deputado Paulo Neto  
Deputado Ricardo Rios  
Deputado Zé Gentil  
Deputado Ciro Neto  
Deputado Rigo Teles

### Suplentes

Deputado Fábio Macedo  
Deputado Eivaldo Holanda  
Deputado Pastor Cavalcante  
Deputado Adelmo Soares  
Deputado Vinícios Louro  
Deputado Fernando Pessoa  
Deputado Adriano

## III - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

### Titulares

Deputado Hélio Soares  
Deputado Eivaldo Holanda  
Deputada Mical Damasceno  
Deputado Zé Inácio Lula  
Deputado Ricardo Rios  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado César Pires

### Suplentes

Deputado Antônio Pereira  
Deputado Adelmo Soares  
Deputado Duarte Jr.  
Deputado Pastor Cavalcante  
Deputado Wendell Lages  
Deputado Ciro Neto  
Deputado Adriano

**PRESIDENTE**  
Dep. Hélio Soares  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Eivaldo Holanda  
**REUNIÕES:**  
**SECRETÁRIO**

## IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho

**PRESIDENTE**  
Dep. Adelmo Soares

**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Vinícios Louro

**REUNIÕES:**

**SECRETÁRIA**

### Titulares

Deputado Adelmo Soares  
Deputado Vinícios Louro  
Deputado Duarte Jr.  
Deputada Mical Damasceno  
Deputado Neto Evangelista  
Deputado Fernando Pessoa  
Deputado Arnaldo Melo

### Suplentes

Deputado Eivaldo Holanda  
Deputado Zé Gentil  
Deputado Felipe dos Pneus  
Deputado Paulo Neto  
Deputado Hélio Soares  
Deputado Rigo Teles

## V - Comissão de Saúde

### Titulares

Deputado Ricardo Rios  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Felipe dos Pneus  
Deputado Antonio Pereira  
Deputado Vinícios Louro  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Adriano

### Suplentes

Deputado Rafael Leitoa  
Deputado Fábio Macedo  
Deputado Edson Araújo  
Deputado Zé Inácio Lula  
Deputado Wendell Lages  
Deputado Ciro Neto  
Deputado Arnaldo Melo

**PRESIDENTE**  
Dep. Ricardo Rios  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Dr. Yglésio  
**REUNIÕES:**  
Quartas-Feiras | 08:30  
**SECRETÁRIA**

## VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

**PRESIDENTE**  
Dep. Dr. Yglésio  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Hélio Soares

**REUNIÕES:**

**SECRETÁRIA**

### Titulares

Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Hélio Soares  
Deputado Carlinhos Florêncio  
Deputado Pastor Cavalcante  
Deputado Adelmo Soares  
Deputado Ciro Neto  
Deputado Rigo Teles

### Suplentes

Deputado Eivaldo Holanda  
Deputado Neto Evangelista  
Deputado Prof. Marco Aurélio  
Deputado Zé Inácio Lula  
Deputado Wendell Lages  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Arnaldo Melo

## VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

### Titulares

Deputado Duarte Jr.  
Deputado Zé Inácio Lula  
Deputado Edson Araújo  
Deputado Eivaldo Holanda  
Deputado Wendell Lages  
Deputada Drª Helena Duailibe  
Deputado Adriano

### Suplentes

Deputado Prof. Marco Aurélio  
Deputado Paulo Neto  
Deputado Neto Evangelista  
Deputado Wellington do Curso  
Deputado Leonardo Sá  
Deputado César Pires

**PRESIDENTE**  
Dep. Duarte Jr.  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Zé Inácio Lula  
**REUNIÕES:**  
Terças-Feiras | 08:30  
**SECRETÁRIA**  
Silvana Almeida

## VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos

**PRESIDENTE**  
Dep. Felipe dos Pneus  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Leonardo Sá

**REUNIÕES:**  
Quartas-Feiras | 08:30

**SECRETÁRIA**

### Titulares

Deputado Felipe dos Pneus  
Deputado Leonardo Sá  
Deputada Mical Damasceno  
Deputado Pastor Cavalcante  
Deputado Paulo Neto  
Deputado Fernando Pessoa  
Deputado Adriano

### Suplentes

Deputado Zé Gentil  
Deputado Rafael Leitoa  
Deputado Fábio Macedo  
Deputado Vinícios Louro  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Arnaldo Melo

## IX - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### Titulares

Deputado Rigo Teles  
Deputado Rafael Leitoa  
Deputado Adelmo Soares  
Deputado Zé Gentil  
Deputado Zito Rolim  
Deputado Leonardo Sá  
Deputado Wellington do Curso

### Suplentes

Deputado Antonio Pereira  
Deputado Duarte Jr.  
Deputado Neto Evangelista  
Deputado Ricardo Rios  
Deputado Hélio Soares  
Deputado Ciro Neto  
Deputado César Pires

**PRESIDENTE**  
Dep. Rigo Teles  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Rafael Leitoa  
**REUNIÕES:**  
**SECRETÁRIA**

## X - Comissão de Ética

**PRESIDENTE**  
Dep. Vinícios Louro  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Ricardo Rios

**REUNIÕES:**

**SECRETÁRIA**

### Titulares

Deputado Vinícios Louro  
Deputado Ricardo Rios  
Deputado Edson Araújo  
Deputado Eivaldo Holanda  
Deputado Zé Gentil  
Deputada Drª Helena Duailibe  
Deputado César Pires

### Suplentes

Deputado Adelmo Soares  
Deputado Carlinhos Florêncio  
Deputado Pastor Cavalcante  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Leonardo Sá  
Deputado Rildo Amaral  
Deputado Arnaldo Melo  
Deputado Rigo Teles

## XI - Comissão de Assuntos Econômicos

### Titulares

Deputado Fábio Macêdo  
Deputado Wendell Lages  
Deputado Zito Rolim  
Deputado Antônio Pereira  
Deputado Paulo Neto  
Deputado Ciro Neto  
Deputado Arnaldo Melo

### Suplentes

Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Zé Inácio Lula  
Deputada Mical Damasceno  
Deputado Wellington do Curso  
Deputado Leonardo Sá  
Deputado Fernando Pessoa  
Deputado César Pires

**PRESIDENTE**  
Dep. Fábio Macêdo  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Wendell Lages  
**REUNIÕES:**  
**SECRETÁRIA**

## XII - Comissão de Segurança Pública

**PRESIDENTE**  
Dep. Rildo Amaral  
**VICE-PRESIDENTE**  
Dep. Duarte Jr.

**REUNIÕES:**

**SECRETÁRIO**

### Titulares

Deputado Rildo Amaral  
Deputado Duarte Jr.  
Deputado Dr. Yglésio  
Deputado Pastor Cavalcante  
Deputado Rafael Leitoa  
Deputado Leonardo Sá  
Deputado Arnaldo Melo

### Suplentes

Deputado Felipe dos Pneus  
Deputado Fábio Macêdo  
Deputado Paulo Neto  
Deputado Edson Araújo  
Deputado Hélio Soares  
Deputado Fernando Pessoa  
Deputado Rigo Teles



## SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20/05/2019 – 2ª FEIRA

**GRANDE EXPEDIENTE:****TEMPO DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES**

1. BLOCO PARL. DEMOCRÁTICO PR/PMN.....08 MINUTOS
2. BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO.....08 MINUTOS
3. BLOCO PARL. SOLIDARIEDADE/PP.....08 MINUTOS
4. BLOCO PARL. UNIDOS PELO MARANHÃO.....37 MINUTOS

**COMUNICAÇÃO DE LIDERANÇAS (Art. 87, § 5º do R.I.)**

5. PSDB..... 5 MINUTOS

**ORDEM DO DIA – SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20.05.2019**

**I – PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**  
**2º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

**1. PROJETO DE LEI Nº 071/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO FELIPE DOS PNEUS, QUE ASSEGURA O ACESSO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA “PERSONAL TRAINER” ÀS ACADEMIAS DE GINÁSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO PARA ACOMPANHAMENTO DOS SEUS ALUNOS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA E DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS – RELATOR DEPUTADO DUARTE JUNIOR.**

**II – PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA**  
**EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**  
**2º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

**2. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 018/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAFAEL LEITOA, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO O PREFEITO ERLANIO LUNA XAVIER. SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS GLALBERT CUTRIM, FÁBIO MACEDO, MARCO AURÉLIO E ZITO ROLIM. - COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA.**

**III - PARECER EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**  
**EM REDAÇÃO FINAL - ÚNICO TURNO**

**3. PARECER Nº 242/2019, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 015/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO DR. YGLÉSIO, QUE “REGULAMENTA O USO DOS PAINÉIS ELETRÔNICOS DO PLENÁRIO, DO PLENARINHO E DAS SALAS DAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA”. RELATOR DEPUTADO CÉSAR PIRES.**

**IV - REQUERIMENTO À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO**

**4. REQUERIMENTO Nº 279/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO VINÍCIUS LOURO, SOLICITANDO QUE DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA CONVIDADO OU CONVOCADO O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT DA REGIONAL DO MARANHÃO, SENHOR GERARDO DE FREITAS FERNANDES, PARA REUNIÃO COM ESTA CASA LEGISLATIVA, ATRAVÉS DA COMISSÃO DE OBRAS E**

**SERVIÇOS PÚBLICOS, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DA MALHA ASFÁLTICA DAS BR 135 E 316.**

**PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**DATA: 20/05/2019**

**ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 261/19**, de autoria do Senhor Deputado Felipe dos Pneus, que dispõe sobre a garantia do direito de preferência nas escolas da Rede de Ensino do Estado do Maranhão, dos filhos e/ou de crianças e adolescentes sob sua guarda, das mulheres vítimas de todo o tipo de violência doméstica.

**2. PROJETO DE LEI Nº 262/19**, de autoria do Senhor Deputado Neto Evangelista, que dispõe sobre a isenção de cobrança de tarifa bancária nas contas correntes destinada a convênios e contratos de repasse celebrados no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

**3. PROJETO DE LEI Nº 263/19**, de autoria da Deputada Andreia Rezende, que estabelece diretrizes para a implantação da Patrulha Rural no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

**4. PROJETO DE LEI Nº 264/19**, de autoria do Deputado Duarte Junior, que considera de utilidade pública o Instituto Amares Pesquisa e Conservação de Ecossistemas Aquáticos, com sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão.

**5. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 043/19**, de autoria do Senhor Deputado Prof. Marco Aurélio, que a Assembleia do Estado do Maranhão CONCEDE o título de Cidadão Maranhense a GUILHERME MAIA ROCHA.

**ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 257/19**, de autoria do Senhor Deputado Fernando Pessoa, que incorpora à malha rodoviária do Estado do Maranhão a estrada vicinal que liga os Municípios Barra do Corda e Tuntum.

**2. PROJETO DE LEI Nº 258/19**, de autoria do Senhor Deputado Vinicius Louro, que eleva os Festejos do Círio de Nazaré, do povoado Morro dos Cablocos, em Trizidela do Vale – Ma à condição de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial e Cultural do Estado do Maranhão.

**3. PROJETO DE LEI Nº 259/19**, de autoria do Senhor Deputado Wellington do Curso, que obriga bares, restaurantes, casas noturnas e estabelecimentos congêneres a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco/vulnerabilidade.

**4. PROJETO DE LEI Nº 260/19**, de autoria do Senhor Deputado Arnaldo Melo, que Classifica Nova Iorque – MA, como Município de interesse Turístico.

**5. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 042/19**, de autoria do Senhor Deputado Roberto Costa, que concede a Medalha “Manuel Beckman”, ao Senhor Thiago Roberto Moraes Diaz.

**ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 256/19**, de autoria do Senhor Deputado Arnaldo Melo, que classifica Riachão – MA, como Município de Interesse Turístico.

**2. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 041/19**, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que institui a Tribuna Livre na forma que especifica.

**ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 248/19**, de autoria da Senhora Deputada Daniella Tema, que veda a nomeação para o exercício de cargos efetivos ou comissionados, bem como prestadores de serviços, de pessoas condenadas por crime de pedofilia, no âmbito dos órgãos da Administração Pública do Estado do Maranhão.

**2. PROJETO DE LEI Nº 249/19**, de autoria da Senhora Deputada Daniella Tema, que institui a Semana Estadual da Juventude, anualmente, no Estado do Maranhão.

**3. PROJETO DE LEI Nº 250/19**, de autoria do Deputado Dr. Yglésio, que estabelece as diretrizes estaduais para a implementação de cuidados paliativos direcionados aos pacientes com doenças ameaçadoras à vida, e dá outras providências.



**4. PROJETO DE LEI Nº 251/19**, de autoria do Senhor Deputado Adelmo Soares, que dispõe a alteração da Lei Estadual da Lei 9.109 de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre custas e emolumentos.

**5. PROJETO DE LEI Nº 252/19**, de autoria do Senhor Deputado Duarte Junior, que obriga as concessionárias de telefonia fixa e celular, que atuam no Estado do Maranhão, a cancelarem a multa da fidelidade na forma que especifica.

**6. PROJETO DE LEI Nº 253/19**, de autoria do Senhor Deputado Fábio Macedo, que institui o Dia de Prevenção e Combate à Depressão no Estado do Maranhão.

**7. PROJETO DE LEI Nº 254/19**, de autoria do Senhor Deputado Fábio Macedo, que dispõe sobre a criação de Programa de Auxílio Psicoterápico a pessoas com depressão.

**8. PROJETO DE LEI Nº 255/19**, de autoria do Senhor Deputado Leonardo Sá, que dispõe sobre a Criação do Programa Escola Itinerante de Tecnologia da Informação – PEITI, no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

**9. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 039/19**, de autoria do Senhor Deputado Pará Figueiredo, que concede a Medalha de Mérito Legislativo Manuel Beckman ao Desembargador e atual Presidente do Tribunal de Justiça José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

**10. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 040/19**, de autoria do Senhor Deputado Prof. Marco Aurélio, que concede a medalha Manuel Beckman ao senhor Raphael Coelho Figueiredo.

DIRETORIA GERAL DA MESA, PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM 16 DE MAIO DE 2019.

**Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia dezesseis de maio de dois mil e dezenove.**

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Glalbert.

Primeira Secretária Senhora Deputada Andreia Martins Rezende.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Wellington do Curso.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adelmo Soares, Adriano, Carlinhos Florêncio, Daniella Tema, Detinha, Doutor Yglésio, Doutora Helena Duailibe, Edivaldo Holanda, Fernando Pessoa, Felipe dos Pneus, Glalbert Cutrim, Hélio Soares, Mical Damasceno, Pará Figueiredo, Paulo Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitoa, Rigo Teles, Rildo Amaral, Roberto Costa, Wellington do Curso, Wendell Lages e Zé Inácio Lula. Ausentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Andreia Martins Rezende, Antônio Pereira, Ariston, Arnaldo Melo, César Pires, Ciro Neto, Doutor Leonardo Sá, Doutora Cleide Coutinho, Doutora Thaiza Hortegal, Duarte Júnior, Edson Araújo, Fábio Macedo, Neto Evangelista, Othelino Neto, Pastor Cavalcante, Ricardo Rios, Vinícius Louro, Zé Gentil e Zito Rolim.

#### I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES – Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura da Ata da Sessão anterior e do texto bíblico.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (lê texto bíblico e Ata) – Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Com a palavra, a Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura do expediente.

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO DEPUTADA DRA. HELENA DUAILIBE – (lê Expediente).

#### II – EXPEDIENTE.

##### PROJETO DE LEI Nº 261 / 19

*Dispõe sobre a garantia do direito de preferência à transferência nas escolas da Rede de Ensino do Estado do Maranhão, dos filhos e/ou de crianças e adolescentes sob sua guarda, das mulheres vítimas de todo o tipo de violência doméstica.*

**Art.1º** Toda mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 7º, incisos I a V, da Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, terá direito a acesso preferencial e urgência na transferência de seus filhos, ou de crianças e adolescentes sob sua guarda definitiva ou provisória, bem como de dependentes em idade escolar, nas Redes de Ensino do Estado do Maranhão.

**Art.2º** Para garantir o direito de preferência previsto nesta Lei, a mulher vítima de violência doméstica deverá apresentar cópia da decisão judicial que concedeu a medida protetiva de urgência, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 11.340/2006.

Parágrafo único. Os documentos relacionados no “caput” deste artigo e demais dados referentes ao benefício concedido por esta Lei, serão protegidos e mantidos sob sigilo pelas instituições escolares.

**Art.3º** Fica vedada a discriminação de qualquer natureza do(s) filho(s) e da mulher vítima de violência doméstica, que requeira o direito de preferência estabelecido nesta Lei e das crianças e dos adolescentes matriculados em razão deste direito.

**Art.4º** A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta, no âmbito estadual.

**Art.5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DEPUTADO NAGIB HAICKEL, DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 15 de maio de 2019. - FELIPE DOS PNEUS - DEPUTADO ESTADUAL

#### JUSTIFICATIVA

Os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, infelizmente, estão em evidência em nosso Estado e no país. Somente na capital, a Delegacia da Mulher em São Luís recebeu, em 2018, 6703 registros de ocorrências policiais. Ao todo, foram 1625 inquéritos instaurados, 3789 pedidos de medidas protetivas de urgência e 404 prisões em flagrante delito.

O número de casos de estupro também são muito altos: 65 em 2018, somente daqueles registrados na Delegacia Especial da Mulher da capital. Estimativas apontam que há ainda um número muito significativo de subnotificações, que nos dão o panorama de que nem a metade dos casos ocorridos é denunciado.

Passando para o âmbito estadual, os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, infelizmente, também aumentaram.





Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi divulgado no estudo “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha”, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) foi o décimo segundo tribunal brasileiro que registrou maior número de novos casos de violência doméstica contra a mulher em 2017, com um total de 10.349 processos.

As mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente, as que se encontram com medidas protetivas, tendem a sair de sua região, bairro ou cidade de origem, a fim de se afastar do agressor e com isso a criança acaba perdendo a vaga na escola onde está matriculada, ficando sujeita inclusive a perda de ano escolar.

É de extrema importância este amparo por parte do poder público, para que esse público, filhos das vítimas ou sob sua guarda, tenham realmente prioridade para dar continuidade aos seus estudos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) coloca como dever do Estado a garantia de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próximo da residência das crianças a partir de 04 (quatro) anos de idade.

Diante da relevância da matéria, submeto a presente proposição à apreciação de meus nobres pares.

Plenário Deputado “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 15 de maio de 2019. FELIPE DOS PNEUS – DEPUTADO ESTADUAL

### PROJETO DE LEI Nº 262 / 19

*Dispõe sobre a isenção de cobrança de tarifa bancária nas contas correntes destinada a convênios e contratos de repasse celebrados no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.*

**Artigo 1º** - As contas correntes destinadas aos convênios e contratos de repasse, celebrados com o Estado do Maranhão, ficam isentas de cobrança de tarifa bancária pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º - O cliente deverá no ato abertura da conta corrente apresentar o termo de convênio e/ou termo de contrato de repasse com as informações pertinentes ao objeto, vigência e valor pactuado a ser movimento na conta corrente;

§ 2º Cabe ao cliente informar qualquer alteração pertinente ao objeto, duração e valor, durante a vigência do convênio.

§ 3º - A conta corrente destinada ao convênio terá como titular o conveniente investido no termo de convênio e/ou termo de contrato de repasse;

§ 4º - O uso da conta corrente de que trata o caput deste artigo se aplica a todos os convênios e/ou contrato de repasse celebrados com o Estado do Maranhão e seus municípios.

**Artigo 2º** - Ficam obrigadas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, afixar no interior das agências, placas informativas em número suficiente e em local de fácil visualização pelos usuários, instruções sobre a isenção prevista no caput do art.1º:

**Art. 3º** - A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas:

**Parágrafo único** - Será aplicada multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por tarifa efetuada de forma indevida, sendo acrescido R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada reincidência subsequente.

**Artigo 4º** - As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequar ao disposto no caput do artigo 2º.

**Artigo 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Beckman” em São Luís, 08 de maio de 2019. - NETO EVANGELISTA - Deputado Estadual

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva assegurar a tutela administrativa regras que disciplinam atividades direcionadas aos

convênios e/ou contratos de repasse, celebrados no Estado do Maranhão e seus Municípios a fim de garantir que o recurso seja destinado prioritariamente na execução do objeto pactuado.

Enseja, que é habitual das instituições financeiras efetuarem cobrança nas contas correntes referente a cobrança das tarifas bancárias alusiva a manutenção de conta, o contexto aqui, visualiza que os convênios são acordos para a realização de objetivos de interesse comum a todos, atendendo a uma demanda da coletividade.

Convém ressaltar que os Convênios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de transferência de recurso, para a realização de objetivos de interesse comum, no qual são vistos como formas usuais de concretizar incentivos.

O Projeto de Lei atende a uma demanda que já é regulamentada pela união, através do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência, aplicada aos convênios e contratos de repasse celebrados pelos órgão e entidade da administração pública federal ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativo, para execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros.

Nesse contexto a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro e 2016, estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, preceitua o artigo 42:

*Art. 42. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.*

(...)

*§ 5º As contas referidas no § 1º serão isentas da cobrança de tarifas bancárias.*

De igual modo a Diretriz nº 003/2010 sobre Cobrança de Tarifas Bancárias da Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, no uso das atribuições que lhes confere os artigos 13, §4º, inciso III e o artigo 18 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, bem como o art. 2º da Portaria Interministerial nº 165, de 20 de junho de 2008, e a Portaria nº 127, de 29 de maio de 2008 combinado com a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro e 2016, orienta os órgãos concedentes e convenientes para que informem, formalmente, as instituições financeiras controladas pela União a natureza de conta convênio ou do contrato de repasse, para que não sejam cobradas tarifas bancárias, a fim de que as referidas instituições financeiras façam cumprir o dispositivo normativo supracitado.

Essa orientação já vem sendo acolhida nas decisões da Corte de Contas da União, no sentido ser vedada a realização a título de tarifas e taxas administrativas em convênios ou instrumentos similares. A exemplo disso está o posicionamento do Exmo Sr. Ministro Marcos Vinícios Vilaça, ao relatar os autos do TC 250.218/1996-8 (Acórdão 63/1999 – Plenário), *in verbis*:

*“A vedação de realização de despesas a título de taxa de administração em convênios ou instrumentos similares, por configurar desvio de finalidade na aplicação de recursos federais repassados com finalidade específica, constitui entendimento desta colenda Corte de Contas, consubstanciado pelos acórdãos plenários nos 077/96, 105/96 e 087/96 e pelas decisões plenárias nos 300/96, 310/93, 422/96, 541/95 e 207/96. A vedação de realização de tais despesas, no que concerne à relação entre as universidades e fundações de apoio, é objeto, consoante bem observado pelo douto Ministério Público junto ao Tribunal (fl. 363), dos seguintes julgados: Acórdão 244/97 - Plenário (Ata nº 44), Decisão nº 293/95 - Plenário (Ata nº 28) e Decisão Sigilosa nº 432/95 - Plenário (Ata nº 38).”*



*Compulsando os autos, constatou-se às fls. 181 (Volume 1 do Anexo 1) na prestação de contas referente ao Convênio nº 16/2003-FUFAC/FUNDAPE o pagamento de despesas a título de CPMF e Despesas Bancárias no valor de R\$ 143,87 em afronta ao previsto no inciso VII do art. 8º da IN 01/1997, mas em homenagem ao princípio da economia processual, as quantias acima referenciadas sejam relevadas, tendo em vista que os custos operacionais de saneamento dos autos superariam os valores em questão. Diante do acima exposto, posiciona-se no sentido de que se expeça determinação para que a UFAC abstenha-se de efetuar o pagamento de despesas a título de despesas bancárias e taxas de administração, em desconformidade com a jurisprudência pacífica desta Corte de Contas e com a IN 01/1997 - STN.”*

Na mesma linha das considerações aqui tecidas, segue estes julgados:

*“ENUNCIADO: É vedada a realização de despesa a título de taxa de administração em convênios ou instrumentos similares, por configurar desvio de finalidade na aplicação de recursos federais repassados com finalidade específica” (Acórdão 428/2010, Ministro Aroldo Cedraz)*

*“ ENUNCIADO: É indevido o pagamento de tarifas bancárias em conta específica de convênio, pois tais contas são isentas dessa cobrança (art. 42, § 5º, da Portaria Interministerial 127/2008). (Acórdão nº 6358/2011, Ministro Augusto Sherman).*

Oportuno ainda observar que a jurisprudência já está pacificada pelo Tribunal de Contas da União, referenciando que é vedando o pagamento de despesas a título de manutenção de contas correntes e taxas de administração, no aludindo cumprimento da portaria ministerial.

Ademais o que cerne da questão, o cenário atual em que não há regulamentação no âmbito estadual, acarreta aos convenientes a instauração do processo de tomada de contas especial, pela debito indevido de tarifas bancárias, o que torna oneroso para os cofres públicos, todavia em razão da omissão de legislação pertinente a matéria.

Destaco que a competência legislativa concorrente para disciplinar a material, tem previsão expressa na Constituição Federal do Brasil, no artigo 24, que diz:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (EC no 85/2015)  
I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico*

*Corroborando a Carta Magna, perpetua o artigo 11 da Constituição do Estado do Maranhão de 1989, com a seguinte redação:*

*Art. 12. Compete, ainda, ao Estado:*

*(...)*

*II - concorrentemente com a União, legislar sobre:*

*a) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Deste modo, a presente proposição encontra-se revestida do manto de constitucionalidade, compondo importante medida social apta a assegurar a efetividade do direito administrativo através da preservação da execução do objeto do convenio pactuado.

Em face ao exposto, contamos com o apoio dos Excelentíssimos Deputados para a aprovação deste projeto de lei.

Assim sendo, submetemos à consideração do Plenário desta Casa Legislativa a presente proposição.

Plenário Deputado “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Beckman” em São Luís, 08 de maio de 2019. - NETO EVANGELISTA - Deputado Estadual

## PROJETO DE LEI Nº 263 / 19

*Estabelece diretrizes para a implantação da Patrulha Rural no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.*

**Art. 1º** Estabelece diretrizes para a implantação da política pública denominada Patrulha Rural, que estabelecerá mecanismos para a efetivação de um policiamento ostensivo específico para a zona rural.

**Art. 2º** O policiamento rural terá como objetivo final a busca de soluções dos problemas afetos à ordem pública na zona rural, principalmente em questões de segurança pública.

Parágrafo único. Em suas ações, o Poder Público deverá buscar o envolvimento e a integração dos representantes da sociedade com os órgãos públicos que tratam das questões rurais.

**Art. 3º** Ao Poder Público, a quem compete o desenvolvimento das ações de segurança pública, cabe:

I – compete instituir e organizar unidades de patrulhamento rural que poderão estar vinculadas à Polícia Militar;

II – sistematizar a coleta de informações que proporcionem condições para melhor direcionamento e emprego operacional do contingente, tornando as ações mais eficientes e eficazes;

III – desenvolver ações que busquem detectar os anseios e preocupações da comunidade rural, tanto com relação a questões socioambientais quanto com relação à criminalidade comum;

IV – estabelecer a composição mínima das patrulhas rurais, tanto do ponto de vista humano quanto material, observando para a designação a existência de perfil compatível com a atividade;

V – consolidar o policiamento rural como atividade que contribua para a preservação da ordem pública, por meio de emprego do contingente da Polícia Militar seja na prevenção ou na repressão imediata aos delitos praticados na zona rural;

VI – definir responsabilidades pelo provimento de viaturas, armamento e equipamentos a serem utilizados no patrulhamento rural.

**Art. 4º** O policiamento rural deverá ser priorizado junto a áreas de maior incidência delituosa e junto a lugares para onde são direcionados produtos decorrentes de furtos ou roubos, contribuindo para a redução dos índices de violência na área rural.

**Art. 5º** O Poder Público poderá firmar convênios com órgãos, prefeituras, sindicatos rurais, associações e outras instituições representativas da sociedade civil organizada para viabilização dos meios necessários para o estabelecimento e funcionamento das patrulhas rurais.

**Art. 6º** Caberá ao Poder Público fazer regulamentações que se fizerem necessárias à execução desta Lei.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL” DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”, em 15 de maio de 2019. - ANDREIA MARTINS REZENDE - Deputada Estadual

## PROJETO DE LEI Nº 264 / 19

*Considera de utilidade pública o Instituto Amares – Pesquisa e Conservação de Ecossistemas Aquáticos, com sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão.*

**Art. 1º** Fica considerada de utilidade pública o Instituto Amares – Pesquisa e Conservação de Ecossistemas Aquáticos, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 10 de maio de 2019. - DUARTE JUNIOR - Deputado Estadual

### JUSTIFICATIVA

O Instituto Amares – Pesquisa e Conservação de Ecossistemas Aquáticos, também designado apenas por INSTITUTO AMARES ou



simplesmente AMARES é constituída sob a forma de associação civil, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 23.841.542/0001-92, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas Cantuária de Azevedo sob o microfilme nº 52.939 de 26 de outubro de 2015.

A referida instituição tem prestado serviços relevantes à sociedade, principalmente no Distrito de Atins, Barreirinhas, no Estado do Maranhão. Entre suas finalidades estatutárias estão, dentre outras: I - Promover a pesquisa, a conservação e a preservação dos ecossistemas aquáticos, bem como da biota neles inseridas; II - Promover estudos científicos que proporcionem a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade; III - Formação e manutenção de acervo biológico científico (material osteológico, banco de tecidos e amostras, etc); VI - Desenvolver ações, projetos e apoiar a execução de programas de educação ambiental, visando a consciência conservacionista em relação aos mamíferos aquáticos, outras formas de vida, biota e ecossistemas diversos; XXI - Promoção, defesa e conservação do patrimônio socioambiental, em suas dimensões material e imaterial.

É de suma importância o Estado reconhecer o relevante trabalho realizado pelo INSTITUTO AMARES, declarando a utilidade pública que a reveste. Sem dúvidas, tal reconhecimento é medida justa com a qual será possível à entidade auferir os benefícios decorrentes dessa condição.

Portanto, nos termos acima, contamos com o apoio dos Excelentíssimos Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 10 de maio de 2019. - DUARTE JUNIOR - Deputado Estadual

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 043 / 19

*A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão  
CONCEDE o título de Cidadão Maranhense a  
GUILHERME MAIA ROCHA*

**Art. 1º** É concedido o Título de Cidadão Maranhense a GUILHERME MAIA ROCHA

**Art. 2º** Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Deputado Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”. Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Maranhão, São Luís, 15 de maio 2019 - Prof. Marco Aurélio da Silva Azevedo - Deputado Estadual-PCdoB

#### Justificativa

Natural de José da Penha - RN, filho de agricultores, o empresário Guilherme Maia Rocha desde a juventude já demonstrava espírito empreendedor, ao integrar diretório acadêmico e conselho técnico departamental da faculdade.

Graduou-se em Engenharia Agrônômica, formação que complementou com especializações em Avaliação e Perícia e em Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Urbano e Rural, assim como com o bacharelado em Direito.

Além da formação acadêmica, o empresário Guilherme Maia Rocha enriqueceu a qualificação profissional com a frequência dezenas de cursos de aperfeiçoamento, estágios, simpósios, seminários e encontros de atualização.

No campo da Agronomia, ministrou palestras técnicas sobre associação e cooperativismo, bem como sobre várias culturas frutíferas, além da piscicultura e bovinocultura, e integrou painéis sobre agricultura, fruticultura e pecuária.

Chegou a Imperatriz - MA em 1988, cidade onde passou a integrar o Rotary Clube, que lhe concedeu a mais alta condecoração, o título Companheiro Paul Harris, em virtude da significativa contribuição prestada à sociedade local.

Mais recentemente, o empresário recebeu a Comenda José Lamarck de Andrade e o Título de Cidadão Imperatrizense, em

reconhecimento da duradoura e extensa atuação em prol do desenvolvimento socioeconômico da cidade.

No município, também participou de diversas ações sociais, colaborando com as causas da Associação Madalena de Canossa, Lar São Francisco de Assis e Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer - Ampare, dentre outros.

Titular da Maia Consultoria Agropecuária Ltda., desempenhou sucessivos cargos na Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz desde 2000, período em que ocupou a vice-presidência e foi eleito presidente em 2018.

Além do segmento da consultoria em projetos do agronegócio, o empresário Imperatrizense exerceu também atividades nos ramos de joalheria, sapataria e da construção civil, percurso em que obteve vasta experiência administrativa.

Enfim, com 27 anos de experiência no universo empresarial, assim como na liderança classista e na atuação comunitária em Imperatriz, o cidadão Guilherme Maia Rocha se encontra definitivamente inserido na história maranhense.

Plenário “Deputado Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”. Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Maranhão, São Luís, 15 de maio 2019 - Prof. Marco Aurélio da Silva Azevedo - Deputado Estadual-PCdoB

#### REQUERIMENTO Nº 279 / 19

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência que após ouvido o plenário que se faça o convite e/ou convocação do superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT da regional Maranhão, senhor Gerardo de Freitas Fernandes para reunir com esta Casa Legislativa, através da comissão de Obras e Serviços Públicos que terá como finalidade prestar esclarecimentos acerca da malha asfáltica das Br 135 e Br 316.

Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Maranhão, São Luís, 15 de maio 2019 - Vinícius Louro - Deputado Estadual

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 20.05.19  
EM: 17.05.19

#### INDICAÇÃO Nº 699 / 19

Senhor Presidente,

Na forma que dispõe o artigo 152 do Regimento Interno desta Casa, requero a V. Ex.<sup>a</sup> que, após seja ouvida a Mesa, **seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Maranhão, o Sr. Flávio Dino**, solicitando que seja analisada a seguinte situação específica em relação ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Como se sabe, há casos em que os proprietários de veículos automotores são isentos de pagar o referido imposto como, por exemplo, taxistas, pessoas com deficiência e proprietários de motos de até 110 cilindradas. A Lei Estadual Nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional do Estado do Maranhão, em seu artigo 92, inciso IV, diz que “*são isentos de pagamento do imposto [IPVA] os veículos rodoviários utilizados na categoria de táxi, com capacidade para até cinco passageiros, de propriedade de motorista profissional autônomo ou cooperativado limitado a um veículo por beneficiário*”.

Ocorre que tal benefício, embora concedido em outros Estados, a exemplo de Alagoas, São Paulo e Pará, em nosso Estado, não é estendido aos moto-taxistas. Contudo, é certo dizer que a essência das atividades de taxistas e de moto-taxistas é a mesma, ou seja, são “*veículos utilizados na categoria táxi*” para transportar pessoas.





Além disso, insta salientar que, em havendo a referida isenção ora pleiteada, a qualidade dos serviços aumentaria, pois, incentivaria os moto-taxistas a adquirirem motos novas. Isso, conseqüentemente, geraria benefícios a todos os usuários do referido serviço.

Assim, solicita-se de Vossa Excelência a análise dessa situação específica para que os moto-taxistas gozem dos mesmos benefícios gozados pelos taxistas no que tange ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, haja vista que a competência para legislar sobre tal matéria é do Poder Executivo, conforme art. 43, parágrafo único, da Constituição do Estado do Maranhão.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 10 de maio de 2019. - DUARTE JÚNIOR - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

#### INDICAÇÃO Nº 700 / 19

Senhor Presidente,

Na forma que dispõe o Art. 152 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>. que, após seja ouvida a Mesa, **seja encaminhado expediente ao Exmo. Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo de Paço do Lumiar, o Sr. Walburg Ribeiro, e ao Excelentíssimo Sr. Prefeito de Paço do Lumiar, o Sr. Domingos Dutra**, solicitando a conclusão da obra de implantação da “Praça da Juventude”, localizado na Av. 04, no bairro Maiobão, do referido Município, parte da programação em convênio com o Governo federal, pertinente ao contrato de repasse nº 314886-49/2009.

Justifica-se a presente indicação devido à postergação da conclusão dessa obra, iniciada no ano de 2009. A situação dos moradores se complexifica ainda mais, quando esse estado de abandono da obra acaba colocando em risco a vida dos moradores, pois permite que usuários de droga ou criminosos circulem e se abriguem nas estruturas em ruínas. Os moradores e comerciantes passam por muitas adversidades nesse sentido. As fotos em anexo da localidade demonstram esse cenário.

Tal indicação visa promover, em vários aspectos, a qualidade de vida dos moradores e comerciantes locais.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 10 de maio de 2019. - DUARTE JÚNIOR - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

#### INDICAÇÃO Nº 701 / 19

Senhor Presidente,

Na forma que dispõe o Regimento Interno desta Casa, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>. que, após seja ouvida a Mesa, **seja encaminhado expediente ao Exmo. Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos de São Luís, o Sr. Antonio Araújo Costa, e ao Excelentíssimo Sr. Prefeito de São Luís, o Sr. Edivaldo Holanda Júnior**, solicitando a revitalização da Av. Contorno Leste, localizada no bairro Cohatrac, nesta capital.

Justifica-se a presente indicação pelo fato da Avenida em questão ser de extrema importância para os moradores das imediações. Porém, apesar de sua importância, ela não está recebendo manutenção, encontrando-se em situação precária. As fotos em anexo mostram essa realidade. Se essa Avenida estivesse em condições normais para tráfego de veículos e pessoas, ela aumentaria a qualidade de vida da população circunvizinha, além de garantir benefícios aos empresários com sede de seus estabelecimentos naquele local.

Assim, tal indicação visa garantir a supremacia do interesse público através da manutenção dessa avenida.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 10 de maio de 2019. - DUARTE JÚNIOR - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

#### INDICAÇÃO Nº 702 / 19

Senhor Presidente,

Na forma que dispõe o artigo 152 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, após seja ouvida a Mesa, **seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Maranhão, o Sr. Flávio Dino, e ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Educação, o Sr. Felipe Camarão**, solicitando que seja analisada a seguinte situação específica em relação aos alunos surdos da Rede Estadual de Ensino.

Como é sabido, os surdos comunicam-se por meio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que, inclusive, já é oficialmente reconhecida como meio legal de comunicação. Tal reconhecimento se deu por meio da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Enviamos, em anexo a esta indicação, um anteprojeto sugerido pela própria comunidade surda. O objetivo primário dele é garantir a inclusão do ensino da LIBRAS na rede estadual de ensino, já que a implantação da mesma como disciplina já é uma realidade em outros estados da federação como, por exemplo, Minas Gerais (Lei 10.379/91), Pernambuco (Leis 11.686/99 e 16.358/18), Rio de Janeiro (Leis nº 3.195/99, nº 3.601/01, nº 4.309/04, nº 7.219/16 e nº 8.013/18) e São Paulo (Lei 16.279/16). Há Lei Estadual que estabelece normas de uso e difusão de LIBRAS (Lei nº 8.564/2007), mas não estabelece obrigatoriedade de inclusão da referida língua como disciplina curricular.

Ademais, em relação a processos seletivos em geral, as pessoas surdas são injustiçadas também. As provas são feitas em português e muitos surdos, embora dominem a LIBRAS, não dominam a língua portuguesa. Por isso, é relevante que tais processos sejam adaptados a eles com o fim de garantia de acessibilidade. O referido projeto em anexo também contempla tal situação.

Portanto, por todo o exposto, solicita-se de Vossa Excelência a análise dessa situação específica com a finalidade de incluir a Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular na rede estadual de ensino, haja vista que a competência para legislar sobre tal matéria é do Poder Executivo, conforme art. 64, incisos V e XV, da Constituição do Estado do Maranhão.

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 10 de maio de 2019. - DUARTE JÚNIOR - Deputado Estadual

#### ANEXO

#### PROJETO DE LEI \_\_\_\_\_ / 2019

*Estabelece o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como disciplina curricular na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional nas instituições de ensino públicas e privadas ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências.*

Art. 1º Fica estabelecido o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras – como disciplina curricular na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional nas instituições de ensino públicas e privadas em todo o Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A inserção da Libras como disciplina curricular ocorrerá progressivamente, respeitando os seguintes prazos:

- I – em até 2 (dois) anos na Educação Infantil;
- II – em até 3 (três) anos na Educação Fundamental;
- III – em até 5 (cinco) anos no Ensino Médio;





IV – em até 7 (sete) anos, em todos os níveis de Educação Básica e Educação Profissional.

Art. 2º A formação de docentes para o ensino de Libras obedecerá aos seguintes termos:

I – na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada, em nível superior, curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue ou em Letras Libras.

II – nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação profissional deve ser realizada, em nível superior, em licenciatura em Letras Libras.

§ 1º No período de transição para a inserção de que trata o parágrafo único do art. 1º, admite-se como formação mínima licenciatura em qualquer área do conhecimento, desde que acrescido de especialização em Libras.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina a que se refere o caput do art. 1º.

Art. 3º As instituições que realizarem provas de vestibulares, processo seletivo e concursos de qualquer natureza, no âmbito do Estado do Maranhão, além de acrescentar o tempo de 1 (uma) hora, deverão oferecer as condições de acessibilidade que os candidatos surdos necessitem, de acordo com as opções a seguir, a critério do candidato:

I – Videoprova em Libras (vídeo com a tradução de vídeo em Libras), com acompanhamento de intérprete;

II – Tradutor intérprete de Libras, somente;

III – Guia intérprete para pessoas com surdocegueira;

Parágrafo único. No caso do inciso I, a videoprova deve ser em vídeo por fiscal intérprete de Libras, fluentes em nesta língua, que tenham conhecimento dos sinais locais, haja vista as regionalizações da Libras e nos termos do disposto na Lei Federal nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

#### JUSTIFICATIVA

O Estado do Maranhão, de acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, possui aproximadamente 400.000 (quatrocentas mil) pessoas com algum tipo de comprometimento auditivo. De fato, é um número bem expressivo.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, já é oficialmente reconhecida como meio legal de comunicação. Tal reconhecimento se deu por meio da Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Porém, além de reconhecer a LIBRAS como língua oficial no Brasil, o artigo 4º da referida Lei diz que o “*sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente*”.

O objetivo primário do presente Projeto é garantir a inclusão do ensino da Libras nos estabelecimentos educacionais no Estado do Maranhão, já que a implantação da mesma como disciplina já é uma realidade em outros Estados da Federação como, por exemplo, Minas Gerais (Lei 10.379/91), Pernambuco (Leis 11.686/99 e 16.358/18), Rio de Janeiro (Leis 3.195/99, 3.601/01, 4.309/04, 7.219/16, 8.013/18) e São Paulo (Lei 16.279/16).

Este Projeto levou em consideração, também, alguns Projetos de Lei em tramitação em âmbito federal, a exemplo do PL 2.040/2011, de autoria do Senado Federal, que “*estabelece condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em todas as etapas e modalidades da educação básica*”.

A Lei 10.436/02 foi regulamentada pelo Decreto 5.626/05. Neste regulamento existe a determinação de que “*a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e*

*superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*”. Desta forma, observa-se, desde então, a importância de tais determinações para o início da integração dos surdos nas escolas e na sociedade. Entretanto, é necessário ir além, tornando qualquer cidadão capaz de se comunicar por meio da Língua de Sinais. O Projeto em questão contempla essa situação.

No que diz respeito a processos seletivos em geral, as pessoas surdas são injustiçadas também. As provas são feitas em português e muitos surdos, embora dominem a LIBRAS, não dominam a língua portuguesa. Por isso, é relevante que tais processos sejam adaptados a eles com o fim de garantia de acessibilidade.

Em 2002, a Lei 10.436 tornou a Libras um meio legal de comunicação no Brasil e passou a falar em ensino bilíngue para os surdos, de forma que aprendam adequadamente tanto a linguagem de sinais quanto o português. Apesar do Decreto nº 5.626 prever que a língua portuguesa será ensinada aos surdos como segunda língua, concursos públicos, vestibulares e outros tipos de exames continuam sendo aplicados aos surdos em português. Em 2013, o Movimento Surdo Nacional, liderado pela Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS), começou uma luta em favor da obrigatoriedade da aplicação de videoprovas (exame gravado previamente em Libras), com a prova adaptada para Libras, em qualquer concurso em que tiver surdo inscrito. Tem-se, com o Projeto de Lei ora apresentado, a oportunidade de concretizar tal situação.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

#### INDICAÇÃO Nº 703 / 19

Senhor Presidente,

Na forma Regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor **Prefeito Municipal de São Luís, EDVALDO HOLANDA JÚNIOR**, solicitando que o mesmo determine à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), através de seu Secretário, o senhor Antônio Araújo Costa, a realização com a máxima brevidade da recuperação da rua Projetada, localizada no Parque São José, Planalto Aurora no município de São Luís.

A prefeitura tem exaustivamente propagado que irá pavimentar inúmeras ruas em nossa Capital e a população do bairro do Planalto Aurora que sonha com essa chegada de pavimentação asfáltica, se satisfaz com o paliativo tapa-buracos, haja vista a imensa precariedade que se encontram as referidas vias.

A aprovação da presente proposição em muito contribuirá com a melhoria da qualidade de vida destes munícipes, ensejando, por consequência, o crescimento do tão propagado índice de desenvolvimento humano do povo ludovicense.

Plenário “Deputado Nagib Haickel” do Palácio Manoel Bequimão, São Luís, 13 de maio de 2019. - FELIPE DOS PNEUS - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

#### INDICAÇÃO Nº 704 / 19

Senhor Presidente,

Nos termos do art.152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, solicitamos que a presente Indicação seja encaminhada ao Diretor do CENTRO DE HEMATOLOGIA E



HEMOTERAPIA, Excelentíssimo Sr.º Dr.º **João Batista Abreu**, solicitando confirmação da campanha **DOE SANGUE, SALVE UMA VIDA**, que acontecerá nos dias 22 e 23 de maio do presente ano, em Chapadinha MA, bem como ofício advindo da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapadinha - MA, que trata sobre indeferimento da referida **CAMPANHA**.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 15 de maio de 2019.  
- Fernando Pessoa - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

### INDICAÇÃO Nº 705 / 19

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a mesa, seja enviado expediente ao Senhor **AUGUSTO DANTAS**, Presidente da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, solicitando que sejam feitas as implantações dos serviços de eletrificação nos povoados Gado Bravo e Alegrete localizados no município de BALSAS / MA.

O “Luz para Todos” é um programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, instituído pelo Governo Federal, destinado a propiciar o atendimento desse serviço à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui o referido benefício. O município acima citado preenche os requisitos exigidos pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003.

O atendimento desta reivindicação possibilitará o desenvolvimento de grande parcela da população da zona rural de Balsas, considerando que as dificuldades pela falta de energia se apresentam em vários segmentos como saúde, educação, dentre outros. Tal benefício trará ainda a melhoria de renda e qualidade de vida para os moradores que necessitam de energia elétrica, bem-este, de suma importância para fomentar o desenvolvimento sustentável da região e proporcionar conforto aos assentados dessas áreas.

Plenário “Deputado Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 15 de maio de 2019. - FELIPE DOS PNEUS - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO DEPUTADA DRA. HELENA DUAILIBE – Expediente lido, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Expediente lido. À publicação.

### III – PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Oradores inscritos no Pequeno Expediente. Deputado Rigo Teles, por cinco minutos, sem aparte.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, galeria. Senhor Presidente, no início da semana passada, eu usei aqui a tribuna desta Casa, para fazer algumas denúncias lá do município de Barra do Corda, especificamente com o problema que vem acontecendo com a morte de recém-nascidos naquele município, mais precisamente no Hospital Materno Infantil de Barra do Corda. E cobrado realmente pela população, que é de direito, nós estamos aqui representando a população do estado do Maranhão. E de direito temos que ser cobrados, porque somos os legítimos representantes. Recebi inúmeros documentos. Aqui tem um documento, com sessenta e uma páginas, de um laudo de necropsia. O documento de uma família, que a mãe, sentindo várias dores para ter o parto, indo ao Hospital Materno Infantil, era atendida somente pelas enfermeiras,

que pediam para retornar a sua residência. A mãe, já de tanta dor, não aguentando mais, chegou ao desespero. Chegou ao hospital pedindo que queria, porque queria, ter o filho. Não aguentava mais dor. Como já tinha passado o tempo, chegou a óbito. E a família tomou todas as providências. Coisa triste que tem um pen drive aqui onde a família chora, chora pedindo justiça. Onde o pai enterra o bebê e, com menos de 24 horas, desenterra esse mesmo bebê e entrega para o delegado fazer o laudo da necropsia, para levar para o município de Imperatriz. Olha a tristeza de um pai desses! E nós encaminhamos essa denúncia ao Excelentíssimo Senhor Dr. Marcelo Santos Correia, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria da República no Maranhão. Encaminhamos a denúncia com documentos, formulários todos. E também ao Excelentíssimo Doutor Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho da mesma forma também os documentos. E, dentre todos esses documentos, nós recebemos aqui denúncias feitas pelas entidades representativas do município de Barra do Corda, que pedem aqui que a Comissão de Transparência, Governança e Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal tome as providências referentes ao município de Barra do Corda, tome as providências sobre o hospital Materno Infantil e precisamente da gestante, de recém-nascidos que chegaram a óbito. Que a Comissão do Senado possa tomar todas as providências. Assim nós encaminhamos. E esses documentos, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, estão aqui subscritos por associações, fundações, clube de mães, por representatividade do município de Barra do Corda. O documento é assinado pela governança do Polo de Turismo de Barra do Corda, é assinado pela CAIBC - Associação Comercial Agrícola e Industrial de Barra do Corda, pela CDL - Clube dos Diretores Lojistas de Barra do Corda, pelo Sindicato dos Lojistas de Barra do Corda, pela OAB Seccional de Barra do Corda, pelo SINRURAL - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Corda, pelo Clube de Mães, de Barra do Corda, por alguns vereadores que assinaram, pedindo que fossem tomadas todas as providências no caso da morte dos recém-nascidos. E nós fizemos aqui a denúncia, mostramos aqui, no dia do meu pronunciamento, eu pedi que tirasse essas fotos, está aqui, quando no ano de 2012, por meio de uma Emenda Parlamentar, de minha autoria, destinei quinhentos mil reais ao município de Barra do Corda. E o município adquiriu os equipamentos para a instalação da semi-UTI Neonatal, que aqui estão os documentos, que todos os documentos foram fotografados, mostrar aqui mais uma vez com os berçários, com todos os equipamentos da UTI Neonatal, inaugurado em agosto de 2012. Toda a documentação está aqui com os berçários, tudo isso aqui formulado a denúncia. E o que nós estamos pedindo é que dê notícia onde está o paradeiro desses berçários da semi-UTI Neonatal, no Hospital Materno Infantil, de Barra do Corda. E agora, a Câmara Municipal vendo todo esse desmando, a Câmara Municipal de Barra do Corda, por meio do vereador João Pedro Freitas da Silva Filho, encaminhou um Requerimento para a criação de uma CPI. Em Barra do Corda, a Câmara de vereadores, Senhor Presidente, é composta de 17 vereadores. Para criar a CPI precisava de 6 assinaturas. No início, essa CPI já vem rolando há quase um mês, para que seja criada, no início ela foi subscrita pelo vereador João Pedro, subscrita pelo vereador Nem do Swan, pelo vereador Jaile, pelo vereador Eteldo. E agora, na terça-feira passada, dia 14, a CPI faltava a 6ª assinatura, o Presidente daquela Casa, quero aqui justificar, o Presidente Gil Lopes, parabenizar a Câmara Municipal de Barra do Corda, também na pessoa do Presidente Gil Lopes, assinou a CPI. Então, já consta aqui as 6 assinaturas para a abertura e a instalação da CPI para apurar as mortes de recém-nascidos em Barra do Corda. Então, a Câmara Municipal já vai tomar todas as providências, por meio dos vereadores que assinaram a CPI. Aqui eu parabenizo todos por essa bravura, por esse trabalho e está sabendo que está representando realmente com dignidade o povo de Barra do Corda. Então, a CPI já vai ser instalada, vai ser criada para que apure todos esses desmandos. Mas, Senhor Presidente, eu recebi também no nosso gabinete mais uma denúncia grave. São denúncias e denúncias e denúncias, Deputado Hélio Soares, um patamar de denúncias que vêm do município de Barra do Corda. Pasmem, senhores, é vergonhoso isso acontecer, em pleno século XXI, você vê crianças recém-nascidas



morrerem. São várias, mais de 12 recém-nascidos morrerem em Barra do Corda. As mães não querem mais ter os seus filhos no Hospital Infantil de Barra do Corda, mas lá não tem outro hospital, só o Materno Infantil, por isso estão saindo para outros municípios porque têm medo de ter os filhos nesse hospital. Agora chega ao nosso gabinete, já está estampado nos blogs do estado e de fora do Maranhão, mais um escândalo da Prefeitura de Barra do Corda. Empresa representada pelo motorista de Eric Costa, prefeito de Barra do Corda, faturou 111 milhões no município. A sede dessa empresa aqui, que está em nome de um motorista do prefeito, deputada Daniella Tema, encontra-se na cidade de Tuntum. Mandei verificar in loco a residência, o local onde é o escritório da empresa. É uma residência, deputado Hélio, de uma pessoa humilde, uma senhora muito humilde, uma residência mais humilde ainda, quer dizer, nunca funcionou empresa nenhuma. Aqui tem um faturamento onde a empresa faturou dos cofres dos municípios de Barra do Corda, empresa do motorista do prefeito de Barra do Corda: em 2013, R\$ 2.857.300,00; em 2014, R\$ 3.571.625,00; em 2015, R\$ 3.328.760,00; em 2016, R\$ 1.714.380,00, perfazendo um total de R\$ 11.572.065,00. Esta empresa está com a sede no município de Tuntum, mas lá se encontra uma residência de uma pessoa muito humilde, muito humilde, onde nunca funcionou empresa alguma nessa residência, nem no município de Tuntum, muito menos nesse bairro ou nessa rua. Então, senhor presidente, são inúmeras denúncias, são denúncias e denúncias por cima de denúncias. É escancarado o que vem acontecendo no município. É de envergonhar os barracordenses. É de envergonhar o Maranhão. É de envergonhar o Brasil. Os desmandos que estão acontecendo no município de Barra do Corda exigem medidas a serem tomadas e serão, pois não medirei esforços para levar todas essas denúncias em frente e ver os culpados serem punidos porque os recursos são desviados, as crianças no hospital morrendo por falta de atendimento, falta de medicamentos enquanto você vê aqui desvios de recursos de uma empresa em nome de um motorista de um prefeito. Pasmem, senhores, é muito óleo de peroba que está faltando na cara desse prefeito.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES (Questão de Ordem) – Questão de Ordem, senhor presidente, só para fazer uma ressalva em cima do pronunciamento do deputado Rigo, porque às vezes o cara pode ser ex-motorista, mas evoluiu, cresceu e fica com estrutura grande. Inclusive eu quero mandar, por meio da Casa, o meu currículo, sou motorista C, última classe, tem várias, aqui o negócio está fraquinho, eu posso me candidatar a motorista de Barra do Corda. Obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Mais algum deputado deseja fazer uso do Pequeno Expediente? Suspendo a Sessão.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM –Reaberta a Sessão. Deputado Fernando Pessoa, por cinco minutos, sem apertes.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO PESSOA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhoras e senhores que nos acompanham aqui pela Assembleia. Senhor Presidente, mais uma vez, eu subo aqui nesta tribuna, hoje, entristecido. Entristecido com a atitude e com o nosso companheiro Deputado Rigo Teles, que é o deputado mais experiente desta Casa. Se diz que é o deputado que tem cinco mandatos, seis mandatos. E aí eu disse o que iria acontecer, o que eu iria fazer aqui na Assembleia. A minha maior benfeitoria era mostrar para o povo do Maranhão quem é o Deputado Rigo Teles. Eu acredito que isso irá acontecer porque o Deputado gosta de *Fake News*. O Deputado gosta de denúncias e tem denunciado. E todas as denúncias que ele faz, graças a Deus, nós temos feito de forma inteligente e temos rebatido todas. E o Deputado acho que não tem crédito para denunciar, para falar de ninguém. O Deputado Rigo falou de várias coisas. Eu já falei para ele que a questão de CPI em Barra do Corda foi mais um fato político organizado por ele. Ele gosta de tentar, ele gosta de querer desestabilizar a administração do Prefeito Erick. Mas, graças a Deus,

somos blindados por Deus, e Deus tem nos abençoado. E, mais uma vez, Deputado Rigo, em 2020, nós iremos lhe enfrentar nas urnas. E mais uma vez V. Exa. sairá derrotado das urnas em Barra do Corda, como V. Exa. saiu em 2012, como V. Exa. saiu em 2016, como V. Exa. saiu em 2018. E agora eu quero, eu estou falando em eleição, Deputado, porque V. Exa. é muito fraco. V.Exa. é um deputado fraco. V.Exa. é muito fraco. E aí quando se fala em eleição, eu fico alegre porque quando vai enfrentar um adversário fraco, a gente fica satisfeito e alegre, viu? Eu fico satisfeito e alegre. E aqui V.Exa. denunciou, eu queria lhe fazer uma pergunta, deputado, eu sei que aqui é o Pequeno Expediente, mas nós podemos retornar para o Grande, para o Tempo de Bloco, eu estou à disposição de V.Exa. Vossa Excelência, quando vosso pai, o ex-prefeito Manoel Mariano de Souza, Nenzim, mandou fechar todos os postos de saúde de Barra do Corda, V.Exa. subiu aqui nesta tribuna para fazer alguma denúncia? V.Exa. nunca subiu para fazer a denúncia. E aqui eu provo, eu provo porque tudo que eu falo tem fundamento e V.Exa. nunca subiu à tribuna para falar isso. Onde V. Exa. estava, Deputado, quando seu irmão mandou matar um sem-terra, apenas para poder ter um pedaço de terra. Ele queria apenas um pedaço de terra para botar sua família. E V.Exa. estava onde quando isso aconteceu, Deputado Rigo? Eu queria que V.Exa. subisse e falasse. V.Exa. não pede justiça, porque V.Exa. não vem aqui pedir justiça por isso. Vossa Exa. nunca veio aqui a esta tribuna falar sobre esse caso, V.Exa. tem que vir aqui falar sobre isso, pedir justiça. V.Exa. é um deputado correto, então V.Exa. tem que vir aqui e pedir isso. V.Exa. nunca veio. Nós queremos que investigue realmente sobre o caso lá da criança que morreu. Como também nós pedimos, quando morreram nove crianças, em Barra do Corda, quando V.Exa., seu pai era prefeito daquela cidade, lá até se comentava que morava em frente à fazenda do seu pai, lá na Vila Miguelzinho, que tem o nome do sem-terra Miguelzinho, que seu irmão mandou matar. O que V. Exa. fez quando isso aconteceu, quando essas nove crianças faleceram em Barra do Corda? Como eu lhe falei, o delegado Renilton é preparado, eu queria parabenizar o delegado Renilton. E aqui eu queria fazer um pedido para o delegado Renilton, morreu agora há dois meses, três meses, um rapaz que era vigia da casa da sua mãe, em Barra do Corda, foi morto, mandaram executar esse rapaz. E eu peço aqui ao delegado Renilton que investigue esse crime. Eu estou pedindo, Dr. Renilton, ao Secretário de Segurança que investigue esse crime em Barra do Corda. Essa pessoa era um pai de família, uma pessoa que deixou três filhos órfãos, deputado Edivaldo Holanda, e é preciso que Barra do Corda esclareça mais esse crime, é preciso que esclareça mais esse crime. V. Exa., deputado Rigo, fala aqui muitas besteiras, V. Exa. tem que vir aqui pedir melhorias para Barra do Corda, ajudar Barra do Corda. V. Exa. tem cinco mandatos, e até agora seis mandatos, e até agora não demonstrou para que o que veio. E aqui eu peço a V. Exa. que mostre para o que veio à Assembleia. Eu tinha sete anos de idade, quando V. Exa. já era deputado. E até o momento V. Exa. não ajudou Barra do Corda. Eu queria, deputado, que V. Exa. também explicasse, V. Exa. tem lá o Peba, V. Exa. conhece o Peba lá em Barra do Corda? A única vez, deputado Hélio Soares, que peba voou foi quando o deputado Rigo Teles colocou um avião e um helicóptero na mão de um laranja lá chamado Peba, e aqui foi a única vez que eu já vi peba voar foi nesse tempo, deputado Roberto Costa. E aqui eu queria que V. Exa. também falasse sobre isso e pedisse justiça. Eu quero que V. Exa. suba e peça justiça. Todas essas denúncias que V. Exa. fala, deputado Rigo, nenhuma tem grande importância como os escândalos que V. Exa. já participou na cidade de Barra do Corda.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Registro em plenário, companheiro e ex-deputado Fábio Braga. Deputado Hélio.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES - Eu já tinha ouvido falar que boi voava, mas peba não.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO PESSOA (Questão de Ordem) - Uma Questão de Ordem, senhor presidente, pois V.Ex.<sup>a</sup>, deputado Hélio, tem que ir a Barra do Corda. Lá tem um rapaz chamado





Peba, que é vigia da casa do deputado Rigo, ele tem um avião no nome dele, aí lá se fez até uma música dizendo que Peba voa, Peba voa. Até Peba voa em Barra do Corda, não é, deputado Rigo?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Deputado Fernando, convidado o deputado professor Marco Aurélio, por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES - Senhor Presidente, uma Questão de Ordem. Como foi citado o meu nome, Questão de Ordem, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Deputado Rigo Teles.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, eu acho que o deputado Fernando, como eu disse aqui, veio a esta Casa sem saber o que veio fazer, está aqui sem saber o que está fazendo e vai sair daqui sem saber nada o que fez. Quero dizer a ele que, se vai fazer alguma denúncia de patrimônio, de algo, faça na Receita Federal, que é o órgão competente para fiscalizar. Todo o meu patrimônio se encontra no meu nome e em nome da empresa, e eu declaro imposto de renda há cerca de 25 anos, tudo está declarado no imposto de renda, é só procurar o órgão competente que, é a Receita Federal, é muito simples. Agora é bom que quem tem telhado de vidro tenha cuidado com as pedras, porque um dos maiores patrimônios da cidade de Tuntum, com postos de gasolinas, hotéis e tudo, está em nome dele ou de laranja. Estou sem conhecimento de onde vem o patrimônio dele, então eu acho que isso não é fato para se discutir nesta Casa. O que nós discutimos agora na tribuna da Assembleia e que eu pedi resposta, quero resposta dele, do prefeito, são dois fatos: sobre as mortes de recém-nascidos em Barra do Corda. E outra: ele dizer que o deputado insinuou para criar CPI. Eu não mando em vereador, não. Inclui a última assinatura de CPI em Barra do Corda foi do presidente da Câmara Municipal de Barra do Corda, vereador Gil Lopes, que é o maior responsável para que o Fernando esteja aqui como deputado, porque na época o prefeito Erick queria apoiar o deputado Othelino, mas o Gil, com todo seu trabalho, com toda sua experiência, colocou ele como candidato, pensando que cumpriria os compromissos. A prova está aqui: não cumpriu nada de compromisso. E o Gil...

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO PESSOA - Senhor Presidente, Questão de Ordem. Eu quero falar.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES - Assinar a CPI. Então, eu não mando na presidência da Câmara, eu não mando em vereadores. Foi uma decisão dos vereadores a pedido do povo de Barra do Corda. Isso é que está acontecendo em Barra do Corda. Então, apurar a morte de recém-nascidos. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO PESSOA - Senhor presidente, questão de ordem.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO - Presidente, eu sugiro que nos dê mais tempos regimentais para que os deputados possam se inscrever.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Eu ia sugerir justamente isso, deputado Fernando, V.Ex.<sup>a</sup> fez uso da tribuna. Eu só quero que aqui a gente discuta as questões meramente políticas, vamos deixar as questões pessoais, questões alheias ao interesse do povo, vamos deixar para discussões paralelas lá nos municípios, que aí vocês têm o direito de fazer, mas aqui dentro vamos respeitar o nosso regimento, vamos tentar fazer as questões políticas. Concedo a palavra ao orador que já está na tribuna, deputado Professor Marco Aurélio.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO (sem revisão do orador) - Eu agradeço, presidente deputado Glalbert Cutrim, que hoje está como presidente desta Casa, saúdo V.Ex.<sup>a</sup>, com todos os parlamentares, imprensa. Eu venho nesta oportunidade parabenizar os milhares de manifestantes em prol da educação em todo o Brasil e, de modo especial, no Estado do Maranhão. Ontem, milhões de estudantes foram às ruas, aqui no Maranhão, milhares de estudantes, professores, pais de alunos, cidadãos e cidadãs. Independente de ideologia, independente de partido político de lado da direita, da esquerda, do centro, a causa é a educação. É um legado importante que se trata da renovação de uma geração. Estudantes de 14 anos, de 15 anos, de 16 anos. Estudantes que muitas vezes nenhum deles tinha ido às ruas, puderam no dia de ontem estar nas ruas levantando suas vozes na defesa da educação. Estudantes do IFMA, estudantes da Universidade Federal do Maranhão, estudantes do ensino médio da rede estadual, da rede privada. Todos manifestando seu repúdio à decisão do Governo Federal de congelamento do orçamento das Universidades Federais, dos Institutos Federais. É impressionante a gente verificar este congelamento do orçamento da UFMA, em 30%. A UFMA que, com o que já tinha de previsão orçamentária, já não estava conseguindo alcançar os seus desafios, e ainda teve o contingenciamento de 30% do seu orçamento. O IFMA que precisa avançar na implantação de campus em nosso Estado. Eu cito Carolina, eu cito Porto Franco. Desafios de Imperatriz, a exemplo do campus Rural, que não conseguiu ser concretizado por questões financeiras. Eu cito o desafio do IFMA em Imperatriz, que já foi aprovado, já está tudo sendo preparado para implantar o curso de Engenharia Civil no campus de Imperatriz, mas as condições financeiras não permitiram até a gora. Com todo o esforço, Deputado Zé Inácio, do Reitor Roberto Brandão, do diretor Saulo, mas as condições não permitiram. Obras que não se concretizaram devido às condições financeiras. E o presente agora é congelar o orçamento em 38% do IFMA, naquela promessa de que, se der certo lá à frente, descongela, mas agora está congelado. Qual a missão dessa geração? Lutar, lutar, ir às ruas manifestar. Não é da direita e da esquerda, ou do centro. São os estudantes, são os cérebros do nosso estado. É uma geração que está buscando educação. Todos falam que o segredo, o caminho é estudar, mas qual a certeza que esses jovens terão quando o orçamento de 30 até 38% das suas instituições está congelado, está contingenciado? Para onde estão indo a motivação, a vontade de estudar, a determinação de estudar, o pesquisador, o estudante dedicados que veem o futuro não só para si ou para sua família, mas a vontade de contribuir com a sociedade, por meio da educação, por meio da formação profissional. Que rumo está indo? Qual a segurança de uma instituição para acolher os seus sonhos, quando esta instituição está ameaçada da continuidade do seu trabalho, cortando o orçamento? E as palavras do presidente ainda é chamá-los de imbecis, de idiotas úteis, ao absurdo, inaceitável. É uma geração, são estudantes, algumas das melhores mentes que estão nesse momento nas academias, nos bancos da universidade, no espaço acadêmico buscando uma formação. Nas palavras do ministro, chamar de balbúrdia, balbúrdia é você ver uma Universidade Federal do Maranhão, lá em Imperatriz no Campus de lá, Deputado Edivaldo, aprovando quatro mestrados e um doutorado, mesmo sem ter condição, isso é balbúrdia. Balbúrdia é você ver um Instituto Federal procurando avançar mesmo sem condições, isto é balbúrdia. O desafio dessa geração é ainda maior, porque em condições normais só dependeria da vontade do estudante de querer estudar, a vontade do estudante de querer estudar, isso o motivava e o levava para a universidade. Agora, não só a vontade do estudante de querer estudar, porque se ele entrar não tem certeza de que a Universidade Pública Federal, que o Instituto Federal vai ter continuidade numa ameaça clara dos direitos desses estudantes. Talvez a ignorância de quem chama esses estudantes de imbecis, de idiotas, talvez a ignorância seja maior do que a própria compreensão da responsabilidade de garantir o direito desses alunos alcançarem os seus objetivos, de permitir de que uma geração avance ainda mais com o intelecto, com a contribuição, com a pesquisa, com as ciências. Esse é o desafio dessa geração, lutar, lutar para o que já era um direito, mas se vê ameaçado, lutar, renovar vozes com meninos e meninas que vão às ruas ao lado de experientes militantes, que não está em desuso essa palavra, militantes da educação, militantes da educação





ao lado dos professores, ao lado da sociedade. A minha voz também se une às vozes desses milhares e milhões. Não sendo maior e nem melhor que ninguém, mas eu faço questão de parabenizar todos que foram às ruas e que vão novamente para defender a Universidade Pública, para defender a UFMA, para defender o IFMA, para defender o direito da educação a todos. É mais do que necessário de que todos nós nos unamos e que sejam garantidos direitos a esses estudantes. Obrigado, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Wellington do Curso, por cinco minutos, sem direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, galeria e imprensa, internautas que nos acompanham pela TV Assembleia, o nosso mais cordial bom dia e que Deus seja louvado. *Quem pode ver seus próprios erros? Purifica-me das faltas que cometo sem perceber. Livra-me também dos pecados que cometo por vontade própria. Não permitas que eles me dominem. Assim serei uma pessoa direita e ficarei livre do grave pecado da desobediência a ti. Que as minhas palavras e os meus pensamentos sejam aceitáveis a ti, ó senhor Deus, minha rocha, meu defensor* (Salmo 19, 12-14), palavra de hoje do amado de minha alma. Que Deus seja louvado, que Deus estenda suas mãos poderosas sobre o estado do Maranhão. Senhor presidente, foi muito bonito olhar milhares de estudantes fazendo manifestação nas ruas de todo o Brasil em defesa da educação pública, das escolas, das universidades. Eu estudei em escola pública, eu tenho esse reconhecimento e esse orgulho de ter estudado em escola pública. Na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, tem um deputado que estudou em escola pública e que é o professor que defende a escola pública de qualidade. Aqui também nós temos lutado para que o Maranhão tenha escolas dignas, mas uma escola digna de verdade, não escola digna da propaganda mentirosa do governador Flávio Dino. Eu tenho fiscalizado, temos fiscalizado, temos denunciado, temos cobrado para que o dinheiro público seja realmente aplicado na educação pública de qualidade. Esse seria o maior investimento no aprendizado do aluno, na valorização dos professores. Nós lutamos e acreditamos no Maranhão melhor e o nosso futuro e das gerações vindouras depende dessa luta e é por isso que estamos aqui todos os dias. Mas, senhoras e senhores, eu quero falar, hoje, da incoerência do governador Flávio Dino. Existe um duplo Flávio Dino. Eu tenho certeza de que todos os dias ele vive um grande dilema. E essa celeuma interna do governador Flávio Dino é a realidade do Maranhão que nós vivenciamos e conhecemos. Então, temos o Flávio Dino da realidade, o Flávio Dino do Maranhão que nós conhecemos, e o Flávio Dino que tenta se vender, tenta mostrar para o Brasil e para o exterior que o Maranhão é diferente. Só que o Maranhão está acordando, a população está acordando, vendo as mentiras que o governador Flávio Dino tem propagado ao longo do tempo. Prova disso, senhoras e senhores, vamos começar pela segurança, enquanto o governador viaja para palestrar no Reino Unido, na Inglaterra, para falar de segurança pública, fazemos alguns questionamentos: o governador Flávio Dino vai falar lá na Inglaterra que ele convocou 3.200 candidatos para fazer o curso de formação e só nomeou 214? Será se ele vai dizer na Inglaterra que ele enrolou, ludibriou, enganou 1.800 homens e mulheres, pais de família que fizeram o curso de formação e até hoje estão implorando para serem nomeados na Polícia Militar do Estado do Maranhão? Que passaram mais de 30 dias acampados na porta do Palácio, tentando ser nomeados pelo governador Flávio Dino? Soldados, formados e não nomeados e desempregados pelo governador Flávio Dino. Será se o governador Flávio Dino vai falar, nessa palestra lá em Londres, sobre o sucateamento da Polícia Civil? A situação das nossas delegacias com a falta de viaturas? Da valorização de policiais civis do Estado do Maranhão, da quebra de cláusula de barreira no último concurso, da convocação de mais policiais civis aprovados no último concurso. Essa é nossa luta. Enquanto o Governador Flávio Dino vai fazer palestra na Inglaterra, nós estamos aqui exigindo, cobrando a nomeação de mais policiais militares e policiais civis na segurança pública do Estado do

Maranhão. Mas eu vou continuar. E quando falo da educação, na educação, o Governador Flávio Dino tenta propagar imagem, tenta vender imagem de que é um governador preocupado com a qualidade do ensino, com a educação que valoriza o professor. Hitler fazia isso, no século passado, a publicidade enganosa, a propaganda mentirosa sendo propagada ao longo do tempo até se tornar uma verdade. Eu vou concluir, Senhor Presidente. E ontem tivemos um belo ato, como eu já iniciei o pronunciamento. E os estudantes foram às ruas contra o corte de condicionamento de 30% na educação. E o que Flávio Dino faz? Flávio Dino faz essa publicação, mas ele não lembra que ele está com o salário atrasado do ProJovem, professores do ProJovem. Por que ele não se pronuncia sobre isso? É muito fácil atacar o Governo Federal, e não olhar para o Governo Estadual. É muito fácil querer aparecer para o Brasil e não olhar e fazer o dever de casa. Eu estou falando isso do salário atrasado dos professores do ProJovem. Estava há quatro meses, só pagaram dois agora porque nós cobramos. E está indo agora para o terceiro mês. Vou concluir, Senhor Presidente. E o que falar se o Governador Flávio Dino defendesse essa educação, pelo menos de 2%, se Governador Flávio Dino defendesse a educação de verdade como ele defende nas redes sociais? Porque se isso acontecesse de verdade, não teríamos feito a denúncia que fizemos da escola Joaquim Soeiro. Essa aqui é a escola digna de pena. A escola de verdade que o Governador Flávio Dino maquia e que ele não mostra. Essa é a escola digna que o Governador Flávio deveria se envergonhar de fazer propaganda mentirosa, enganosa. E eu pergunto: Cadê a base do Governador Flávio Dino? Cadê o líder do Governo? Falei aqui, na terça-feira, cobrei ontem, quarta, estou cobrando quinta, hoje, pelo terceiro dia consecutivo. Me diga se é mentira, e eu volto aqui e peço desculpas. É uma escola que o Governador Flávio Dino diz que reformou.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Wellington, por gentileza.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Eu quero que a base do Governo, o líder do Governo venha se posicionar e o Governador Flávio Dino venha se posicionar contra essa mentira da propaganda mentirosa dizendo que essa é uma escola digna. Gastou o dinheiro público e gastou o dinheiro público duas vezes para fazer propaganda, dizendo que é uma escola digna. Escola digna de pena lá no povoado Mamede, na cidade de Barreirinhas. Vou concluir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Wellington, V. Exa. já extrapolou dois minutos a Ordem do Dia, já era para ter começado. E eu peço, por gentileza, pela última vez, que V.Exa. termine seu pronunciamento.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Vou concluir, Senhor Presidente. E o que falar dos 1.200 vigilantes que ele vai demitir agora em maio? Mas eu vou finalizar. Senhor Presidente, contando com a sua benevolência e com a sua complacência, o que falar da saúde? Esse senhor está há mais de duas semanas aguardando a cirurgia, perambulando de hospital em hospital e agora, por último, jogaram no corredor do Socorrão I. Cadê a parceria do Governo do Estado no Socorrão I, no Socorrão II, na saúde? Um senhor de 78 anos. Já foi denunciado na Defensoria Pública e ontem no Ministério Público. E hoje eu vou lá e vou brigar com todas as forças que eu tiver para que esse senhor possa ser operado, possa fazer a cirurgia. Isso é um descaso, é uma vergonha para nós políticos, para ser atendido na saúde tem que ter quem indique, um vereador, um secretário, um deputado. É uma vergonha um senhor de setenta e oito anos padecendo no corredor de hospital. É este o Maranhão que o Brasil precisa conhecer. E não sou que estou dizendo, o senhor Getúlio Lima disse: governador não faz postagens das manifestações dos alunos de escolas do estado por falta de professores. Governador, o senhor não tem moral pra fazer nenhuma crítica a nenhum outro governo, o senhor é o governo dos impostos, aumentou o ICMS, vou concluir, Senhor Presidente.



O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Por favor, deputado Wellington, V. Exa. hoje está extrapolando mais que demais.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO - O senhor esqueceu e deixou ser destruído todas as mazelas do Governo o Estado, passa pela sua cabeça, Senhor Presidente do Brasil, eu não acredito senhor estudado juiz federal, acreditar em essas possibilidades, isso é uma vergonha para o nosso estado. Com a palavra, o povo do Maranhão.

#### IV – ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Projeto de Lei nº 019/2019, de autoria do Poder Judiciário (lê). Em discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado e vai à sanção. Requerimentos à deliberação da Mesa. Requerimento nº 257/2019, de autoria do deputado Wellington do Curso (lê). Deferido. Requerimento nº 276/2019, de autoria do deputado Wendell Lages (lê). Deferido. Inclusão na Ordem do Dia, da próxima segunda-feira, dia 20 de maio: Requerimento nº 279/2019, de autoria do deputado Vinícius Louro. Informo aos senhores e às senhoras deputados a realização da Sessão Solene, a pedido do deputado Wendell Lages, em homenagem à Companhia Barrica do Maranhão, às 11h, neste Plenário. E aproveito para que possamos entrar em acordo e cada Bloco utilizar apenas 5 minutos para que possamos respeitar o horário e o deputado Wendell Lages poder fazer a homenagem à Companhia Barrica.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem, deputado Wellington do Curso.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Wellington.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (Questão de Ordem) - É só para registrar e cumprimentar, de forma especial, o amigo, deputado Fábio Braga, nosso companheiro da legislatura passada, e sempre continuará deputado, nosso amigo, o nosso carinho e nosso respeito. Só para Vossa Excelência registrar a presença desse companheiro na Sessão.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Eu já havia registrado, deputado Wellington, mas reafirmo a presença do nosso amigo Fábio Braga, sempre é um prazer enorme tê-lo aqui conosco.

#### V – GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Não há oradores inscritos. Tempo dos Partidos ou Blocos. Bloco Parlamentar de Oposição, deputado Adriano, declina. Bloco Parlamentar Solidariedade/PP, deputado Fernando. Deputado Fernando Pessoa, por 5 minutos.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO PESSOA (sem revisão do orador) – Senhor presidente, aqui foi falado e questionado sobre o patrimônio do meu pai, lá na cidade de Tuntum, pelo deputado Rigo Teles. Deputado Rigo, meu pai é um homem trabalhador, todos os tuntuenses o conhecem. Ele tem vários empreendimentos, deputado Roberto Costa, naquela cidade. Começou a vida empresarial em 1990 e, graças a Deus, muito bem-sucedido naquela cidade. Tem postos de combustível, tem supermercado, tem hotel, mas tudo trabalhando honestamente. Quem conhece ele sabe na cidade de Tuntum. A deputada Daniella Tema, que é da cidade de Tuntum, também conhece o meu pai, conhece a minha família, lembra todos os dias às cinco horas da manhã para trabalhar e dorme tarde, sempre trabalhando com honestidade. Agora, deputado Rigo, eu quero que V.Ex.<sup>a</sup> fale do seu patrimônio.

Não estou aqui para falar do seu patrimônio, mas V.Ex.<sup>a</sup> falou que tudo seu é declarado, mas, em Barra do Corda, peba voa, porque V.Ex.<sup>a</sup> colocou um avião no nome de um laranja de nome Peba. Eu quero que V.Ex.<sup>a</sup> fale sobre a operação Astiages que investiga o desvio, deputado Fábio Braga, de mais de 56 milhões de reais naquela cidade. Morreu gente, morreram crianças, morreram várias pessoas por descaso na administração de que o deputado Rigo participava, porque lá foi comprovado pela Polícia Federal um desvio de 56 milhões de reais. Isso não sou eu que estou falando, deputado Fábio, quem está falando são todos os jornais, são todos que estiveram e presenciaram esses fatos em Barra do Corda. Isso me entristece porque esse dinheiro poderia ser investido em várias outras questões. Hoje nós poderíamos estar com menos problema na cidade de Barra do Corda, mas o deputado Rigo Teles, com toda sua família, desviou 56 milhões de reais. É muito dinheiro, presidente Glalbert Cutrim, é muito dinheiro. E aqui eu queria, senhor presidente, mais uma vez, entristecido, falar sobre esse assunto, um assunto que não me alegra porque é um assunto que deixou de ajudar vários barracordenses. Hoje nós poderíamos estar, deputado Rigo, se esse dinheiro tivesse sido aplicado, nós não estaríamos mais precisando estar asfaltando povoados. Hoje nós estamos tendo que asfaltar povoados porque esses 56 milhões foram simplesmente para o bolso da V.Exa. Vossa Excelência tem avião, helicóptero. Eu quero que V.Ex.<sup>a</sup> me diga qual foi o dia que V.Exa. trabalhou. Eu lhe digo: V.Exa. tem seis mandatos de deputado, mas não me envergonham esses seis mandatos que V.Ex.<sup>a</sup> tem porque veio aqui para esta Casa. V.Ex.<sup>a</sup> tem inveja das pessoas e queria que nunca mais um barracordense pisasse na Assembleia, que nunca mais um barracordense viesse ser deputado. Vossa Excelência, ex-deputado Jonathas Freitas, simplesmente por inveja do ex-deputado naquele tempo, deputado Wellington do Curso, e aí V.Ex.<sup>a</sup> agora está morrendo de inveja do deputado Fernando Pessoa porque está aqui com 100 dias de mandato e já fez muito mais do que V.Ex.<sup>a</sup> fez em seis mandatos. V.Ex.<sup>a</sup> não tem obra prestada em Barra do Corda. V.Ex.<sup>a</sup> não tem serviço prestado naquele município. Então, deputado, eu peço a V.Ex.<sup>a</sup> que venha aqui a esta tribuna para pedir ajuda para Barra do Corda. Nós estamos precisando, lá em Barra do Corda, é de ajuda, de alguém que ajude a administração do prefeito Erick, alguém que possa ajudar a administração, alguém que possa levar benefícios para aquela cidade. V.Ex.<sup>a</sup>, até o momento, não levou nenhum benefício à cidade de Barra do Corda. V.Ex.<sup>a</sup> sabe. Eu quero que V.Ex.<sup>a</sup> mostre um benefício que já levou à cidade de Barra do Corda. Eu lhe peço aqui que mostre. V.Ex.<sup>a</sup> já participou de vários escândalos. Aqui quem tem o telhado de vidro é V.Ex.<sup>a</sup>. Deputado, todas as vezes que V.Ex.<sup>a</sup> estiver mentindo, denegrindo a imagem da nossa cidade, eu irei vir aqui na tribuna para mostrar a realidade dos fatos. Vossa Excelência é tão maldoso e tão malvado, Deputado Glalbert, que lá em Barra do Corda, em 2016, teve uns caçadores que, querendo sustentar as suas famílias, foram caçar nas terras do Deputado Rigo Teles. E o Deputado com toda a sua arrogância e prepotência mandou queimar as motos desses cidadãos. O Júnior, irmão dele, ficou sensibilizado com esse caso e pagou depois essas motos, porque Vossa Excelência, Deputado, é maldoso. V.Exa. é arrogante e prepotente. Então V.Exa. vem aqui a esta Casa pedir ajuda para V.Exa. ajudar a nossa cidade de Barra do Corda e não para estar denegrindo a imagem da nossa cidade. V.Exa., sua família já denegriu muito a imagem daquela cidade. Eu peço que V.Exa. agora ajude Barra do Corda, porque denegrir a imagem da cidade Vossa Excelência e sua família já fez isso muito, então agora nós estamos pedindo que vossa Excelência ajude a cidade de Barra do Corda, que traga benefícios àquela cidade e que realmente faça alguma coisa pelo município de Barra do Corda e pelo povo que votaram em V.Exa.. Porque eu acho que eles esperam de V.Exa. é que V.Exa. ajude a cidade. Já lhe deram seis oportunidades, e até agora V.Exa. não ajudou em nenhuma das vezes. Satisfeito, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Pela Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição, Deputado Rigo Teles, por cinco minutos, sem apertes.



O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, eu ouvi aqui atentamente a fala do Deputado Fernando e me entristece, porque a pessoa se eleger não é fácil, mas também não é difícil se eleger. Agora, sem saber o que veio fazer, sem saber o que é o parlamento, o que é uma tribuna. Eu já disse aqui ao Deputado que, no latim, “parlar” é “falar”. A tribuna está aqui para discutir ideias, discutir projetos, discutir ações, não entrar no lado familiar. Qualquer coisa que acontecer no lado familiar, existe a justiça para tomar às providências. Denunciar patrimônio é na Receita Federal, não é na Mesa desta Casa não. Senhor Presidente, é na Receita Federal. É só denunciar na Receita Federal. Se V. Ex.<sup>a</sup> não tiver advogado, eu lhe cedo advogado para denunciar. Eu não tenho medo, não. Tudo meu pode ser declarado. A Receita Federal é um órgão competente para isso, não a tribuna desta Casa. Foi a primeira vez, Senhor Presidente, a primeira vez durante vinte e um ano de mandatos, que eu vejo uma pessoa despreparada, desqualificada para usar uma tribuna e levar a mensagem ao povo do Maranhão. Aqui é para discutir ideias. A denúncia, Senhor Presidente, que eu vim fazer aqui na tribuna desta Casa e queria que o nobre Deputado respondesse foi sobre a morte de recém-nascidos em Barra do Corda. Que não é só uma, não; são várias. Olha aqui o montante de documento que eu tenho aqui de pessoas. Essa documentação já está aqui como eu falei, onde está o paradeiro dessas coisas. Essa documentação já se encontra na Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, está aqui, já protocolei, para que tomem as providências. Essas documentações já se encontram aqui na Procuradoria Regional do Direito ao Cidadão, na Procuradoria da República, já se encontram aqui. São denúncias sobre mortes de recém-nascidos, e está aqui. Essa documentação aqui é só de pessoas que perderam os filhos, é lamentável. É isso que eu quero que um deputado faça a defesa, é defender, ou seja, a questão da morte de recém-nascidos, é isso que eu quero a defesa, é isso aqui que eu quero, nós vamos apurar, vamos apurar tudo isso aqui, vai ser apurado. E a outra questão, que eu citei, que veio um pedido dos vereadores, os vereadores abriram uma CPI e o deputado Rigo dizer que tem autonomia de fazer, de mandar criar CPI, pelo contrário, quando eu tomei conhecimento, a CPI já tinha cinco assinaturas e o Presidente Gil Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra do Corda, que foi uma das pessoas mais responsáveis pela candidatura do deputado Fernando, uma das pessoas que mais lutou para que ele chegasse a esta Casa aqui e está decepcionado com as ações do município, com as ações, principalmente na área da saúde, estou falando de saúde. E ele assinou essa CPI porque a população foi para cima dele, pediu que queria resultado e ele assinou por livre espontânea vontade. Eu nem sabia que o presidente Lopes iria assinar a CPI. Agora o que está temendo, o que está deixando eles pavorosos, todos, tanto o prefeito como o deputado, é o resultado final de uma CPI. CPI só se sabe como ela começa, como ela termina não se sabe. E a CPI foi criada e todos esses órgãos estão sendo denunciados e o que eu denunciei aqui foi o seguinte: lá em Barra do Corda, eu coloquei uma Emenda de R\$ 500 mil para comprar os equipamentos da semi-UTI Neonatal. E aqui estão as fotos da semi-UTI instalada no Hospital Materno Infantil, estão aqui as fotos do Materno Infantil, estão aqui as fotos dos berçários que foram instalados naquela época. Então, aqui semi-UTI Neonatal, está aqui isso aqui são fotos dos berçários. É isso que eu quero saber: onde se encontra? Porque a CPI vai lá, os órgãos competentes vão lá. Então saber, estão aqui os berçários? Onde se encontra esses berçários da UTI Neonatal que foi implantada no Hospital Materno Infantil, de Barra do Corda. Isso aqui é que a população está esperando resposta, está aqui, são inúmeras fotos dos berçários da semi-UTI, toda instalada, entregue à população de Barra do Corda, estão aqui são as fotos. Então, o que eu quero aqui é resposta. Eu não queria estar aqui torcendo, e nem estou torcendo e nem quero, o que vem acontecendo em Barra do Corda, eu me entristeço em saber que já faleceram vários nenês, vários recém-nascidos, chegaram a óbito no município de Barra do Corda. Está aqui um documento encaminhado a mim, que foi encaminhado para também o Senado Federal pela governança do polo de turismo, pela CAI, Associação Comercial Agrícola de Barra do Corda, Senhor Presidente, pelo CDL - Clube dos Diretores Lojistas de Barra do Corda, pelo o Sindicato dos Lojistas de Barra do Corda, pela OAB Seccional de

Barra do Corda, pelo Sinrural - Sindicato dos Produtores Rurais de Barra do Corda, pelos vereadores. São esses os documentos aqui enviados, aqui são fatos com documentos. Aqui eu não estou inventando nada não. Eu queria que o Deputado viesse defender que providências estão sendo tomadas para que isso aqui não vá em frente, para que não aconteçam mais óbitos, para que as crianças não morram mais no Hospital Materno infantil. E também as mães apavoradas, saindo do município de Barra do Corda para ter seus filhos em outros municípios. O município de Barra do Corda é um município que tem que atender não só Barra do Corda, como Fernando Falcão, Jenipapo dos Vieiras. Então, Senhor Presidente, são esses fatos. Aqui nós estamos relacionando o nosso discurso à morte de recém-nascidos. A tribuna desta Casa não é lugar para que venha discutir patrimônio. Problema familiar não é aqui nesta Casa. Procure os seus direitos e vá para a Justiça. Esta Casa aqui é para debater assuntos políticos. Isso aqui é um parlamento. O povo do Maranhão está aqui para nos ouvir, para ver e saber quais as ideias, as propostas que nós temos para os nossos municípios do estado do Maranhão, como eu estou fazendo. Eu viajo sempre a Brasília, buscando recursos em Brasília. Agora, sábado passado, eu estive no município de Jenipapo dos Vieiras entregando dois veículos, dois caminhões F-4000, para as associações daquele município de Jenipapo dos Vieiras. Existem vários para eu entregar agora às associações do município de Barra do Corda. Este é que é o trabalho de um parlamentar, levar as ações, trabalhar pelo seu povo. Assim eu faço, faço com satisfação, faço com alegria, porque é um direito meu de trabalhar pelo Maranhão. Não é por menos, senhor presidente, que estou aqui exercendo o sexto mandato. Eu não quero aqui me engrandecer. Primeiro agradeço a Deus, segundo, ao povo do Maranhão. Se eu não tivesse trabalho prestado no estado do Maranhão, eu não estaria aqui exercendo o sexto mandato. E assim eu faço. Todos os municípios onde fui votado, retorno sendo votado, porque ajudo os municípios. Esse é que é o nosso trabalho, esse é que é o trabalho do parlamento. O deputado precisa muito aprender. A sua assessoria, acho que está faltando um pouco para um ensinamento, para falar para ele o que é usar uma tribuna, o que é um parlamento, o que é discutir no parlamento. São as ações, são formas objetivas de levar as ações para os seus municípios. Isso sim é que é um parlamento, isso é que é discutir da forma democrática que o povo do Maranhão espera. Muito obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Faço aqui o registro do vereador Wilman, de Timon, a pedido do deputado Wendell Lages e do nosso amigo, deputado Rafael Leitoa. Deputado Fernando Pessoa, pelo Tempo da Liderança, no Bloco Parlamentar Solidariedade/PP, cinco minutos, sem aparte.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO PESSOA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, aqui eu queria falar sobre a questão do hospital e sobre a questão da morte da criança. Como eu falei, já subi nesta tribuna, o deputado Rigo fala que eu vou me denunciar na Receita Federal, mas quem vem aqui todo dia falar e denunciar é ele, então, deputado Rigo, eu lhe digo, sobre a questão da criança, o delegado Renilton está investigando, e nós queremos que quem esteja devendo pague. V.Ex.<sup>a</sup> sabe disso. O delegado Renilton é um delegado preparado, é um delegado trabalhador, inclusive eu estou aqui mais uma vez pedindo e ratificando que o delegado Renilton, junto com o secretário de Segurança, investigue a morte do vigia da casa da sua mãe, lá de Barra do Corda. Eu queria que V.Ex.<sup>a</sup> falasse aqui sobre a questão do Materno Infantil. A UTI está funcionando e o que sumiu no Hospital Materno Infantil, que tem uma ação protocolada no Ministério Público, que está ficando a par disso, é do gerador, do gerador do Materno Infantil, que V.Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem. Quem carregou o gerador, V.Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem onde esse gerador está! Esse gerador do Hospital Materno Infantil está numa fazenda de sua propriedade. Então, deputado, lá em Barra do Corda, o prefeito é o Erick Costa, eu já lhe falei, V.Ex.<sup>a</sup> fala que ia levar a Comissão de Saúde, nós queremos que a Comissão de Saúde vá a Barra do Corda e possa resolver e ajudar a saúde daquele município, porque é isso que nós estamos querendo resolver, solucionar





os problemas. Não queremos criar problemas; queremos resolvemos os problemas. O Prefeito está para o diálogo, está lá para resolver os problemas. Inclusive V.Exa. sabe que vem sempre aqui é falar, é denunciar. V.Exa. sempre aqui vem para falar, denunciar o Prefeito. V.Exa., levou aqui a comissão de obras para Barra do Corda, falando que o Prefeito Eric tinha desviado dinheiro de algumas obras. E lá o Prefeito Eric fez V.Exa. passar vergonha. V.Exa. passou vergonha lá em Barra do Corda, no IFMA. Levou todas as questões para lá. O Prefeito Eric mostrou os extratos e, mais uma vez, eu ratifico, lá o Prefeito é o Eric Costa. Quando V.Exa. administrava aquele município junto com seu grupo político, sim, teve desvio e foi comprovado pela Polícia Federal. Agora V.Exa. vem aqui mais uma vez falar, falar, falar. V.Exa. tem 21 anos de deputado e V.Exa. ainda não mostrou para o povo do Maranhão o que é ser deputado. Vossa Exa. só vem aqui para denegrir a imagem das pessoas, a imagem da cidade que sempre lhe acolheu. Então eu peço a V.Exa., que venha aqui nessa tribuna pedir para ajudar Barra do Corda. Vossa Exa. fala em emendas. Será que essas emendas que V.Exa. diz que botou não é igual a do hospital, igual a do estádio que V.Exa. faz ofício e depois vai lá e pede para não pagar. Porque o Governador Flávio Dino é um governador competente e tem pago as emendas de todos os deputados, ou só a sua emenda que não é paga? Vossa Exa. está mais uma vez deputado. Vem aqui, mostre, leve algo de concreto para Barra do Corda. O povo de Jenipapo dos Vieiras tem conhecimento que quem levou os dois caminhões para aquela cidade foi o Deputado Federal Júnior Lourenço, um deputado trabalhador que tem mostrado, tem ajudado, inclusive, a cidade de Barra do Corda. Todo mundo ajuda a cidade de Barra do Corda, todos os deputados federais, deputados estaduais. Agora V.Exa. é único deputado que, até o momento, não ajuda a cidade de Barra do Corda. Eu peço a V.Exa. que ajude a cidade de Barra do Corda. Não vá para lá, não vá fazer apenas ameaças às pessoas, denúncias. Ajude Barra do Corda. O pessoal de Barra do Corda está aguardando V. Exa. O pessoal já lhe deu seis oportunidades de ser deputado e, até o presente momento, V. Exa. não tem um prego enfiado na cidade de Barra do Corda, não ajudou a cidade de Barra do Corda em nenhum momento. Eu peço que V. Exa., mais uma vez, ajude a cidade de Barra do Corda, ajude os amigos daquela cidade. Porque é para isso que o povo de Barra do Corda lhe elegeu, para V. Exa. ajudar e realmente fazer algo de concreto e trabalhar pelo povo daquele município. Satisfeito, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão, declina. Bloco Parlamentar Democrático PR/PMN, declina. PSDB, declina.

#### VI-EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Concedo palavra ao Deputado Rigo Teles por dez minutos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Deputado Fernando Pessoa, por 10 minutos

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Com a palavra, o Deputado Edivaldo Holanda.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

**Resumo da Ata da Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia quinze de maio de dois mil e dezenove.**

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Roberto Costa.

Primeira Secretária Senhora Deputada Andreia Martins Rezende.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Hélio Soares.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adelmo Soares, Adriano, Andreia Martins Rezende, Ariston, Arnaldo Melo, Carlinhos Florêncio, César Pires, Daniella Tema, Detinha, Doutor Yglésio, Doutora Helena Duailibe, Duarte Júnior, Edson Araújo, Edivaldo Holanda, Fábio Macedo, Fernando Pessoa, Glalbert Cutrim, Hélio Soares, Mical Damasceno, Othelino Neto, Pará Figueiredo, Paulo Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitoa, Rildo Amaral, Roberto Costa, Vinícius Louro, Wellington do Curso, Wendell Lages, Zé Inácio Lula e Zito Rolim. Ausentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Antônio Pereira, Ciro Neto, Doutor Leonardo Sá, Doutora Cleide Coutinho, Doutora Thaiza Hortegal, Felipe dos Pneus, Neto Evangelista, Pastor Cavalcante, Ricardo Rios, Rigo Teles e Zé Gentil. O Presidente declarou aberta a Sessão, determinando a leitura do texto bíblico, do Resumo da Ata da Sessão anterior e do Expediente, que foi encaminhado à publicação. Em seguida, concedeu a palavra aos Deputados Wendell Lages, Rildo Amaral, Zé Inácio Lula, Adelmo Soares, Fernando Pessoa, Rafael Leitoa e Wellington do Curso. Esgotado o tempo regimental destinado ao Pequeno Expediente, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia, anunciando que, conforme acordo de lideranças, foram transferidos para Sessão Ordinária do 21 do mês em curso, os vetos totais aos Projetos de Lei n.ºs: 158/2013, do Deputado Raimundo Louro; 195/2015, do Deputado César Pires; 194/2015, do Deputado César Pires; 255/2015, do Deputado Vinícius Louro; 165/2017, do Deputado César Pires e 127/2018, do Deputado Roberto Costa. Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC); e de Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho, em primeiro turno, regime de prioridade, foi aprovado o Projeto de Lei n.º 019/2019, de autoria do Poder Judiciário, que altera a redação do § 2º do Artigo 10, da Lei n.º 8.032, de 2003, acrescentado pela Lei n.º 8.710/2007 e Alterado pela Lei n.º 10.712/2017. O Parecer n.º 176/2019, de autoria da CCJC, contrário ao Projeto de Lei n.º 090/2019, de autoria do Deputado Wellington do Curso, foi retirado a pedido do autor. Com Parecer favorável da CCJC, o Plenário aprovou, em primeiro turno, tramitação ordinária o Projeto de Resolução Legislativa n.º 018/2019, de autoria do Deputado Rafael Leitoa, subscrito pelos Deputados Glalbert Cutrim, Fábio Macedo, Professor Marco Aurélio e Zito Rolim, que concede o título de Cidadão Maranhense ao Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, o Senhor Erlanio Luna Xavier. Sujeitos a deliberação da Mesa, foram deferidos os Requerimentos n.ºs: 271/19, de autoria do Deputado Duarte Junior, solicitando que seja justificada sua ausência nas Sessões Plenárias realizadas nos dias 15 e 16 de abril do ano em curso, em razão de sua participação, com a Comissão de Meio Ambiente, da Missão sobre o lixo zero em Florianópolis/SC e 272/19, de autoria do Deputado Hélio Soares, solicitando que seja justificada sua ausência nas Sessões realizadas no período de 06 a 09 de maio do ano em curso, pela sua participação como representante deste Poder, em um encontro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/SP. Na forma regimental, foram incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária os Requerimentos n.ºs 273, 274 e 275/2019, de autoria do Deputado Wellington do Curso e 276/2019, de autoria do Deputado Wendell Lages. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No tempo dos Partidos e Blocos se pronunciaram os Deputados Vinícius Louro, pelo Bloco Parlamentar Democrático; Rafael Leitoa, pela Liderança do Governo e Adriano, pelo Bloco Parlamentar de Oposição. As demais agremiações declinaram do tempo a elas destinado. A Deputada Mical Damasceno e o Deputado Wellington do Curso discursaram no Expediente Final. Nada mais havendo a tratar a Sessão foi encerrada e lavrado o presente Resumo, que lido e aprovado será devidamente assinado. Plenário Deputado Nagib Haickel do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 16 de maio de 2019.





**Sessão Solene em comemoração ao transcurso do Centésimo Septuagésimo Oitavo aniversário de instalação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e ao “Dia do Poder Legislativo”, realizada no dia 18 de fevereiro do ano de dois mil e treze.**

Presidente Senhor Deputado Arnaldo Melo

O Senhor Presidente Deputado Arnaldo Melo, em nome do povo e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Solene em comemoração ao transcurso do Centésimo Septuagésimo Oitavo aniversário de instalação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e ao “Dia do Poder Legislativo”, convocada, através do Requerimento n.º 001/2013, de autoria do Deputado César Pires e convidou para compor a Mesa dos Trabalhos o Vice-Governador do Estado do Maranhão, Senhor Washington Luís de Oliveira, neste ato representando a Governadora Roseana Sarney; o Prefeito de São Luís, Senhor Edivaldo Holanda Júnior; Senhor Vereador Ivaldo Rodrigues, neste ato representando o Presidente da Câmara Municipal de São Luís; o Presidente da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, Senhor Flávio Dino; a Procuradora Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Senhora Regina Lucia Rocha e o Senhor Antônio Barbosa, Professor e Consultor do Senado Federal. Em ato contínuo, o Presidente solicitou a todos que se pusessem de pé, para a execução do Hino Maranhense, executado pelo Primeiro Sargento da Polícia Militar, Senhor Pedro Duarte de Araújo. Em seguida, a palavra foi concedida ao Professor Antônio Barbosa, Consultor Legislativo do Senado Federal, que proferiu uma palestra com o Tema: As Assembleias Legislativas Provinciais, a República, a Ditadura Militar de 1964 e a Nova República. Falou da emoção de participar desta cerimônia de comemoração aos 178 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, fez uma síntese da trajetória política do País ao longo de cerca de 190 anos de Estado Nacional e Independente e destacou a importância do ato da entrega simbólica de mandatos que foram discricionariamente tomados dos Deputados eleitos pelo povo do Maranhão. Retomando a palavra o Presidente da Mesa, registrou a presença da comitiva de Deputados do Estado do Piauí e convidou o Deputado Temístocles Sampaio, Presidente da Casa Legislativa do Piauí para compor a Mesa, o Deputado Antônio Felix Medeiros, o Deputado Edivaldo Gomes da Silva, o Deputado Claudio Tadeu Moura e o Vice-Prefeito de São Luís, o ex-deputado Roberto Rocha. Em seguida, deu início à cerimônia simbólica de devolução dos mandatos parlamentares dos Deputados: Benedito Buzar - Partido Social Progressista (PSP), Deputado Sálvio Dino - Partido Democrático Cristão (PDC); Deputado Kleber Leite - Aliança Renovadora Nacional (ARENA), cassados pela Ditadura Militar. Solicitou a presença do Antônio Kennedy Souza Leite, neste ato, representando o Deputado Kleber Leite, seu pai, assim como convidou o Deputado Bira do Pindaré para fazer a entrega do certificado. Na sequência, solicitou a presença, junto à Mesa dos Trabalhos, dos Deputados Benedito Buzar, Sálvio Dino e do Senhor Antônio Kennedy, neste ato representado o Deputado Kleber Leite, para receberem os Diplomas de Deputado Estadual. Posicionados em frente à Mesa dos Trabalhos, prestaram o simbólico compromisso constitucional de posse, proferindo as seguintes palavras “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado, observar as leis desempenhando com lealdade, dedicação e ética o mandato que me foi confiado pelo povo do Maranhão”. Então, o Presidente os declarou empossados simbolicamente no cargo de Deputados Estaduais. Na sequência, o Presidente concedeu a palavra ao Senhor Antônio Kennedy, que em nome de seu pai o Deputado Kleber Leite agradeceu por essa importante cerimônia. Sendo este seguido na Tribuna pelos Deputados Benedito Buzar e Sálvio Dino, que também agradeceram e teceram uma breve narrativa dos fatos históricos que se sucederam desde o início da ditadura militar até os dias atuais. Dando prosseguimento à segunda parte da Sessão, foi feita uma homenagem aos Deputados Estaduais integrantes das Legislaturas no período Republicano do Século XX, representados pelos ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Estado do

Maranhão, com a entrega de uma placa, simbolizando esta data. Nesse momento foi feita a entrega da Placa de Honraria a todos os Deputados estaduais maranhenses que exerceram o mandato nos Séculos XX e XXI aos ex-Presidentes da Assembleia Legislativa do Maranhão. Após a entrega das placas o Presidente manifestou o sentimento de reconhecimento aos senhores Deputados Federais Maranhenses Cid Carvalho-MDB; José Neiva Moreira-PSP; e Renato Archer- MDB; pela luta nos anos de chumbo, destacando que estes parlamentares tiveram os seus mandatos cassados durante o período da Ditadura Militar, ressaltando que esta tarde de intensa emoção representa um momento de fundamental importância para o Poder Legislativo do Maranhão, neste dia 18 de fevereiro, quando comemoramos o aniversário da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Em seguida, agradeceu a todos os Deputados que integram este Poder e que personalizam esta Legislatura, acrescentando que estão todos irmanados nesse processo de olhar para o passado desta Casa, de revisitar sua história, de resgatar seus vultos de maior expressão, de compreender os percalços de sua trajetória democrática, de orgulhar os cidadãos que representamos cumprindo com honra, ética o mandato que lhes foi outorgado. Acrescentou ainda que esse processo de revisitar a nossa história possibilitando melhor compreensão do passado será essencial para a projeção do futuro deste Poder, que na luta pela consciência dessa verdade, esta Casa, com o apoio decisivo de todos os Deputados, iniciou um processo de estreitar os laços com a comunidade, outorgando a Medalha do 4º Centenário de São Luís a 400 personalidades que prestaram inestimáveis serviços a esta cidade no século XX, e no atual. Personalidades vivas e em memória, medalhas entregues em noite memorável no dia 05 de setembro de 2012, num gesto de mãos estendidas desta Casa com a sociedade, celebrando homens e mulheres, que de uma forma ou de outra ajudaram a construir São Luís. O Presidente destacou que a devolução simbólica dos mandatos dos Deputados Benedito Buzar, Sálvio Dino e Kleber Leite em memória foram inspirados em ato do Congresso Nacional representa um gesto de reafirmação democrática, um gesto de resgate de prerrogativas deste Poder que foram usurpados por atos de exceção, destituindo mandatos de Deputados e suplentes por motivos de ideologia em processo sumário sem possibilidade de qualquer defesa. Ele acrescentou também que este ato representa ainda, mesmo que 49 anos depois, seria um gesto conciliatório, um pedido de desculpas, o resgate de um marco histórico, os discursos emocionados dos Deputados, que hoje empossamos, refletem as emoções desta tarde e traduzem a dor que lhes acompanhou durante todo esse período. Finalizando suas palavras, o Presidente se dirigiu aos Deputados Sálvio Dino, Benedito Buzar e Kleber Leite (*in memoriam*), para dizer que não conseguia compreender a dor que suas famílias e seus amigos sofreram naquele dia fatídico e que hoje, neste gesto modesto do Poder Legislativo, buscou-se levar uma mensagem de reconhecimento pelos equívocos cometidos no passado, acreditando que sempre é tempo de recomeçar. O Presidente se emocionou na conclusão do discurso e reafirmou sua alegria em devolver os mandatos de seus companheiros e em seu nome, em nome dos 41 Deputados que compõem esta Casa e em nome do povo do Maranhão agradeceu pela oportunidade de reparar uma injustiça. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a Sessão. Plenário Deputado Nagib Haickel do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 18 de fevereiro de 2013. Deputado Arnaldo Melo - Presidente

**SESSÃO SOLENE  
REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2019 ÀS 12H.**

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene convocada por meio do Requerimento n.º 176/2019, de autoria do senhor deputado que aqui vos fala, Neto Evangelista, em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública e também aos 18 anos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Convido a compor a Mesa o Exmo. Senhor Rodrigo Lago, Secretário de Estado de Comunicação e Articulação Política, neste ato representando o Senhor Governador Flávio Dino;



Exmo. Senhor Alberto Bastos, Defensor Público Geral do Estado; Exma. Senhora Ana Carolina Valinhas, Defensora Pública Geral da União, no Maranhão; Exma. Senhora Ana Flávia Melo e Vidigal Sampaio, Defensora Pública do Estado; Senhor Caio Saraiva, diretor tesoureiro da OAB, neste ato representando o Presidente da OAB, Dr. Thiago Diaz. Destaco a presença dos colegas deputados Wellington do Curso, presente aqui na Sessão, deputado Roberto Costa, deputado Wendell Lages, deputada Daniella Tema, deputado Dr. Yglésio, deputado Arnaldo Melo, deputado Zito Rolim, presentes na nossa Sessão. Eu vou pedir desculpas aqui ao Cerimonial, vou quebrar um pouco o protocolo, porque como autor do requerimento eu seria o primeiro a me manifestar, mas como estou presidindo também a Sessão, vou permitir permissão para ao final da Sessão fazer a minha manifestação para, em seguida, poder encerrar esta Sessão. Portanto, eu concedo a palavra a Dra. Ana Flávia Melo e Vidigal Sampaio, representando os defensores públicos, com 18 anos de carreira. A senhora pode se dirigir para a tribuna.

#### A SENHORA ANA FLÁVIA MELO E VIDIGAL SAMPAIO

- Bom dia a todos e todas aqui presentes. Eu gostaria de me dirigir a todas as autoridades na pessoa do Exmo. Senhor Deputado Neto Evangelista, autor deste Requerimento em que homenageamos a Defensoria Pública, fazemos em memória deste momento importante de 18 anos de existência dessa instituição, no Estado do Maranhão. E aos defensores públicos, eu gostaria de cumprimentar na figura e na pessoa de Dr. Alberto Bastos, o nosso defensor geral. Gostaria de cumprimentar aqui todos os defensores presentes, os servidores da defensoria pública, os deputados e todos aqueles que da sociedade civil nos apoiam neste momento, trazem o seu calor, a sua amizade e, principalmente, a energia dessa sociedade em torno dessa instituição, que é a cara da sociedade, que fala com aqueles que de fato mais precisam dentro da estrutura de funcionamento da nossa sociedade e que principalmente tem um papel importante em abrir as portas do Judiciário, mas não só isso, a todos aqueles que precisam e a trazer dentro desse jogo democrático, dentro dessa estrutura processual que foi muito conformada para atender interesses de classes prevalentes a possibilidade de fato de acesso democrático, de discussão de direitos e de colocação de um prisma cada vez de maior igualdade e justiça no Brasil. O que me traz aqui, portanto, é homenagear a defensoria. São 18 anos de existência no Estado do Maranhão e eu foco a minha fala nessa questão, 18 anos e um sentimento, se a gente pudesse começar a conversar sobre isso. Nós tivemos um sonho, nós desse primeiro concurso da defensoria. Diríamos como Luther King, e o sonho foi exatamente ficar nessa carreira. Esse era um sonho individualista, era um sonho muito limitado à nossa própria necessidade. O fato é que a gente começou a atuar como defensor e, de fato, tivemos ali um encontro com essa carreira. Mas não havia instituição. Não havia instituição por trás, era preciso construir uma instituição e aí esse sonho chamou necessariamente a importância de construção de todo um trabalho institucional que nos permitisse ficar na defensoria pública. E foi isso exatamente, essa luta que empreendemos. Então são homenageados, hoje, todos aqueles que estiveram nesse momento na instituição, são defensores públicos e servidores. Eu leio rapidamente, porque tenho um pequeno tempo aqui e preciso usar bem esse tempo, o nome dos defensores e cito o número desses servidores. São 53 servidores, muito deles aqui presentes. Então são colegas nossos hoje homenageados: Ivanilde Coelho Mesquita, José Augusto Gabino de Oliveira, Denise Silva Miranda Dantas, Antônio Peterson Barros Rego Leal, Fabíola Almeida Barros, Idelvalter Nunes da Silva, Alisson Luís Melo do Nascimento, Alberto Guilherme Tavares de Araújo Silva, Lindevania de Jesus Martins Silva, Maria Jeanete Fortes Silva, Dario André Cutrim Castro e Aldir Melo de Araújo Filho. Então, neste momento, estes são os nossos sentimentos, sentimento de agradecimento por estarmos aqui. Sentimento que nos uniu, então, enquanto grupo. E sentimento que formou isso que é a instituição Defensoria Pública no Brasil. O surgimento, no Maranhão, teve toda uma especificidade. Eram tempos muito difíceis e o primeiro defensor público foi nomeado pelo governador do Estado após um período em que estivemos vinculados a uma Procuradoria de Assistência Judiciária. Só que naquele momento

o trabalho da Procuradoria, de fato, não enfrentava a grande demanda de sociedade, todas aquelas questões que nos eram trazidas por esta sociedade. Precisamos e precisávamos caminhar um pouco mais. Nesse contexto histórico, surge o Doutor Idelvalter como o primeiro defensor público geral nomeado pelo governo do estado, ainda sem uma estrutura de eleições. No momento seguinte essas eleições se estruturaram e aí chega a oportunidade em que eu tive a alegria e aquele momento também de muita dificuldade e de um trabalho de muita seriedade que exigiu a todos nós construir a autonomia da Defensoria Pública, especificidade no Maranhão em que essa autonomia foi conquistada judicialmente pelas disposições da Emenda Constitucional n.º 45. Isso fez com que a Defensoria do Maranhão tivesse uma característica muito específica no Brasil, que foi ter uma conformação constitucional baseada em discussões jurídicas travadas no Tribunal de Justiça e confirmadas nos Tribunais Superiores, que fizeram com que essa instituição pudesse, de fato, construir vanguarda, jurisprudência e muitas daquelas que seriam as discussões posteriores de Defensorias Públicas no Brasil. Então, no afã de termos uma instituição acabamos construindo, de fato, um modelo de atuação e de estruturação administrativa, dessa instituição, dentro do contexto constitucional democrático brasileiro. Defensoria Pública que se propõe a fazer a defesa daqueles que de fato mais precisam e que é a única instituição dentro do contexto da Justiça, que se volta para um trabalho de aliviar as tensões do conflito que a lide em si é. O nosso processo ele é absolutamente baseado, historicamente, sabemos disso, numa visão de luta, luta processual. A Defensoria vem com um olhar e uma estratégia absolutamente diferente disso. Ela busca exatamente construir possibilidades, construir discussões e a partir de realidades que nem sempre são aquelas que nós gostaríamos de trabalhar, como, por exemplo, a realidade de limites orçamentários, graves, da nossa estrutura administrativa, nós podemos conferir justiça e bem jurídicos, e acessos a uma população numerosa, a uma população que na realidade constitui a base do nosso povo e que ainda tem muitas dificuldades em ter acessos a grandes bens. Como é o caso da educação de qualidade, como é o caso da saúde, como é o caso mesmo da moradia. Enfim, de tantas outras que são a nossa, vamos dizer, matéria-prima diária, o receber o povo todas as vezes em que nós temos que nos confrontar, sobretudo, de outro lado dessa equação jurídica, com aquele que é o detentor desse orçamento é o próprio Estado. A Defensoria, portanto, faz esse trabalho, um trabalho delicado, um trabalho que precisa ser feito sem que nós venhamos a prejudicar essa missão, mas que tenhamos a consciência também que vivemos sob certos limites, limites reais de um país que ainda tem muito ainda que caminhar para poder por meio de atuação pública, por meio de possibilidades reais conferir, de fato, o que cada um brasileiro pobre precisa para ter dignidade, para vencer a pobreza. A defensoria também trabalha sobre a perspectiva de um grande paradoxo, ela deve deixar de existir. O objetivo desse combate à pobreza que a defensoria faz é um dia ela não precisar mais existir. Esse é o grande, vamos dizer o grande símbolo, é o grande limite e ao mesmo tempo a grande ideologia a partir da qual a defensoria caminha, é que um dia não haja mais aqueles que precisem adentrar ao Judiciário para conseguir essa gama de direitos, que a administração consiga acolher a todos dentro do seu trabalho normal de realização da atividade pública. Então, claro que isso é um norte ideológico, é claro que isso é um norte a ser perseguido, de fato, rumo a nossa utopia, mas é o grande caminho da defensoria. E assim sigamos nós aqui na Defensoria do Maranhão enfrentando essas discussões judiciais e ao fim a autonomia. Depois dela a possibilidade de ir fazer aquele que seria o grande papel da Defensoria, estar onde a sociedade está. E aí foi possível ir ao interior do Estado, coube aos defensores gerais, Aldir Melo e Mariana Albano, essa tarefa. A Defensoria seguiu então aos interiores e conseguiu realizar e tem realizado trabalho de interesse e trabalho de realmente fundamentar esse estado de direito em alguns locais de muita pobreza e de dificuldades e de grandes limites. Agora, após os grandes concursos, se eu estou na gestão do Dr. Aldir Melo, veio a possibilidade de trazer um grupo de jovens defensores para a carreira. E é o momento da renovação. A Defensoria Pública Estadual do Maranhão, portanto ela tem uma feição também democrática nesse aspecto. Ela não é a cara de ninguém, mas é a cara de todo um trabalho de grupo, de toda uma confiança, de todo



uma caminhada de um grupo idealista de pessoas, homens e mulheres, defensores públicos e servidores que nunca perderam a crença na possibilidade dessa instituição fazer, apesar de todos os limites do Estado do Maranhão, e todas as dificuldades deste limite, um trabalho que significasse, de fato, justiça social. E aí, indo para o interior do Estado, ou estando aqui nas periferias, nós vamos caminhar sempre em busca da melhoria dessa condição de relacionamento de uma instituição com o povo. Esse é, de fato, o maior dos nossos desafios. Que esse crescimento institucional nunca nos afaste da população. Que nós tenhamos sempre as portas abertas para uma oitiva muito franca e muito próxima do povo. Que um defensor público nunca tenha, entre ele e a população, nenhum tipo de intermediação. Que seja, de fato, a defensoria um local aberto, onde o povo encontre ali aquelas portas de discussão, de realização de seus interesses, de construção de cidadania, da possibilidade, de fato, de nós termos o Estado do Maranhão com menos exclusão social, com mais justiça e com mais possibilidades. Lamentavelmente, o Maranhão ainda enfrenta alguns terríveis rankings, para lembrar alguns: a questão da mortalidade infantil, nós estamos lamentavelmente bem colocados nesse ranking. Outros rankings difíceis, aquele relacionado aos casamentos de meninas, a violência contra mulheres e outros tantos que nós poderíamos mencionar. Então toda essa carga de trabalho vem como desafio futuro da Defensoria. Essa construção institucional que passou, não por acaso, pelas vias judiciais para se realizar enquanto autonomia desta instituição no Estado, e é claro, que ali contamos com o apoio de toda a sociedade, desta Casa fazendo memória ao Deputado João Evangelista, que foi uma das pessoas fundamentais naquele momento, do Tribunal de Justiça desse Estado, do Ministério Público, da OAB e o seu Conselho Seccional, porque na ocasião nós não tínhamos ainda nem as personalidades capazes de ingressar com uma ação desse tipo na Justiça, e, portanto, precisamos nos servir dessa estrutura que o Conselho Federal da Ordem nos oportunizou. E tivemos a grata felicidade de reunir num Estado, onde nós temos, sim, alguma dificuldade de articulação de projetos conjuntos, onde nós temos, sim, dificuldade de unir interesses em tornos de objetivos comuns, conseguimos realmente construir uma verdadeira articulação de bons propósitos e interesses, fazendo surgir a defensoria. Só que o desafio futuro está posto, o desafio é seguir adiante, o desafio é fazer com que essa instituição nunca perca a cara da população. Nós temos inclusive lá dentro um sistema, que faz análise de todos aqueles que são os nossos grandes usuários, e a Defensoria, a gente sabe, é uma mulher. E aí essa é uma fala e uma informação de algum tempo atrás, hoje ela já pode estar... porque isso tem toda uma dinâmica. E nenhuma instituição é mais dinâmica do que a Defensoria nesse sentido. Mas essa era uma informação de quatro anos, uma mulher moradora da Cidade Olímpica, chefe de família, com uma filiação de três, quatro filhos, sem trabalho que vivia de renda baseada em um trabalho não formal. Então, essa cara do povo a instituição não pode perder. Esses dezoito anos significam simplesmente o início de um trabalho, o início de uma construção institucional, exitosa na medida em que ela conseguiu recrutar energias de toda a sociedade. E vi, sim, para uma maneira, vamos dizer inédita, vamos dizer inusitada por meio de ações e vias judiciais a se construir, mas hoje ela é a instituição da população nesse Estado. É instituição que integra a administração pública estadual e que portanto fala, recebe apoio, mas se mantém firme na missão, que é muitas vezes apontar um caminho a esta própria administração, um caminho de olhar aqueles que mais precisam, construir efetivamente a ponte capaz de fazer com que o povo desse Estado comece a ter acesso a condições de renda e dignidade maiores, vencer tristes indicadores sociais, construir efetivamente justiça, fazer com que o Judiciário tenha de fato uma via e um canal democrático capaz de respeitar ali, pelas armas naturais do processo, os direitos efetivos de quem tem. E que a morosidade da Justiça não seja de fato um efeito que só é capaz de ser suportado por quem tem dinheiro, que ela não sirva de alguma maneira para arraigar as diferenças sociais. Então, nesse momento, de comemoração, nós fazemos menção e agradecimento a uma série de instituições: Associação dos Defensores Públicos, OAB, Tribunal de Justiça, esta Casa, Assembleia Legislativa, que sempre nos apoiou e continua apoiando. E aí, por uma questão de fato, de coincidência histórica, em um momento que estive

aqui que aprovava o primeiro orçamento, era o pai do deputado Neto Evangelista que estava sentado na cadeira da Presidência e hoje vejo ele, enfim, abrir a sessão e, claro, como pai e filho, muitas memórias me vêm à cabeça, o gestual, enfim, é a história que se constrói por meio das pessoas. O Ministério Público Estadual, Poder Executivo, e faço uma importante homenagem aqui a figuras especiais daquele momento: o advogado doutor Caldas Góes era o presidente da Ordem na época; a deputada Helena Heluy uma política de importância neste estado. Quem não teve oportunidade de vê-la em atuação e aqui muitos jovens, enfim, mas procurem conhecer o trabalho dessa mulher, uma maranhense de fato de extremo valor; doutor Guilherme Zagalo, meu grande amigo da OAB e a emoção natural de lembrar essas pessoas, de lembrar esse momento de coisas que nós possamos, mas apontando sempre para o desafio futuro de não esquecermos o povo. A Defensoria Pública faz a defesa da população, do povo, ele é o dono da Defensoria. Não posso esquecer os servidores. Essas são horas nervosas em que qualquer esquecimento sempre é fatal. Eu preciso, por favor, falar dos servidores públicos da Defensoria, dos nossos 53 servidores que eram aqueles lá daquele momento e que apoiaram toda essa caminhada. Então, por favor, lembremos sempre, e aqui falando para os meus colegas defensores públicos, para os defensores da União aqui presentes que por mais que essa instituição cresça, as origens delas são estar aberta à população, ter o desejo de atender ao povo, não ter intermediários. O defensor público é diferente, enfim, sem fazer comparações ou querer de maneira nenhuma estabelecer prevalência a nós, mas há um perfil diferenciado nesta atuação que é o desejo, que é o querer bem, que é o gostar de ter as pessoas simples colocando a sua vida diante de nós. Por bem entender essas histórias, ouvi-las, dar importância, na minha memória, hoje, é capaz de passar diversas histórias que, se fosse esse foco, na nossa fala eualaria de histórias que marcaram minha vida de pessoas simples que me dão lições a todo momento, pois nós nunca paramos de aprender e isso não pode mudar. Então, salve a Defensoria, vida longa a ela, o futuro nos espera, mas nunca sem o povo. Obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Destaco a presença também do senhor Gabriel Furtado, subdefensor-geral do Estado, aqui presente conosco. O corregedor geral da Defensoria Pública, José Augusto Gabina, também está aqui presente. Todos os defensores públicos que estão aqui do Estado e da União que se fazem presentes. Muito obrigado. Quero cumprimentar a sociedade civil que lota o plenário da Casa hoje aqui, em nome do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal da Condição Feminina, do Centro de Apoio da Pessoa com Deficiência do Polo Coroadinho, o Instituto Irmã Dilce, Associação Residencial Ebenézer. Cumprimentar a Associação Comunitária do Itaqui-Bacanga, o Centro de Integração Social e Cultural Aprendiz do Futuro, pessoas da sociedade civil, da nossa zona rural, Maracanã, Estiva, Coqueiro, Quebra Pote que estão aqui presentes. Cumprimentar o meu querido amigo Lívio que é o nosso presidente da Agência Executiva Metropolitana do nosso Estado. Concedo a palavra a Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Valinhas, defensora chefe do Núcleo da Defensoria Pública da União no Maranhão. A senhora pode falar do lado da bandeira do Brasil já que é da União.

A SENHORA DEFENSORA ANA CAROLINA VALINHAS - Excelentíssimo Senhor Deputado estadual Neto Evangelista, Excelentíssimo Doutor Alberto Bastos, defensor público geral estadual, em cujo nome cumprimento os demais integrantes da Mesa. Deputados e deputadas aqui presentes, defensoras e defensores públicos federais e estaduais, servidoras e servidores, estagiarias, estagiários das defensorias públicas da União e do Estado, representantes da sociedade civil, demais presentes. Bom dia. É com imensa satisfação que a Defensoria Pública da União recebe o convite para participar desta sessão solene, na Assembleia Legislativa do Maranhão, em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública da União e dos Estados, instituído pela Lei 10.448/2002, e aos 18 anos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. A defensoria pública é alçada pela Constituição Federal de 88 ao patamar de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, expressão e instrumento da democracia, incumbindo-lhe a





orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, garantindo aos necessitados o mais amplo acesso à justiça. Dessa forma, a Carta Magna Brasileira atribui à defensoria pública importante papel no regime democrático adotado a partir de 88, em que o povo exerce papel fundamental devendo ser o centro dos poderes legalmente constituídos. Nesse contexto, não há como a República Federativa do Brasil cumprir seus objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de garantir o desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e a marginalização reduzindo as desigualdades sociais e regionais, bem como de promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, sem que haja uma instituição forte, independente, dotada de todos os mecanismos capazes de bem exercer seu mister de tutelar na integralidade os direitos dos necessitados, uma instituição capaz de tutelar na integralidade os direitos daqueles que, apesar de terem boca, não podem muitas vezes falar e nem serem ouvidos, daqueles que, apesar de integrarem a população brasileira, não são vistos como povo e, portanto, não são destinatários de direitos mínimos existenciais. Nós, defensoras e defensores públicos, sabemos que muitas vezes aqueles que buscam a Defensoria Pública querem apenas falar e serem ouvidos enquanto cidadãos, querem apenas serem vistos como pessoas titulares de direitos fundamentais. Não adianta, pois, afirmar-se como um Estado Democrático e possuir uma Constituição denominada de Cidadã com um plexo de direitos fundamentais, de direitos supra fundamentais, se estes direitos não podem ser garantidos efetivamente a todos, pessoas com deficiência, idosos, quilombolas, indígenas, refugiados, mulheres, negros, pardos, pobres, marginalizados e marginalizadas, pois este é o papel primordial da Defensoria Pública. Não há que se negar que muito já se avançou, citando-se como exemplos a concessão de autonomia administrativa e financeira pela Constituição Federal à Defensoria Pública, a aprovação da Emenda Constitucional 80, que fixa um prazo de oito anos para a interiorização da Defensoria Pública da União e dos Estados, mas ainda há muito a avançar. No caso específico da Defensoria Pública da União, apesar de sua previsão desde a Constituição de 88, ela só foi instituída em caráter emergencial e provisório, em 1995, após sete anos de sua promulgação, permanecendo até hoje esta situação de emergência e provisoriamente. Não contando a instituição com carreira de apoio, estando instalada em apenas 70 das 279 seções e subseções judiciárias federais, ou seja, apenas 29% das cidades possuem justiça federal. Atente-se que esses números levam em consideração apenas a justiça federal, não abarcando a justiça do trabalho, a justiça militar e a eleitoral, nas quais a DPU também tem atribuição para atuar. A instituição possui somente 638 defensores e defensoras públicas federais, em todo o Brasil. No caso do Maranhão, somos apenas 10 defensores e defensoras públicas federais, havendo unidade somente na seção judiciária de São Luís, que abarca 130 municípios maranhenses. No entanto, em que pese o reduzido número de defensores e defensoras públicas federais em todo o Brasil, a instituição, apesar de todas as dificuldades que enfrenta, no ano de 2018, fez um 1.830.384 atendimentos, uma média de 2.869 atendimentos por defensor e defensora pública federal; 24.280 casos foram solucionados extrajudicialmente, significando um aumento de 47% em relação ao ano de 2017; 1.914.120 pessoas foram alcançadas pelos 16 grupos de trabalho instituídos pela DPU, nacionalmente, em temas afetos à instituição, tais como: catadores e catadoras de lixo, comunidades tradicionais, migrantes, apátridas, refugiados, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras resgatadas de situação de escravidão, dentre outros. Nesse contexto, a Defensoria Pública da União se sente honrada em estar nesta Casa do Povo e sabe que pode contar com a bancada maranhense estadual e federal em prol de seu fortalecimento. Para que mais pessoas vulneráveis possam ser alcançadas com o seu trabalho. Dessa forma, hoje é, sim, dia de celebrar, de comemorar, pois, apesar das imensas dificuldades que a Defensoria Pública da União enfrenta para expandir seus serviços, principalmente após a promulgação da emenda constitucional que limitou os gastos públicos, “Um bom guerreiro não foge à luta”. E um Defensor Público ou uma Defensora Pública jamais se abate ao percorrer caminhos tortuosos, que não são

poucos, em busca da efetivação dos direitos mais basilares dos menos favorecidos. Imbuída neste sentimento, a Defensoria Pública da União parabeniza a Defensoria Pública do Estado do Maranhão pelos seus 18 anos, e reafirma o compromisso de que ambas as instituições vocacionadas à tutela dos vulneráveis mantenham-se sempre unidas na defesa em todos os graus da população carente do estado do Maranhão. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Concedo a palavra ao Exmo. Senhor Alberto Pessoa Bastos, Defensor Público Geral do Estado do Maranhão.

O SENHOR DEFENSOR PÚBLICO-GERAL ALBERTO PESSOA BASTOS – Bom dia a todos e a todas. Quero em primeiro agradecer ao Deputado Neto Evangelista pela oportunidade e pela homenagem. Tenho certeza, Deputado Neto, que seu pai deve estar muito orgulho de V. Ex.<sup>a</sup> nesse momento. Em momento pretérito, seu pai contribuiu muito para o engrandecimento da Defensoria Pública, e agora V. Ex.<sup>a</sup> está dando a sua parcela de contribuição. Tenho certeza que dará muito ainda a contribuir em favor da população carente do estado do Maranhão. Acredito que, ao investir na Defensoria Pública, está fortalecendo o acesso a direitos, está fortalecendo a cidadania. Preceitos esses que ele sempre o colocou como prioritários. E V. Ex.<sup>a</sup> vem seguindo e honrando muito bem o nome dele, no qual eu mais uma vez, agradeço e parabenizo. Quero agradecer a presença do Secretário de Estado de Comunicação e Articulação, Dr. Rodrigo Lago, sempre muito atencioso com as demandas da Defensoria Pública do Estado. Estendo isso ao Governador do Estado do Maranhão, que tem sido sensível às causas da Defensoria Pública. Em razão da crise que assola o Brasil, não têm contribuído mais, mas eu tenho certeza que, quando houver a oportunidade, nós conseguiremos avançar cada vez mais com a Defensoria Pública. Quero agradecer a presença da minha querida amiga Dra. Carolina Valinhos, que brilhantemente expôs a situação da Defensoria Pública da União. Aproveito a oportunidade, estendo esse cumprimento a todos colegas defensores públicos da União. Agradecer aqui as palavras da Dra. Ana Flávia, que foi Defensora Pública Geral. Também estendo esses cumprimentos para Dra. Mariana Urbano, que foi Defensora Geral da Defensoria Pública do Estado. Agradeço a presença do Dr. Caio Saraiva, que está representando aqui a OAB. Quero mencionar a presença do meu querido amigo Duarte Júnior. Fomos grandes companheiros na luta em defesa do consumidor. Enquanto eu estava no Núcleo de Defesa do Consumidor e ele à frente do PROCON VIVA. É com muita alegria que eu te vejo aqui na Assembleia e, cada vez, mais aguerrido. Quero colocar a instituição sempre à disposição para parcerias. Em tudo que houver defesa e direitos e garantias fundamentais, pode contar com a Defensoria Pública do Estado. Quero mencionar a presença do Deputado Arnaldo Melo, que, enquanto foi presidente desta casa, a Defensoria Pública avançou em dois marcos legislativos fundamentais de autoria da Defensora Pública Geral, Dra. Mariana, em que nós criamos o nosso fundo de aparelhamento da Defensoria Pública, e depois conseguimos também, positivar na Lei Complementar um crescimento institucional da Defensoria. Então eu agradeço muito a sua atenção de sempre habitual com a Defensoria Pública e também reconhecendo a sua valorosa contribuição para o crescimento da instituição. Eu quero agradecer a presença também do Deputado Zito Rolim e do grande amigo Deputado Dr. Yglésio, que, desde o primeiro momento, se colocou à disposição, para que a gente possa cada vez mais aumentar o número de Defensores no Estado. Ele, depois, deve falar sobre uma PEC que ele propôs em favor da Defensoria Pública, muito engajado, muito comprometido. Aproveito para fazer esse registro e agradecimento. Quero aqui também registrar a minha gratidão ao trabalho do Dr. Gabriel Furtado, Subdefensor-Geral, e Dr. José Augusto Gabina, Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado. Deixar consignado que a contribuição, o comprometimento que vocês têm com a instituição, nós estamos fazendo a gestão em conjunto. Todas as nossas decisões são compartilhadas. O Gabriel, como a maioria aqui já sabe, já era o meu amigo pessoal. O Augusto se tornou um amigo, uma pessoa sábia, uma pessoa que tem muito bom senso, uma experiência muito grande. Foi





corregedor dez anos atrás, depois retomou para esse novo desafio. E eu quero aqui deixar consignada essa contribuição do Dr. Augusto. E fazer uma menção especial aos servidores e servidoras da Casa da Defensoria Pública que muito contribuíram para que a gente possa cada vez mais evoluir, principalmente aqueles 58 servidores que desde o início vêm pavimentando um caminho para que a defensoria pública possa crescer. A gente tem essa dívida de gratidão com vocês. Se hoje estamos caminhando, isso se deve ao trabalho de todos esses servidores que estão na instituição desde 2001, servidores e defensores. Vamos falar do Dia Nacional da Defensoria Pública foi aprovada, quero também mencionar, vi agora aqui o Dr. Lívio, que temos uma parceria bastante importante em defesa do esporte e comunidades carentes. Sociedade Civil Organizada em geral quero agradecer ao Neto, ele acabou nominando quais são as comunidades que estão aqui presentes, então não precisa repeti-las. Quero, mais uma vez, registrar o nosso apreço e a nossa alegria em vê-los aqui. Falar sobre o Dia Nacional da Defensoria Pública do Estado e da União, a Defensoria Pública de forma geral. A defensoria, este dia foi escolhido por ser o Dia do Santo Ivo, que foi um advogado dos menos favorecidos. Em virtude disso, a homenagem no dia 19 de maio foi a data do seu falecimento. E a nós, o que foi feito por Santo Ivo se identifica muito com as nossas atribuições hoje, na área da defensoria pública. E ao falar de 18 anos da Defensoria Pública a gente não pode deixar de falar da Dr.<sup>a</sup> Ana Flávia, do Dr. Augusto, dos servidores, a dona Lucy, eu quero mencionar a dona Lucy estendendo isso a todos os servidores aqui da Casa, seu Celso que já estou vendo aqui também, são pessoas que contribuíram, e muito, principalmente no momento, Ana Flávia, em que 2004 foi aprovada uma emenda constitucional que nos conferia autonomia orçamentária e financeira. E ela só foi conquistada depois de muita luta, que você muito bem mencionou aqui, no ano de 2010. As coisas da defensoria são sempre assim, nunca são fáceis, mesmo depois de uma previsão constitucional 06 anos depois a gente conseguiu ter a nossa autonomia, com ajuda de todos os autores que foi muito bem mencionado pela Doutora Ana Flávia, OAB, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa à época era o Senhor João Evangelista, pai do deputado Neto Evangelista, que era Presidente desta Casa. E estabelecida essa premissa inicial a gente tem que falar um pouco do atual cenário da defensoria pública, isso é o mais importante. A defensoria pública atualmente, deputado Neto, no último ano fez 431.000 atendimentos, 67.000 petições e 21.000 audiências. Isso tudo feito por 192 defensores públicos espalhados em todo o Estado, no qual estamos em 39 comarcas de 132, ocupamos ainda 30% das comarcas ao passo que existe o comando constitucional de até 2022 tenhamos que estar em cada uma dessas comarcas. O prazo está chegando e falta muito ainda e a gente conta muito com essa sensibilidade, mesmo nesse momento de crise, tanto do Poder Executivo e do Poder legislativo. E nesse caminho todo, dos 18 anos da defensoria pública eu queria destacar dois pontos, dois prêmios muito importantes da defensoria pública: são os prêmios Innovare. A Defensoria Pública da União também tem o prêmio Innovare, é o maior prêmio da justiça brasileira. Nós nos orgulhamos muito. O Gabriel é o único defensor do Brasil que tem dois prêmios Innovare, 2014 e 2016. Em recente pesquisa, em 2017, uma pesquisa encomendada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, a defensoria pública foi considerada a instituição mais importante do país. Então a despeito das nossas limitações, de pessoal, orçamentária, a gente tem conseguido demonstrar o nosso trabalho. Isso é muito importante. E temos que pensar para o futuro. De acordo com o defensor público federal, Caio Paiva, ele fala da defensoria do futuro, o que seria a defensoria do futuro? E ele cita aqui três responsabilidades, que acho muito importante citarmos: que é a proximidade com a comunidade, a educação em direitos e a resolução administrativa dos conflitos. Em primeiro ponto, a abertura da participação popular da defensoria pública, para mim isso é essencial. E aqui eu quero fazer um registro de que forma que a defensoria pública tem trabalhado. Nós temos um ônibus-escritório e conseguimos visitar 32 comunidades desde o início da nossa gestão. Então em 10 meses nós fomos em 32 comunidades diferentes, o que corresponde a uma média de que mais de 02 a 03 comunidades, por mês, visitadas. E quando a gente chega à comunidade a gente vai para tentar resolver, para tentar resolver administrativamente

aquele conflito e elenca qual é a principal dificuldade da população no âmbito coletivo. Essa é a nossa metodologia. Eu posso exemplificar aqui a nossa ida ao bairro João de Deus, em que verificamos, foi o Dr. Davi, levou o seu projeto muito importante de prevenção a violência à criança e adolescente e lá identificamos que a linha de ônibus que pegava as crianças no João de Deus e levava até um colégio próximo ao aeroporto, foi alterado seu trajeto, de forma que as crianças que antes eram entregues na porta do colégio, tinham que caminhar 2 km. Demandas como essa, Rodrigo, Neto, Yglésio, deputado Arnaldo, deputado Duarte, não chega até a defensoria pública, não chegam até os órgãos públicos, só chegou porque a defensoria pública teve a proatividade de buscar. Diante disso, oficiamos a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes e pedimos para que fosse readequado, de forma que foi atendido ao pleito e as crianças agora passaram a ser entregues até a porta da escola. Então esse é um dos exemplos de que a defensoria pública, a proximidade da defensoria pública com a comunidade traz uma maior eficiência na prestação de acesso à justiça, de acesso a direitos. Um outro ponto bastante importante que a defensoria pública também tem desenvolvido na mesma linha do nosso colega defensor Caio Paiva, é educação em direitos como forma de promover a difusão de conhecimentos. E aqui destaco que isso não se restringe a capital, mas todo o interior da defensoria, todos os núcleos do interior da defensoria pública têm se esforçado muito em educação em direitos. Aqui eu destaco o núcleo de Zé Doca, o núcleo de Imperatriz, de Itapecuru, de Santa Inês, Bacabal, Pinheiro, Vargem Grande, Santa Helena, são defensores que eles não se conformam apenas em ficar dentro de gabinetes. Eles estão indo ao encontro da população promovendo educação em direitos, informando quem tem direito, de que forma vai cobrar esse direito, de que forma que a defensoria pode contribuir para isso e isso é cidadania. Então isso é promoção de cidadania e isso eu vejo na defensoria pública, ela tem desincumbido muito bem esse papel. Quero aqui fazer um registro em agradecimento à diretora da Escola, Isabela Miranda, que vai lançar um curso sensacional de formação de defensores populares. São 50 lideranças comunitárias que serão capacitadas pela defensoria pública. Dessas 50 não vai ser o suficiente para atender toda a demanda, mas é o primeiro passo, é o primeiro caminho. Nós criamos dois programas de rádio, deputado Duarte Júnior, um na Mirante, Fala Defensor, outro na cidade de Imperatriz também com o nome Fala Defensor para conscientizar, para promover a difusão de conhecimentos. Estamos com o projeto Defensoria na Escola. Nós já visitamos em torno de 08 escolas para fazer uma aula de educação em direitos nas mais diversas áreas. A exemplo do Núcleo da Infância e Adolescente em que fizemos a campanha de prevenção à violência sexual contra crianças. Nós também, ao final, estamos finalizando um termo de cooperação com a SEDUC, de forma que as 39 comarcas que tem defensoria pública passarão a ministrar aulas de educação em direitos nas escolas. Então a gente está desincumbindo desse papel que é necessário. Um outro ponto que acho muito importante destacar aqui: a solução extrajudicial dos conflitos. O deputado Duarte conhece isso muito bem. Nós intensificamos, cada vez mais, essa resolutividade, de forma de que só de junho de 2018 até abril de 2019 a defensoria pública conseguiu resolver 3.296 casos, 3.296 demandas. Houve um aumento de 79% comparado com o ano anterior. Nós criamos por meio idealizado pelo defensor Alex e pelo defensor Rafael, inicialmente em Lago da Pedra e depois difundido em outras comarcas, o Centro de Resolução Extrajudicial de Conflitos. Como é que funciona isso? O defensor fez um Termo de Cooperação com o município, e toda a demanda que é relacionada à Fazenda Pública Municipal, eles encaminham e tenta resolver administrativamente, o índice de resolutividade é superior a 80%. No próprio Núcleo de Defesa do Consumidor, onde eu vejo aqui o nosso colega Airon e Gustavo, que nós colocamos prepostos da CEMAR e da CAEMA, dentro do Núcleo de Defesa do Consumidor, para que pudesse resolver as demandas. Então, são projetos como esse, a exemplo do “Ser Pai é Legal”, idealizado pelo Defensor-Geral Aldir Melo, em que nós disponibilizamos, em parceria com a FIEMA, exames de DNA gratuitos, evitando assim que a gente judicialize questões relacionadas à paternidade. Então são medidas como essas, que levam com que a Defensoria Pública resolva administrativamente,



e promova um acesso a direitos, independentemente de Justiça, de Judiciário, uma forma muito mais rápida. E o que eu gostaria aqui, já caminhando para o final, em destacar algumas conquistas institucionais. Eu acho isso muito importante, nós sabemos da situação fiscal com qual o cenário nacional nos impôs, em virtude disso, Rodrigo, nós buscamos emendas parlamentares federais, e nós tivemos apoio de dez parlamentares diferentes. E ao final culminou com dois milhões e duzentos mil reais em emendas parlamentares, além disso, conseguimos uma emenda parlamentar com o Deputado Neto Evangelista, essa no âmbito estadual, para que a gente possa construir o primeiro Núcleo Ecológico do Brasil, na região do Itaqui-Bacanga. Também buscando mais recursos para a instituição, conseguimos um convênio com o Departamento Penitenciário Nacional, no valor de um milhão de reais, e aqui com bastante alegria eu divulgo que o dinheiro foi depositado hoje, felizmente, ele vai fortalecer a atuação da execução penal da defensoria pública, de forma que todo e qualquer preso que ingressa na capital do Estado vai passar por crivo jurídico e psicossocial. Além desse atendimento, nós teremos um diagnóstico preciso de quem é preso, inclusive preso do interior que às vezes chega aqui com a fiança arbitrada, mas por falta de condições financeiras e por não ter um defensor no local, ele permanece preso. Então é mais uma medida que visa fortalecer permitirá a contratação de 8 estagiários, 2 assessores jurídicos, 2 assistentes sociais e 2 psicólogos. Conseguimos também um convênio com o Ministério de Direitos Humanos no valor de trezentos e cinquenta mil reais, o dinheiro já foi depositado e já contratamos o pessoal para fortalecer a defesa da mulher e da população LGBT. Foram contratados já 01 assessor, 02 estagiários, 01 assistente social e 01 psicólogo. A nossa meta é cada vez mais fortalecer esses núcleos estratégicos em defesa da população tão vulnerável. Implantamos o sistema de gerenciamento de atendimento de forma que a gente consegue monitorar o tempo de espera do assistido na fila. Antes, o tempo era em torno de 2 horas e 40 minutos, nós conseguimos baixar para uma hora e meia. Achamos isso um grande avanço e estamos expandindo o sistema de gerenciamento de atendimento também para o interior do Estado. Começamos na sede, fomos para o fórum, depois para o Núcleo de Defesa do Consumidor e a nossa meta agora é ir para os núcleos maiores do interior, a exemplo de Imperatriz e Timon. Implantamos medidas que visam reduzir custos. Esse é o grande ponto a gente tentar fazer alguma coisa mais com os mesmos recursos que nós temos, implantamos, deputado Neto, o consumo consciente na Defensoria Pública. Acabamos com copos plásticos e passamos a monitorar núcleo por núcleo as suas despesas de água, de energia, de forma que aquele núcleo que às vezes extrapola, a Catarina está aqui, é responsável pelo setor de supervisão, nós temos um setor de supervisão, nós temos um setor de prevenção de perdas, já existia, ela acumula com a função de transportes. E nós conseguimos reduzir essas despesas em torno de 11%. Implantamos uma medida também que foi muito importante, que foi a adoção no transporte por aplicativo, em que nós reduzimos a despesa em torno de 95%. Pagávamos trinta e seis mil e quinhentos reais por mês e ao adotar o transporte por aplicativo, passamos a pagar mil e seiscentos, mil e setecentos reais. Então, uma economia significativa que visará cada vez mais estruturar a carreira, para que a gente possa atender melhor, com mais qualidade e eficiência. Por fim, pessoal, já encaminhando para o meu discurso final eu quero dizer, pensar na Defensoria Pública do futuro, é almejar que ela cresça em seu quadro de pessoal, pintando o Maranhão de verde, presente em todas as comarcas, é permitir que mais defensores possam articular políticas públicas e promover o acesso a direitos à população carente, de forma garantir uma vida digna à população. A Defensoria é um dos instrumentos essenciais para que tenhamos uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. Nessa toada, que a Campanha da Fraternidade, de 2019, “vem, serás libertado pelo o direito e pela justiça”. Ao final, eu quero dizer que serão homenageados os defensores que completaram três anos na carreira, com a premiação máxima na Defensoria Pública, é a medalha Zilda Arns. A Zilda Arns tem um legado de vida voltado para a população carente, um legado que ela nos deixou que é idêntico às nossas atribuições institucionais. Então eu desejo aos novos defensores muito sucesso na carreira, que se inspirem na garra, na dedicação, no comprometimento dos defensores que

entraram na carreira, a exemplo do Augusto, em 2001, e que a gente possa cada vez mais prestar um serviço eficiente e à altura do que a população merece. Muito obrigado a todos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Concedo a palavra ao Secretário Rodrigo Lago, neste ato, representando o Governador Flávio Dino.

O SENHOR SECRETÁRIO RODRIGO LAGO – Muito bom dia a todos e a todas! Saúdo, especialmente, o deputado Neto Evangelista, nesse ato presidindo esta Sessão Solene e seu requerimento em homenagem à Defensoria; o Exmo. Senhor Alberto Bastos, Defensor Público-Geral do Maranhão; Exma. Senhora Carolina Valinhas, Defensora Pública-Geral da União no Maranhão; Exma. Senhora Ana Flávia Melo Vidigal, minha colega de Ordem dos Advogados do Brasil, eu fui dirigido por ela, Alberto, ela era a minha Diretora-Geral adjunta, eu era conselheiro e acompanhei a luta dela dentro da instituição, dentro da OAB, para que a OAB se irmanasse com a Defensoria Pública do Maranhão na conquista de sua autonomia; Exmo. Senhor Caio Saraiva, Diretor Tesoureiro da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui representando o Presidente da Ordem, Thiago Diaz; senhoras e senhores; senhores deputados, aqui vejo o deputado Arnaldo Melo, o Deputado Yglésio, deputado Zito, até pouco estava aqui, a deputada Daniella, o deputado Roberto Costa, o deputado Duarte Júnior. Senhoras e senhores, pedi dois minutinhos para falar, acho que a hora já se estende um pouco e o povo precisa dos senhores defensores que aqui estão para entregar à Justiça. Não é à toa que a Constituição incluiu, inseriu a defensoria como uma função essencial à Justiça, Deputado Neto Evangelista, porque muitos confundem o Poder Judiciário com Justiça. E o Poder Judiciário é apenas uma das instituições essenciais à Justiça das quais também participa a Ordem dos Advogados do Brasil, instituição a qual eu sou filiado e muito me orgulho, e também a defensoria pública, o Ministério Público, a procuradoria, as procuradorias-gerais do estado, a Advocacia-Geral da União são todas elas funções essenciais à Justiça. A defensoria que hoje completa 18 anos e agora está formalmente emancipada aos seus 18 anos, conquistou aqui no Maranhão a sua maior idade. Mas ela vem conquistando ao longo do tempo, nasceu ainda dentro do Ministério Público numa situação de conflito evidente de interesses em que o Ministério Público, eu comentava há pouco, o Ministério Público ajuizava uma ação e era o Ministério Público que defendia quando do outro lado do polo passivo estava o próprio poder público. Então havia esse conflito de interesse e depois progrediu para as procuradorias-gerais dos estados que faziam a função de defensor público-geral, de defensor-geral numa situação, mais uma vez, de conflito evidente de interesses até que a Constituição de 1988 fez nascer a defensoria ainda num desenho acanhado, mas talvez o desenho possível para aquele momento. E ao longo do tempo, salvo engano, três ou quatro emendas constitucionais trataram especificamente da defensoria para garantir cada vez mais autonomia, independência para defensoria. Não há realmente justiça se não houver todas as funções essenciais à justiça funcionando e funcionando ativamente com a sua independência. E eu trago aqui essa palavra, Defensor Alberto Bastos, e também todos que estão aqui, é uma palavra realmente, um testemunho que eu venho no governo tanto no primeiro mandato, como agora no início do segundo mandato do Governador Flávio Dino, da importância da defensoria do Maranhão, da importância da defensoria pública na entrega da justiça e, às vezes, muito se confunde a função tanto do advogado com a do defensor de procurar o Poder Judiciário e a Defensoria Pública do Maranhão. Eu dou esse testemunho porque várias vezes eu fui procurado, ainda no passado, quando estava na Casa Civil e já agora, este ano, na Secretaria de Assuntos Políticos, pela defensoria, por algum defensor ou pelo próprio defensor geral para a solução de conflito fora do Poder Judiciário. O que é importante é que realmente a justiça seja entregue e não seja apenas provocado o Poder Judiciário que tem toda uma dificuldade de entrega rápida na solução dos conflitos. Esse testemunho eu dou, eu acho que o deputado Duarte Junior também pode dar esse testemunho porque, dirigindo o Procon Viva, também acompanhou e várias vezes foi procurado. O deputada Neto Evangelista também por várias vezes foi procurado na



Secretaria de Desenvolvimento Social, assim como outros órgãos, o presidente Lívio, que está aqui também na Agem (Agência Executiva Metropolitana), por várias vezes tem agenda conjunta com a defensoria naquela dificuldade que se tem de procurar uma habitação digna para as pessoas e a Agem faz isso, sempre em parceria com a defensoria, buscando exatamente entregar a justiça de forma ágil, de forma rápida, com o menor custo possível para o Poder Público a fim de que se garanta de fato que o cidadão seja atendido nos seus direitos e garantias fundamentais. É a defensoria que cuida dos mais pobres. Se há, como nós dizemos, se há juízes em Berlim, é necessário que haja também um defensor em Berlim, Alberto, exatamente para provocar o Poder Judiciário, o Poder Público, a Administração Pública sempre para garantir mais e mais direito para o cidadão. Então, em nome aí dos defensores públicos do Maranhão, saúdo essa instituição relevante e coloco sempre o governo do estado, e aqui eu falo em nome do governador Flávio Dino, que tem uma procuração pública para dizer isso, ele fez questão de me ligar há pouco pedindo mais uma vez que eu viesse aqui e que, em nome dele, saudasse essa instituição colocando sempre o Poder Executivo à disposição dessa importante instituição que é a Defensoria Pública. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Senhores, nós temos dois deputados estaduais inscritos para fazer uma homenagem à defensoria. Deputado Dr. Yglésio, convido para usar a tribuna.

O SENHOR DEPUTADO DUARTE JÚNIOR – Deputado Neto, também gostaria de me inscrever.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Vossa Excelência está inscrito aqui.

O SENHOR DEPUTADO DUARTE JÚNIOR – Obrigado.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Bom dia a todos. Cumprimento aqui o Exm.º Senhor Deputado Neto Evangelista, autor do requerimento, presidente desta sessão e, acima de tudo, um amigo, um parlamentar que historicamente tem se dedicado à defesa dos interesses difusos da sociedade. Então esta homenagem aqui, deputado Neto, para mim é uma satisfação estar aqui ao teu lado nesta sessão, ao lado de tantas pessoas que diariamente travam batalhas pelo interesse do povo menos favorecido deste estado. Exm.º Senhor Alberto Bastos, defensor público geral do Maranhão; Exm.º Senhor Rodrigo Lago, secretário de Estado de Comunicação e Articulação Política, nosso amigo também, um jogador de futebol do mais alto quilate e torcedor do Fluminense, o time não é tão bom; Exm.ª Senhora Ana Flávia Melo Vidigal Sampaio, defensora pública do Estado; e senhor Caio Saraiva, diretor tesoureiro da OAB, nesse ato representando o presidente da OAB, o Thiago Diais. O que um médico está fazendo aqui em uma cerimônia da Defensoria Pública, instituição? Primeiramente, eu sou um médico do SUS e 99% do atendimento é do SUS. Eu comparo, doutor Gabriel, a figura do defensor público à figura do médico do SUS. Nós prestamos atendimento às pessoas que chegam no momento de maior dificuldade de suas vidas. No nosso caso, era da saúde; no caso de vocês, era na correção de tantas desigualdades como na nossa sociedade. Então, a minha identificação parte daí, apesar de, se Deus quiser, até ano que vem me formar em Direito, quem sabe um dia a gente tem um pouquinho mais a falar a respeito. Então, quero parabenizar aqui a Defensoria Pública e agradecer a presença de todas as autoridades que aqui estão. A presença da sociedade e agradecer às pessoas que nos escutam pela Rádio Assembleia e nos veem pela TV Assembleia. Eu vim falar aqui um pouquinho sobre a garantia de acesso a direitos, falar um pouco de justiça social. Justiça social em um estado como o Maranhão com tantas deficiências não pode ser um termo vazio, termo sem significado. O IBGE tem uma publicação que é síntese dos indicadores de 2018 que apontou que 40% dos maranhenses vivem com 11 reais por dia, isso dá 330 reais por mês. Então é uma vida de extrema dificuldade. A renda per capita do maranhense é de 605 reais, menos de um salário mínimo, e a gente sabe o quão difícil é viver com

um salário mínimo neste estado. Mais de dois milhões e 600 mil trabalhadores recebem até seis salários no Maranhão. São essas pessoas que são os potenciais assistidos pela Defensoria Pública, é quem não tem dinheiro a pagar um advogado. A gente sabe da dificuldade dos 16 mil advogados que o Maranhão tem, quando nomeados, por exemplo, defensores da ativa nas diversas comarcas que nós temos, de receber ainda os seus honorários. Então, não é fácil. Uma instituição como a defensoria tem o dever constitucional de dar essa assistência aos hipossuficientes, mas a constatação que a vida e a prática diária nos dão é que a maioria dos maranhenses ainda se encontra fora dessas possibilidades de atendimento das causas jurídicas. Às vezes as pessoas não sabem nem que têm direitos. O convívio pior que a gente tem na realidade do estado é com o desconhecimento, é o que a gente chama de ignorância, ainda não saber que existe. Então, quando eu vejo iniciativas, essas como a do meu amigo doutor Alberto, junto com o corpo da defensoria, de prestar a possibilidade de ensinar as pessoas seus direitos nas comarcas em que a defensoria está presente, isso me abre um olhar de esperança. Santo Agostinho sempre dizia que a esperança tem duas filhas: a indignação e a coragem. E a defensoria é uma instituição que, com todas as dificuldades, segue nesse caminho de indignar-se contra o momento atual que ela tem de dificuldades, a gente vai já aqui entender por que, e coragem para vencer as dificuldades e propor soluções mesmo diante do cenário mais difícil. A defensoria hoje, das 132 comarcas que nós temos no estado, é presente apenas em 39. O Maranhão tem um número de defensores públicos muito aquém das necessidades. Nós temos 192, mas precisaríamos pelo menos de mais 386 para que efetivamente a gente tivesse uma defensoria presente em todas as comarcas. Há um longo caminho pela frente para inserirmos a figura do defensor público onde ela deve estar que próximo das pessoas que diariamente enfrentam faltas em suas vidas. A Constituição de 88, no artigo 134, institui a defensoria como expressão e instrumento do regime democrático porque nem existe uma democracia de fato onde não há garantia de direitos. Hoje, mesmo com esse cenário de dificuldade da defensoria, nós chegamos à marca expressiva, impactante e memorável de 434.548 mil atendimentos no ano de 2018. Dr. Alberto, eu fico a imaginar o que faríamos, com certeza passaríamos da casa de um milhão de atendimentos no estado do Maranhão caso a defensoria tivesse o tamanho que se pressupõe que ela deva ter. Mais do que dar suporte jurídico e ser uma função essencial à Justiça, a defensoria tem um papel fundamental, a defensoria da comunidade, por exemplo, já rodou sete mil quilômetros no Maranhão, itinerância naquele ônibus modesto que vocês têm. Recentemente eu conheci e tive a oportunidade de entrar em contato com esses dois grandes homens, doutor Alberto e doutor Gabriel, na Carreta da Mulher, um evento realizado lá no Anjo da Guarda, promovido pela Secretaria em articulação com as diversas estruturas do nosso Estado. A Defensoria estava presente, esclarecendo dúvidas, colocando-se à disposição da população para buscar isso, a continuidade da garantia de direitos. Firmo aqui o compromisso de ser mais uma voz nesta Casa junto com tantos outros nobres deputados que aqui estão, para exaltar e fortalecer o trabalho da Defensoria Pública no Maranhão. Temos que garantir que este órgão tenha cada vez autonomia. E autonomia, infelizmente, no mundo capitalista, está relacionada a orçamento, o que você consegue dispor em recursos para exercer em plenitude as suas atribuições e seu mister diário. O orçamento da Defensoria, hoje, é de R\$ 123 milhões por ano. O Ministério Público que é uma outra instituição essencial à justiça, igualmente importante, e nós achamos que deva ter o que tem, tem um orçamento que é três vezes maior, 357 milhões. Quando a gente coloca o orçamento do Tribunal de Justiça, o orçamento global de 1 bilhão e praticamente 200 milhões, 10 vezes maior. Não é que não tenham que ter orçamentos deste tamanho. O erro nosso é na falta do que hoje está a Defensoria. E no que a Defensoria puder e precisar contar com os parlamentares desta Casa, para que nós tenhamos um olhar no momento da composição da peça orçamentária, terá de nós esse compromisso aqui. Prestigiando esse belíssimo trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública, em conexão, em parceria com eles, com Dr. Alberto. Dr. Gabriel, nós apresentamos uma proposta de emenda constitucional à Constituição do Estado do Maranhão, para ampliar o *hall* de legitimados com competência para propor ação direta de inconstitucionalidade





ante o Tribunal de Justiça, inserindo o Defensor Público Geral do Estado, no artigo 92, II, ao lado do Procurador Geral do Estado e do Procurador-Geral de Justiça. Criando a possibilidade que essa instituição continue atuando cada vez mais fortalecida na defesa dos interesses de todos os maranhenses. E reforço aqui o compromisso desta Casa com esta instituição. E parabeno mais uma vez o meu amigo Deputado Neto Evangelista, pela iniciativa disso aqui. Quando nós temos a oportunidade de falar sobre o que uma instituição que não está, infelizmente, nas páginas dos jornais, na televisão, nas primeiras páginas dos grandes portais da internet, oportunidades como estas, nos permitem um ponto de partida para grandes lutas. Dezoito anos que a Defensoria completa. Hoje, chega à vida adulta, quando a gente faz analogia. Completamos aquela fase que cada vez mais poderá atuar exercendo sua função com a mesma dignidade, o compromisso, a vontade que foi vista em cada uma das falas que foram feitas aqui até agora. Tivemos uma solenidade, essa semana, com a Associação Antônio Dino, que é líder, protagonista do atendimento ao câncer no estado do Maranhão, nosso único centro de alta complexidade do Estado. Estamos aqui, hoje, com uma carta compromisso, que já começou a ser assinada pelos deputados. Deputado Neto, inclusive, já assinou, os deputados que estavam aqui. Faltam mais deputados. Que cada um indique ao orçamento cem mil reais para chegar a um valor de mais de quatro milhões, para sanar o *déficit* que a Instituição Aldenora Bello tem. E com certeza, Dr. Alberto, esta reunião, essa Sessão Solene tão importante é o início para que façamos o mesmo para conseguir levantar pelo menos mais de três milhões, para que consigamos fazer 10 unidades dessas Defensorias no Estado. Tenho fé que vamos conseguir fazer essa Indicação, sensibilizar cada parlamentar desta casa, porque as pessoas têm direito de saber dos seus direitos e ter quem por elas lute. Dezoito anos a Defensoria agora é adulta com o compromisso de cada vez constituir justiça a tantos que têm sede dela no Estado do Maranhão, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Concedo a palavra ao Deputado Duarte Júnior.

O SENHOR DEPUTADO DUARTE JÚNIOR – Primeiramente, bom dia, quase boa tarde a todos e todas. Boa tarde para aqueles que já almoçaram. Eu acho que é a minoria, então bom dia a todos e todas. Prometo, Deputado Neto Evangelista, presidindo essa importante sessão, ser breve. Vou tentar ser o mais breve possível, até em respeito à dignidade da pessoa humana, porque como muitos aqui ainda não se alimentaram e por o alimento ser um direito que nós temos, não vou aqui atentar nenhum direito fundamental, muito menos, na presença de tantos importantes defensores. Cumprimento o meu querido amigo Deputado Neto Evangelista, Rodrigo Lago, representando, neste ato, o Governador Flávio Dino, o Secretário de Comunicação e Articulação Política, um grande amigo, que a cada dia que passa tem sido o mais solidário, o mais próximo em toda e qualquer dificuldade que nós temos aqui dentro desta Casa. Cumprimento Alberto Bastos, grande companheiro de luta. Me alegro muito, Alberto, de lhe ver aqui, de ver você hoje como Defensor Público Geral do Maranhão. Mesmo porque nós tivemos uma boa relação, uma grande relação, uma intensa relação, quando, em 2015, eu assumi a presidência do Procon Maranhão. E nós conseguimos juntos, verdadeiramente unidos, Procon e Defensoria Pública, realizar diversas ações. Ações que durante a minha fala, eu vou poder destacar. Destacar o brilhante trabalho desempenhado por esse time de defensores públicos. Aqui quem eu destaco: o Gabriel, o Airon, o Gustavo, recém-chegado no núcleo de Defesa do Consumidor, o Luís Otávio, pessoas fantásticas, pessoas que desempenham sua função com muito amor, com muito carinho e muita dedicação e que, por esse resultado, são os mais visíveis e adorados por toda a sociedade maranhense. Cumprimentar a Dra. Carolina Valinhas, Defensora Pública Geral da União, parabéns pelo seu trabalho, saiba que eu sou um grande admirador do seu trabalho, da Defensoria Pública da União. Cumprimentar a Dra. Ana Flavia Melo Vidigal Sampaio, também Defensora Pública do Estado. Parabéns, doutora, eu não estava aqui presente, mas estava acompanhando pela

TV Assembleia todo o seu discurso. Cumprimentar também o Caio Saraiva, neste ato, representando o Presidente da OAB, Thiago Diaz. Meus amigos e minhas amigas, é com muito orgulho que aqui eu estou para parabenizar os defensores públicos, para comemorar essa data, pois falar da Defensoria é falar do direito do cidadão, cidadãos que têm direitos. E esses direitos precisam ser garantidos. Quando nós defendemos a Defensoria, quando nós destacamos o trabalho da Defensoria, do defensor, nós estamos destacando os direitos fundamentais que todo cidadão tem. Garantir essas prerrogativas, ressaltar essas prerrogativas é fazer com que o cidadão tenha voz e tenha vez. E aqui, nesse momento, é importante destacar algumas ações bem-sucedidas, que graças à Defensoria Pública, graças aos defensores públicos deste estado - e aqui, em especial, eu gostaria de destacar o Núcleo de Defesa do Consumidor - nós conseguimos aqui, no Maranhão, garantir direitos, que são visíveis a todos, como, por exemplo, a questão dos postos de combustíveis. Graças a essa união, que é o que mais nós pregamos e precisamos praticar, que nós conseguimos fazer com que o Maranhão durante uma época tivesse o combustível menos caro deste país. No Maranhão, em outras oportunidades, era um dos combustíveis mais caros; e nós conseguimos essa conquista ao cidadão maranhense, ao consumidor maranhense. Não por causa de um ou outro agente, mas porque houve uma união, a união do Procon com a Defensoria Pública, com a OAB, ou seja, de todos os órgãos de defesa do consumidor. E foi uma ação muito intensa porque, muitos não sabem, mas a elaboração dessa petição, a análise das provas que nós tínhamos nos fez investir horas e horas dentro do Núcleo de Defesa do Consumidor, dentro do Procon, que naquela época era uma gerência, funcionava na Rua do Egito. E ali nós passamos madrugadas discutindo as teses. Teses que muitos não acreditavam, mas nós acreditávamos: Procon, Defensoria Pública, os órgãos de defesa do consumidor. Verdadeiramente unidos conseguiram garantir a redução. Conseguimos uma liminar na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, mantivemos essa decisão judicial no Tribunal de Justiça e conseguimos garantir uma redução no valor do combustível. Questões como essas visíveis a todos e é por isso que eu parabeno. Mas também questões que talvez não fossem conhecidas ou reconhecidas se não fosse o trabalho da defensoria. E aqui eu gostaria de trazer uma notícia atual. A menina Ada. Ada que é uma menina que tinha sua vida em risco, o seu direito à vida, o direito fundamental à vida, o direito que sem o qual se não tivermos não vamos poder usufruir nenhum outro direito. Se não fosse o papel fundamental desempenhado pelos defensores públicos, a menina Ada, hoje, não conseguiria ficar em pé. Ada acaba de voltar de uma viagem de Osasco, fez um tratamento, está fazendo fisioterapia e de forma impressionante nós conseguimos testemunhar hoje um milagre. Ada começa a falar: 'pai, papai, mamãe', e com certeza muito brevemente ela vai conseguir falar obrigada, Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Porque se não fosse o papel da defensoria essa menina hoje não estaria viva e é isso que nos faz persistir diante a tantas perseguições. E, claro, eu não vou vir aqui só para parabenizar, porque costume afirmar nas redes sociais, e onde eu posso, que as pessoas querem muito mais do que palavras: as pessoas querem ações. E aqui senhoras e senhores, dentro desta Casa, eu posso dizer a vocês de forma muito franca e transparente: há muita concorrência. Aqui dentro desta Casa deputados e deputadas concorrem muito e muito. Só que aqui, meu querido amigo Rodrigo Lago, a concorrência na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão é diferente. Aqui a gente concorre para ver quem faz mais. E como o meu querido amigo Neto Evangelista, que aqui está, destinou uma emenda para a defensoria pública para a construção de um núcleo sustentável lá na área Itaqui-Bacanga, eu não posso ficar por baixo, não posso! Eu tenho que no mínimo empatar para a gente tentar, juntos, dobrar essa meta. E eu faço aqui um compromisso público, o Rodrigo Lago está aqui, está vendo, todos vocês, que eu também vou destinar uma emenda para a defensoria. E essa emenda, senhoras e senhores, vai ser para que possamos construir um Núcleo da Defensoria Pública sustentável em uma outra área de extrema importância e relevância para o nosso Estado, para a sociedade maranhense, em especial para a cidade de São Luís. Uma área que às vezes, ou quase sempre, é esquecida: que é a zona rural de São Luís. A zona rural de São Luís que é uma região, que



quando fui o presidente do Procon, com muito orgulho nós conseguimos reformar o Terminal de Integração da zona rural. Nós aplicamos multas a empresas que prejudicaram consumidores, como à Cyrela, à Dimensão Engenharia e abrimos mão de multas e transferimos essas multas para que a empresa cumprisse metas, reformar o Terminal de Integração da zona rural que vocês usam até hoje. Colocamos internet, colocamos unidade do Viva e do Procon dentro do Terminal de Integração, para garantir direitos, garantir resultados e, agora, com essa emenda somada, a do Neto que vai para o Itaqui-Bacanga e essa que vou destinar para que seja construída na zona rural de São Luís, vamos garantir que o cidadão que está lá na zona rural de São Luís, no momento em que ele tiver um problema com a Cemar, no momento em que ele tiver um problema com a Caema, no momento em que ele tiver um problema que atinja o seu direito, ele vai ter o verdadeiro herói do mundo moderno, que não é o Capitão América, não é o Hulk, não é o Thor, são os defensores públicos do estado do Maranhão. Senhoras e Senhores, vamos nos manter juntos, vamos nos manter unidos, porque se ousamos acreditar, talvez utopicamente, mas essa utopia que nos faz sobreviver, levantar cada dia. Se nós acreditamos que somos os verdadeiros heróis do mundo moderno, eu digo a vocês, vamos nos unir, porque somente unidos vamos vencer essa guerra, que é infinita. Muito obrigado.

**O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA** – Convido o deputado Dr. Yglésio para presidir a Sessão. Antes disso, cumprimento as mulheres recicladoras de vidro do Maranhão que ficam localizadas no bairro do São Francisco e estão aqui presentes também.

**O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DR. YGLÉSIO** – Concedo a palavra ao deputado Neto Evangelista, autor do Requerimento de Convocação desta Sessão Solene, que falará em nome do Poder Legislativo.

**O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA** (sem revisão do orador) - Senhor Presidente Deputado Dr. Yglésio, que preside essa sessão, meu dileto amigo, companheiro de parlamento, deputado destacado nesta Casa. Exmo. Rodrigo Lago, que representa o governador nesta solenidade. Meu dileto amigo, defensor público geral do Estado Alberto Bastos. Senhora Ana Carolina Valinhas, defensora pública geral da União no Maranhão. Exma. Senhora Ana Flávia Melo Vidigal Sampaio, defensora pública do Estado. O senhor Caio Saraiva, que representa neste ato a OAB. Senhores e senhoras, servidores da Defensoria Pública do Estado, servidores da Defensoria Pública da União, permitam-me cumprimentá-los em nome de uma tia minha que está presente, aqui nesta plenária, Itacira, que é servidora da Defensoria Pública da União. A todos que nos acompanham pela TV Assembleia, pela internet, pela rádio, meu amigo Doutor Gabriel Gabina, todos os defensores aqui, o Davi que está em uma grande concorrência com o defensor público geral Alberto Bastos, para ver quem fica com menos cabelo durante essa gestão do Alberto. O Alberto me confidenciou que acha que ao final do mandato dele, ele vai te ultrapassar, fique tranquilo. Meus companheiros deputados e deputadas que estão aqui presentes, Duarte Júnior, deputado Arnaldo Melo ex-Presidente desta Casa, referência política para todos nós, obrigado pela sua presença nesta Sessão Solene. Eu fico muito grato de ter ouvido aqui algumas palavras em referência a meu saudoso pai, que com a nossa defensora pôde lutar bastante para que a defensoria pudesse ter verdadeiramente a sua autonomia que tem hoje. Fico muito grato pela lembrança ao tempo que me relembra a figura desse homem público, que me faz uma falta muito grande, não como homem público, mas como pai. Eu não tive a grata satisfação de tê-lo ao meu lado quando adentrei a vida pública, quando adentrei ele já não estava mais aqui entre nós, mas fica essa lembrança, essa referência e fico muito grato por isso. Faço justiça e lembrança a uma querida amiga Dr.<sup>a</sup> Ana Maria, que em 1994 pôde, enquanto era procuradora geral do Estado, trabalhar junto ao governo da época, o governo Lobão, salve engano, para que pudesse através da criação de uma lei, ser instituída a Defensoria Pública no nosso Estado. E ali ela acumulava as funções de procuradora geral do Estado e de defensora geral também, até em 2001 quando a época, se a memória

não me falhar, o governador José Reinaldo promoveu o primeiro concurso público da Defensoria Pública do Estado e pôde ali nomear novos defensores e ser passado para as mãos dos verdadeiros detentores daquele órgão, que são os defensores públicos dirigidos, obviamente, pela população que faz aqui presente. E eu quero destacar inclusive isto, Sessão Solene na Assembleia Legislativa, sempre está o órgão homenageado, a figura pública homenageada e alguns convidados, e nós temos nessa Sessão Solene a presença marcante da sociedade civil que vem prestigiar este ato, e aí a gente vê, defensores públicos, o quão vocês estão cumprindo o papel de vocês, por quê? Se o público-alvo da Defensoria Pública, que são as comunidades não estivessem aqui, existiria aí um distanciamento entre a Defensoria e a sociedade. Mas estão aqui presentes, representadas por diversas entidades sociais que caminham com vocês, eu sou testemunha disto, porque acompanho o trabalho da Defensoria, acompanhei quando estive como Secretário de Desenvolvimento Social, estava licenciado desta Casa, e acompanho agora como deputado estadual. O Dr. Alberto aqui colocou, eu tive o prazer de ser autor de uma Emenda individual destinando o 1º Núcleo Ecológico do Brasil, da Defensoria Pública, instalada na área do Itaqui-Bacanga, em São Luís, no Maranhão. Eu aproveitei, e isso foi um compromisso de campanha, é a Marcelina, estava com as meninas, todas as meninas da área reunida, para a Marcelina chorar, chora, Marcelina, chora! Eu estava num ato de campanha, confesso a vocês que estava num ato de campanha eleitoral, quando elas chegaram com os cartazes, no cartaz dizia: “Queremos um núcleo da Defensoria Pública no Itaqui-Bacanga”. E naquele dia, eu pude me comprometer com vocês, com a região, e nós estamos chegando próximo a esse momento, conversava com Alberto sobre dois assuntos ali na Mesa, um deles é que já está contratado e empenhado o valor para colocar no Itaqui-Bacanga o núcleo da Defensoria Pública. O outro que eu conversava com Dr. Alberto, até porque é igual, igualmente fez as meninas do Itaqui-Bacanga, o pessoal da zona rural também trouxe os seus cartazes aqui falando sobre a Defensoria. E eu perguntava a Dr. Alberto: Dr. Alberto o Senhor já tem algum estudo nesse sentido da necessidade de uma... estudo técnico, necessidade pessoal e política a área da zona rural tem, eu também tenho vontade que tenha. Mas perguntava ao Defensor Público Geral, vocês já têm um estudo técnico detalhado sobre a implantação de um núcleo na zona rural de São Luís? Ele, não, mas nós vamos preparar. Deputado Duarte já se adiantou aqui, eu tinha dito a ele que iria colocar um valor da minha emenda também, para o próximo ano, para colocar lá zona rural. Deputado Duarte já se adiantou. Permita-me discordar, não há uma disputa interna dentro da Assembleia Legislativa, pela menos, a meu ver, acredito que o deputado Yglésio, deputado Arnaldo, e de outros colegas desta Casa. Há na verdade a necessidade de uma união de esforços que a Assembleia Legislativa faz entre seus pares. Aqui nós não estamos preocupados em estar disputando ganhos políticos para área A ou para área B, mas há uma necessidade e Assembleia Legislativa, hoje, sob o comando do Presidente Othelino, cumpre este papel e cumpre esta missão em harmonia entre seus pares. Deputado Dr. Yglésio falou aqui sobre a uma sessão solene que tivemos sobre o Hospital Aldenora Bello. E, ontem, foi ontem, essa semana, ele fez a proposição que cada Deputado pudesse colocar da sua emenda individual, cem mil reais para o Hospital Aldenora Bello, cem mil reais, juntando os quarenta e dois deputados estaduais, nós vamos ter quatro milhões, quatro milhões e duzentos mil reais. E o Deputado Dr. Yglésio já começou a colher as assinaturas para que todo deputado se comprometa. A minha assinatura está lá, e eu tenho certeza de que os quarenta e dois deputados vão fazer também este compromisso com o Hospital Aldenora Bello, portanto já que o Deputado Duarte já falou valor da emenda para a zona rural do núcleo, se faltar algum dinheiro, conte com a minha ementa parlamentar também para que a gente possa ampliar este serviço. Eu tive a experiência de passar, como eu já disse para os senhores, para as senhoras, pela a Secretaria do Desenvolvimento Social, e é um público, obviamente é o mesmo alvo da Defensoria Pública do Estado, da Defensoria Pública da União, e eu confesso a vocês, que como foi dito pela Dra. Ana Flávia, a gente às vezes recebe muitas lições, da sociedade civil, de pessoas de baixa renda, eu recebi muitas lições quando fui secretário do Desenvolvimento Social, a senhora falava e vinha, eu vinha



rememorando, em minha mente, momentos em que passei como homem público, e que, de diversos modos, as pessoas conseguiam passar alguma lição nesse sentido. Eu me recordo que eu como secretário, coordenava o programa dos restaurantes populares, que foi inclusive um orçamentado para zona rural de São Luís foi um pedido inclusive das entidades sociais daquela área, está lá orçamentado no orçamento do Estado, eu não estou mais lá, mas o governo continua. Eu me recordo quando fui inaugurar o jantar do Restaurante Popular da Cidade Olímpica. E lá eu recebi uma lição importante do modo que a pessoa conseguia passar aquela lição e a gente saber captar ela. Eu cheguei lá o jantar era dois reais aí uma senhora chegou pra mim e falou assim: “Meu filho, agora as coisas estão ficando boas”. E eu por quê? Ela disse: “Agora, eu vou almoçar e jantar por dois reais, quatro reais eu me alimento por dia, quatro meu, quatro para o meu velho, oito reais, eu gasto mais do que isso pra poder fazer a compra e fazer o almoço e o jantar da minha casa”. Vou economizar no gás, vou economizar na luz, vou economizar na água, minha mão não ficar só cebola e ainda vai sobrar um tempo pra namorar com o meu velho. Peço vênha aos senhores aqui pra contar essa parte da história. Eu perguntei pra ela: E quem é o seu velho? Ela mostrou: “É este aqui”. Aí eu olhei assim pra ele, mas este velho aí não adianta a senhora ter tempo não, mas deixava ela com o velho dela. Ali ela passava uma lição, uma lição, principalmente que no momento de crise em que todo o país vive, é necessário que o poder público, é necessário que os órgãos públicos possam ter uma atenção mais especial para a nossa sociedade. E é isso o que eu tenho visto por parte da Defensoria Pública aqui no Maranhão. Já foi dito aqui que até busca ativa a defensoria tem feito no Estado com o maior número de pessoas inscritas no Cadastro Único, ou seja, no Estado com maior número de pessoas em índice de pobreza, o papel da Defensoria Pública do Estado, o papel da Defensoria Pública da União, ganha cada vez mais relevância no nosso Estado. Dra. Ana Flávia falou uma coisa aqui que eu usava muito enquanto Secretário do Desenvolvimento Social, uma frase utópica, mas que eu usava porque se a gente não sonhar com a utopia, a gente não chega em lugar nenhum. Ela pode soar utópica, mas ela é possível aos olhos de quem crê. Sonhava com o dia em que a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Defensoria Pública não fosse mais necessária no nosso país e no nosso Estado. Parece utópico, parece, mas como eu já disse e insisto: nós temos que sonhar com a utopia para que a gente possa alcançar os resultados que a população espera. População espera e que muitas vezes fica desacreditada dos poderes públicos, não só dos políticos, mas de todas as instituições. Uma outra lição que eu tive muito forte enquanto eu estava no Poder Executivo, eu chego em um município do Maranhão, chamado Belágua, e os senhores sabem que é um dos municípios mais pobres do Maranhão. À época, o Governador Flávio Dino, Secretário Rodrigo, me designou para fazer sistema de abastecimentos de água na zona rural dos municípios maranhenses. E aí chegou no município de Belágua, faço uma reunião bonita, faço um discurso legal, quando termino de discursar dizendo que nós íamos colocar água naquela comunidade, um senhor com uma idade avançada, olha dentro dos meus olhos e diz assim: “*é mais um mentiroso vindo aqui*”, aí eu olhei dentro dos olhos dele e falei: “*Nós vamos colocar água aqui*”. Ele: “*Rum! A gente já ouviu isso demais. Já veio muita gente falar isso aqui pra gente*”. Eu falei: “*Olhe, nós não temos o direito de brincar com a esperança de vocês. Nós estamos falando de um direito básico, que é a água, e que vocês nunca tiveram. O senhor tem mais de 70 anos. O senhor tem quantos anos?* Ele falou que tinha 78 anos ou uma coisa assim. “*O senhor nunca teve acesso à água na sua casa*”, deputado Arnaldo. Eu disse para ele: “*Eu vou voltar aqui e vou entregar a água para o senhor*”. Ele: “*Rum! Eu vou morrer e não vou tomar banho debaixo de um chuveiro!*”. Eu gravei aquilo comigo. Fizemos todo o procedimento, a instalação do sistema de abastecimento de água e fomos fazer a inauguração, mas não me esqueci daquele senhor, levei comigo dentro do carro, o quê? Um chuveiro. Quando cheguei para a inauguração, fiz a inauguração, e ele lá no fundo da reunião. E eu falei: “*Eu queria que o senhor viesse até aqui*”. Aí ele veio, todo desconfiado, eu falei: “*Eu gravei o que o senhor me disse no dia que eu vim lançar esse projeto do governo do Maranhão e eu trouxe um presente para o senhor*”. Aí mandei pegar o presente e falei: “*Este chuveiro, o senhor*

*disse que ia morrer e nunca ia tomar banho debaixo de um chuveiro, ainda bem que o senhor não morreu e o chuveiro está aqui para o senhor tomar banho*”. Mas o que era aquilo? Aquilo era é um simbolismo para que as pessoas pudessem ter o sentimento de voltar a acreditar no Poder Público, que eu acho que isso tem faltado no nosso Brasil. Muitas críticas às entidades, muitas críticas ao Poder Público, muitas críticas aos políticos, mas eu não vejo possibilidade de transformação social que não seja por meio da política e dos órgãos públicos responsáveis para garantir os direitos da nossa sociedade. Portanto, no dia de hoje, de homenagear a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do nosso Estado, eu fico muito honrado em ser o autor deste requerimento e tenho certeza de que, doutora Carolina, doutor Alberto, todos os defensores que estão aqui presentes, esta Casa Legislativa e todos os seus 42 pares estarão à disposição para que a Assembleia do Maranhão possa contribuir cada vez mais para o avanço da nossa Defensoria Pública no Estado. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Neste momento, faremos a entrega da Medalha de Confirmação Zilda Arns aos defensores públicos. Convido o doutor Alberto Bastos, defensor público geral, para fazer a entrega. O secretário Rodrigo Lago e o autor do requerimento para esta sessão, deputado Neto Evangelista. Senhora Vanessa Lira, representando a defensora Claudia Isabele Freitas Pereira Damus. A defensora Moema Campos de Oliveira Zocrato. Defensora Vanessa Lira Brasil e o senhor Mário Sérgio Moura Santos, representando o defensor Florêncio Alves Brandão Neto. Defensora Carla Karine de Melo Bezerra, senhora Camila Sales, representando o defensor Pedro Ícaro Cochrane Santiago Viana; defensor Victor de Sousa Lima e defensora Camila Sales Coelho. Defensora Geruska Barros Campelo, defensor Yan Barbosa Nascimento, defensor Mário Sergio Moura Santos e a senhora Ana Júlia da Silva, representando o defensor Arthur Magno Dantas de Araújo. Defensora Ana Júlia da Silva vai voltar com muita medalha para Casa, defensora, representando, recebendo. Defensor Artur Moura Costa, com a sua representante, senhora Juliana Aquiles. Defensor Pablo Diógenes Furtado de Carvalho e a defensora Juliana Aquiles Guedes.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DR. YGLÉSIO – Convido o senhor deputado Neto Evangelista para reassumir a Presidência da presente Sessão Solene.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Senhores, essa é uma medalha da Defensoria Pública do Estado oferecida aos defensores públicos estaduais. Apenas para frisar que é a Medalha de confirmação Zilda Arns. Eu concedo a palavra à Defensora Pública Vanessa Lira, representando os Defensores homenageados.

A SENHORA DEFENSORA PÚBLICA VANESSA LIRA – Obrigada, Deputado Neto Evangelista. Já queria começar agradecendo V. Exa. por ter convocado essa Sessão Solene aqui em homenagem à Defensoria e aos 18 anos. Eu me senti lisonjeada, e tenho certeza que todos os meus colegas aqui presentes tiveram esse mesmo sentimento. Por isso gostaria de cumprimentar a Mesa Diretora em seu nome. Gostaria de cumprimentar também todos os defensores aqui presentes em nome do Dr. Gabriel Furtado, nosso Defensor Geral, cumprimento também a sociedade civil e toda a comunidade aqui presente em nome da Conselheira Esmeralda Freire. E, por fim, cumprimento também os demais presentes, as pessoas que estão aqui trabalhando nos bastidores, tirando as fotos, assessores parlamentares, cumprimento todos vocês que fazem esse evento acontecer por meio do Márcio, nosso fotógrafo aqui da Defensoria. Há três anos nós entramos aqui na Defensoria Pública, na Assembleia. Nós tomamos posse aqui nesta Casa, dia 7 de abril de 2016. Três anos se passaram e esse mês a Defensoria Pública completa 18 anos. E nós, que éramos meninos naquele tempo, eu lembro que eu era uma das mais velha da turma dos 18 que entraram. Eu era uma das mais velhas. Meninos que fomos jogados com toda aquela responsabilidade nas costas, ir para o interior, representar as pessoas, liderar uma Comarca e representar todos aqueles sonhos





daquelas pessoas que vão à Defensoria Pública diariamente buscar os seus direitos. Era um peso e responsabilidade muito grande, mas nós, mesmo meninos, assumimos. E hoje, três anos depois, eu vejo o quanto nós evoluímos, o quanto nós nos tornamos pais e mães de família, o quanto nós crescemos junto a esta instituição. E isso, com certeza, veio também do nosso curso de formação e das pessoas que vieram antes da gente. Eu lembro que no nosso curso de formação é aquele medo, aquela ansiedade. Mas os defensores, eu me lembro muito bem, Suzana Camilo falando da execução, Gabriel falando da infância. E aquela vontade, todos nós estávamos naquela vontade de ir logo para o interior, porque ia ajudar as pessoas. Eu cheguei com aquele sonho, com aquela esperança. E isso foi muito motivado por todos os defensores que nos antecederam. Eles mostraram que a gente tinha que lutar. Eles estavam precisando da gente. A população estava precisando da gente. E hoje eu tenho a satisfação imensa de dizer que o meu sonho, o sonho de todos nós que entramos ali naquele início se concretizou. A Defensoria Pública é muito mais do que eu pensava, é muito mais do que eu sonhava. Eu entrei com aquela necessidade de ajudar, de querer ajudar, de querer resolver os problemas de todas as pessoas do mundo. E o que foi o que eu vi? Eu vi que não é nada é fácil. Como o Dr. Alberto falou, as coisas para a Defensoria Pública são sempre muito difíceis. Mas nós temos esperança. Nós somos combatíveis e fico até um pouco emocionada, porque cada pessoa que a gente ajuda é como o deputado Yglésio falou, nós somos os heróis deles. Nós não estamos na mídia. Nós não estamos ali nas primeiras páginas dos jornais, mas somos os heróis de muitas pessoas. Eu sou heroína todos os dias na minha comarca, que atualmente é Bacabal, daquelas pessoas que não têm registro. Outro dia, terça-feira, fiz uma audiência de uma senhora de 58 anos que tinha 11 filhos. Não é registrada e nenhum dos filhos dela é registrado, e moram lá em Bacabal. Nenhum dos filhos têm registro, nenhum dos filhos frequentou escola. Então me senti uma heroína naquele dia de poder proporcionar a uma família dignidade. Me senti heroína ainda ontem quando uma pessoa veio porque sua energia foi cortada; e ela não sabia o que fazer porque tinha um filho deficiente, precisava de energia. Buscou a Defensoria e, imediatamente, graças a uma parceria que temos aqui em São Luís, a CEMAR, pelo WhatsApp, vou ligar a energia dela agora. Vou parcelar em 12 vezes a dívida que era de 137 reais. Parcelou em 12 vezes e, no mesmo dia, a energia daquela senhora foi ligada, e aquela criança deficiente que precisava de energia. “Ela tem pai, senhora? Como é a situação dela?” “Não, ela nunca foi registrada. O pai mora aqui, aqui atrás”. “Que isso, senhora? E a senhora tem outros filhos?” “Tenho uma de 15 anos, que está aqui fora com o neném dela”. “Pois vamos providenciar pai para todo mundo, alimento para todo mundo. Segunda-feira, a senhora esteja aqui. Segunda-feira, eu vou atendê-la. Segunda-feira a senhora esteja aqui com os documentos desses meninos ‘tudinho’, com endereço completo dos pais. Traga as testemunhas que a gente vai dar um jeito de ligar sua energia. E eu quero saber dos pais desses meninos dando conta”. E no mesmo momento a pessoa da CEMAR que tem uma parceria com a Defensoria aqui em São Luís, já disse. “Doutora, ela está inscrita no cadastro VIP?” “Está não”. “Vamos inscrever no cadastro VIP. Chame suas vizinhas, vamos inscrever todo mundo no cadastro VIP”. E isso que é a Defensoria, é a luta com a dificuldade, é a luta com a ajuda, com a parceria das instituições. É por isso que eu estou aqui nesse dia. Vou ser breve, para não atrapalhar já o horário do almoço, para agradecer. Agradecer à sociedade que tanto nos impulsiona, porque é por vocês que nós estamos todos os dias. As dificuldades são muitas. Quando eu penso que eu consegui resolver um problema, chega duzentos processos, e tem trinta pessoas para serem atendidas. E quando eu penso em esmorecer, quando eu penso em entristecer, “poxa não vai dar certo, não vou conseguir, isso aqui não vai mudar”, eu vou no caminho para o Fórum, passa uma senhora de moto: “Doutora, minha defensora!”. Acabou minha tristeza. Acabou. Ali eu me renovei. Ali eu sei que no outro dia eu vou acordar de manhã e oito horas eu vou estar lá para atender todo mundo, e eu sei que vai dar certo. A administração superior tem batalhado muito por isso. E eu lembrei aqui, na época em que a gente entrou, um defensor. Não lembro se foi Dr. Cosmo. Se foi, eu não lembro. Ele falou: “Eu gosto muito quando vocês novatos entram na carreira. Fico muito feliz”; e eu: “Por quê?”. “Vocês renovam

a gente. A gente já está cansado. A gente já está desesperançoso. A gente já está acreditando que as coisas não vão mudar. Vocês entram com esse sangue verde. Vocês nos renovam”. E é isso que eu quero. Eu quero mais defensores. Que venham os novatos agora do concurso, para renovarem o nosso sangue, para a gente não desistir da nossa luta, para a gente colocar a população em primeiro lugar. E é isso. Que Deus nos dê garra, nos dê força e nos dê esperança por dias melhores para lutar por essa população maranhense, que tanto necessita de nós.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO NETO EVANGELISTA - Senhores e senhoras, a Sessão se estendeu muito mais do que o previsto, mais do que as Sessões Solenes costumam se estender aqui na Assembleia Legislativa. Isso é um bom sinal. Isso não é um mau sinal. Isso é um bom sinal. O Dr. Alberto Bastos está oferecendo um almoço a todos os senhores e senhoras, mas a defensora Dra. Carolina disse que vai rachar a conta também junto com ele para não ficar por baixo. Fico muito grato a todos os senhores, todas as senhoras pela presença nesta Sessão Solene que homenageia a nossa Defensoria Pública. Esta Casa se engrandece com a presença dos senhores. Esta Casa se engrandece com a homenagem aos nossos defensores públicos, aos homens e mulheres que travam lutas em prol da nossa sociedade, daquelas pessoas mais necessitadas, aquelas pessoas que o Poder Público tem por dever e a obrigação assistir. Então às Defensoras que estão aqui presentes, minha amiga Gersa, Defensores que estão aqui presentes, meu muito obrigado em nome da Assembleia Legislativa, os representantes do povo do Maranhão que aqui estão nesta Casa. Em nome do Deputado Arnaldo Melo, agradeço a presença de todos os deputados que estiveram presentes nesta Sessão, na certeza que esta é uma Sessão Solene que ficará marcada nos Anais da Assembleia Legislativa do Maranhão. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

## RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2019, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “WALDIR FILHO” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

### PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

NETO EVANGELISTA – PRESIDENTE  
ANTÔNIO PEREIRA  
WENDEL LAGES  
CÉSAR PIRES  
FERNANDO PESSOA  
ZÉ INÁCIO LULA  
RAFAEL LEITOA  
DOUTOR YGLÉSIO (Suplente)

### PAUTADA REUNIÃO:

**PARECER Nº 170/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 144/2019 - DISPÕE sobre a gratuidade do uso dos estacionamentos dos Shoppings Centers, Centros Comerciais e Hospitais, para as pessoas idosas acima de 60 anos, no Estado do Maranhão e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado RIGO TELES

RELATORIA: Deputado ANTÔNIO PEREIRA

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 184/2019** -Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 161/2019 - OBRIGA a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão a garantir vaga na rede de ensino estadual, nas escolas de regime de tempo integral, aos alunos cuja genitora ou responsável possua dependente com doença rara.

AUTORIA: Deputado EDIVALDO HOLANDA

RELATORIA: Deputado FERNANDO PESSOA



DECISÃO: APROVADO por unanimidade, na forma de SUBSTITUTIVO, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 186/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 169/2019 - CONSIDERA de Utilidade Pública a Colônia de Pescadores, Z-10 do Município de São Luís, no Estado do Maranhão .**

AUTORIA: Deputado EDSON ARAÚJO

RELATORIA: Deputado ZÉ INÁCIO LULA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 188/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 183/2019- DISPÕE sobre a presença de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas exposições de eventos públicos e privados culturais e sociais.**

AUTORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

RELATORIA: Deputado ANTONIO PEREIRA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, na forma de SUBSTITUTIVO, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 203/2019 - Emitido à PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 002/2019 - ACRESCENTA inciso ao § 11 do Art. 24, da Constituição Estadual (Remuneração do Trabalho Noturno Superior à do Diurno).**

AUTORIA: Deputado RIGO TELES

RELATORIA: Deputado ANTÔNIO PEREIRA

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 206/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 171/2019 - INSTITUI o Estatuto da Pessoa Portadora de Doenças Crônicas no Estado do Maranhão.**

AUTORIA: Deputado ARNALDO MELO

RELATORIA: Deputado ANTÔNIO PEREIRA;

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 207/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 178/2019 - OBRIGA a instalação de detectores de metais nos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Maranhão .**

AUTORIA: Deputado EDIVALDO HOLANDA

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 208/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 184/2019 - ESTABELECE a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às pessoas que utilizem cadeiras de rodas ou com mobilidade reduzida, nos eventos organizados em espaços públicos no âmbito do Estado do Maranhão.**

AUTORIA: Deputado EDIVALDO HOLANDA

RELATORIA: Deputado FERNANDO PESSOA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 210/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 193/2019 - Institui no Calendário Oficial de Eventos do Maranhão a “Semana Estadual dos Museus”**

AUTORIA: Deputado WENDELL LAGES

RELATORIA: Deputado ZÉ INÁCIO LULA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 211/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 194/2019 - DISPÕE sobre a “Semana de Prevenção à Gravidez não Planejada na Adolescência”, nas Escolas Estaduais, Municipais e Particulares do Estado do Maranhão.**

AUTORIA: Deputada HELENA DUAILIBE

RELATORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, na forma de SUBSTITUTIVO, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 212/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 137/2019 - DISPÕE sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.**

AUTORIA: Deputado RAFAEL LEITOA

RELATORIA: Deputado ZÉ INÁCIO LULA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, na forma de SUBSTITUTIVO, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 214/2019 - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 029/2019 - ALTERA a redação da Resolução Legislativa nº 546/2008, que institui o Prêmio Cinematográfico Assembleia Legislativa do Maranhão.**

AUTORIA: Deputado RIGO TELES

RELATORIA: Deputado CÉSAR PIRES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 215/2019 - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 033/2019 - CONCEDE a Medalha do Mérito Legislativo “João do Vale” à Instituição Cultural Central de Bumba Meu Boi dos Sotaques da Baixada e Costa de Mão.**

AUTORIA: Deputada DETINHA

RELATORIA: Deputado FERNANDO PESSOA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 216/2019 - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 027/2019 - CONCEDE a Medalha “Manuel Beckman” à Senhora PATRÍCIA DA SILVA SOUSA.**

AUTORIA: Deputado ROBERTO COSTA

RELATORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 217/2019 - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 034/2019 - CONCEDE a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman” ao Doutor LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO, Procurador Geral de Justiça do Maranhão.**

AUTORIA: Deputada ANDRÉIA REZENDE

RELATORIA: Deputado ZÉ INÁCIO LULA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 218/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 192/2019 - INSTITUI no Calendário Oficial de Eventos do Estado a “Semana Maranhense de Gastronomia”.**

AUTORIA: Deputado WENDELL LAGES

RELATORIA: Deputado CÉSAR PIRES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 220/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 189/2019 - DISPÕE sobre a obrigatoriedade para que todos batalhões, companhias e destacamentos militares situados no Estado do Maranhão sejam cognominados em homenagem à policiais e/ou bombeiros militares maranhenses mortos em serviços ou em razão deste, e dá outras providências.**

AUTORIA: Deputado PARÁ FIGUEIREDO

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 221/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 214/2019 - CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiros do Município de Presidente Vargas, no Estado do Maranhão.**

AUTORIA: Deputado ARNALDO MELO

RELATORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 222/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 215/2019 - CONSIDERA de Utilidade Pública o Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas – IESTI, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão .**

AUTORIA: Deputado RAFAEL LEITOA

RELATORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 223/2019 - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 030/2019 - ESTABELECE o Valor**



da Mensalidade dos Associados da Sede Esportiva e Social da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Clube da Assembleia), e dá outras providências.

AUTORIA: MESA DIRETORA

RELATORIA: Deputado RAFAEL LEITOA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 224/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 029/2019 - DISPÕE sobre a exigência de comprovação de equidade salarial entre homens e mulheres para as Empresas que contratarem com o Poder Público Estadual, e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado ROBERTO COSTA

RELATORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

DECISÃO: APROVADO por maioria, nos termos do voto do Relator, contra o voto do Senhor Deputado Rafael Leitoa.

**PARECER Nº 227/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 217/2019 - INSTITUI o "Dia Estadual de Combate à Poluição nas Praças e Limpeza Das Praias e Lagoas Maranhenses" e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado FELIPE DOS PNEUS

RELATORIA: Deputado RAFAEL LEITOA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 229/2019** - Emitido ao VETO PARCIAL aposto ao PROJETO DE LEI Nº 045/2019 - DISPÕE sobre a proibição de utilização de canudos produzidos em material plástico, nos estabelecimentos comerciais e afins, e dá outras providências, de iniciativa do Senhor Deputado ADELMO SOARES.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: Deputado ANTÔNIO PEREIRA

DECISÃO: Por maioria, pela MANUTENÇÃO do Veto Parcial, nos termos do voto do Relator, contra os votos dos Senhores Deputados Doutor Yglésio e Neto Evangelista.

**PARECER Nº 230/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 201/2019 - GARANTE isenção do pagamento de IPVA as pessoas em tratamento de câncer.

AUTORIA: Deputado RIGO TELES

RELATORIA: Deputado DOUTOS YGLÉSIO

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 231/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 200/2019 - INSTITUI a "Campanha Estadual Antitabagismo" nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Maranhão .

AUTORIA: Deputado EDIVALDO HOLANDA

RELATORIA: Deputado DOUTOR YGLÉSIO

DECISÃO: Pela PREJUDICABILIDADE, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 233/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 202/2019 - ESTABELECE Diretrizes para a Instituição do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Maranhão – SEISP/MA e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado CIRO NETO

RELATORIA: Deputado FERNANDO PESSOA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 234/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 219/2019 - EXTINGUE a Fundação Nice Lobão e dá outras providências.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: Deputado RAFAEL LEITOA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 235/2019** - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 026/2019 - DISPÕE sobre a Criação da Frente Parlamentar em Defesa do Banco do Nordeste do Brasil – BNB e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado HÉLIO SOARES

RELATORIA: Deputado CÉSAR PIRES

DECISÃO: Pelo encaminhamento da presente Proposição, na forma de Requerimento registrado perante a Mesa Diretora, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 239/2019** - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 173/2019 – ALTERA a Lei nº 10.951, de 19 de novembro de 2018, que INSTITUI o Programa de realização de Palestra e/ou Atividades extracurriculares sobre o Código de Defesa do Consumidor e Educação Financeira no âmbito do Estado do Maranhão.

AUTORIA: Deputado ADRIANO

RELATORIA: Deputado CÉSAR PIRES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 240/2019** - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 035/2019 - CONCEDE o Título de Cidadão Maranhense à Senhora MARIA DA CONCEIÇÃO FORTES BRAGA DE CAMARGO (Concita Braga).

AUTORIA: Deputado DUARTE JÚNIOR

RELATORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 241/2019** - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 036/2019 - CONCEDE a Medalha do Mérito Legislativo "João do Vale" à SENHORA MARIA DA CONCEIÇÃO FORTES BRAGA DE CAMARGO (Concita Braga).

AUTORIA: Deputada DUARTE JÚNIOR

RELATORIA: Deputado NETO EVANGELISTA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

**PARECER Nº 242/2019** – (EM REDAÇÃO FINAL) - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 015/2019 – REGULAMENTA o uso dos painéis eletrônicos do Plenário, do Plenarinho e das Salas das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa.

AUTORIA: Deputado DOUTOR YGLÉSIO

RELATORIA: Deputado CÉSAR PIRES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "WALDIR FILHO" DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 16 de maio de 2019. GLACIMAR MELO FERNANDES - Secretária da Comissão

### RESENHA DA VOTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2019, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM" DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

#### PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

HÉLIO SOARES – PRESIDENTE

MICAL DO DAMASCENO

EDVALDO HOLANDA

RILDO AMARAL

WENDELL LAGES (suplente)

ZÉ INÁCIO LULA

#### PAUTA DA REUNIÃO:

**PARECER Nº 001/2019** – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 125/2019, de autoria do deputado Wendell Lages que estabelece as diretrizes para a instituição da campanha permanente de combate ao bullying no âmbito do Estado do Maranhão

AUTORIA: Deputado WENDELL LAGES

RELATORIA: Deputada MICAL DAMASCENO





DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 15 de maio de 2019.

ANTONIO GUIMARÃES DE FREITAS  
Secretário da Comissão

### RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2019, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

#### PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

FÁBIO MACÊDO – Presidente  
ZITO ROLIM -  
WENDELL LAGES  
ANTÔNIO PEREIRA  
PAULO NETO  
FERNANDO PESSOA  
ARNALDO MELO

#### PAUTA DA REUNIÃO:

**PARECER N° 003/2019** – Emitido ao PROJETO DE LEI N° 162/2019 – que Estabelece Diretrizes para implantação do Programa Linhas de Produção no estado do Maranhão e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado CIRO NETO

RELATORIA: Deputado FÁBIO MACÊDO

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do Voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 16 de maio de 2019. Silvana Roberta Almeida - Secretária de Comissão

### RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2019, ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS, NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

#### PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

NETO EVANGELISTA – PRESIDENTE  
ZÉ INÁCIO LULA  
RAFAEL LEITOA  
ANTÔNIO PEREIRA  
CÉSAR PIRES  
WENDELL LAGES

#### PAUTA DA REUNIÃO:

**PARECER VERBAL** – Emitido ao PROJETO DE LEI N° 241/2019 – que INSTITUI o Dia Estadual do Ministério Público do Maranhão.

AUTORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATORIA: Deputado ANTÔNIO PEREIRA

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 17 de maio de 2019. GLACIMAR MELO FERNANDES - Secretária da Comissão

### RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS, REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2019 ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS NA SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

#### PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

Duarte Júnior-Presidente  
Edivaldo Holanda  
Dra. Helena Duailibe  
Wendell Lages  
Zé Inácio

#### CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA

**PARECER N° 008/2019** - Emitido ao Projeto de Lei n° 148/19, que Garante aos consumidores o direito de livre escolha da oficina ao acionar sua seguradora em caso de sinistro

AUTORIA: Deputado Wellington do Curso

RELATORA: Deputada Helena Duailibe

**PARECER N° 009/19** - Emitido ao Projeto de Lei n° 174/19, que Dispõe sobre a devolução de taxa de matrícula pelas Instituições de Ensino Superior Privadas

AUTORIA: Deputado Adriano

RELATOR: Deputado Duarte Júnior

DECISÃO: APROVADO por unanimidade nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 16 de maio de 2019. Silvana Roberta Amaral Almeida - Secretária da Comissão

**AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO.PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2019-CPL/AL.PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4055/2017-AL .A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Pregoeiro, Gabriel Manzano Dias Marques, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico N° 004/2019, cujo objeto trata da aquisição de “Equipamento de Telefonia Ip Media Gateway”, torna público para conhecimento dos interessados que adiará a sessão de licitação do Pregão em epígrafe, anteriormente marcada para às 14:00 horas do dia 04 de junho de 2019, até ulterior deliberação. São Luís, 17 de maio de 2019. Gabriel Manzano Dias Marques-Pregoeiro**

### ADITIVO

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

#### RESENHA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 02/2018-AL.

**PARTES:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO e empresa KENTA INFORMÁTICA S.A. **OBJETO:** Prorrogação do presente contrato em 12 (doze) meses, com início em 21 de maio de 2019 e término em 21 de maio de 2020 e reajuste do valor total do contrato para R\$ 151.448,36 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos). **VALOR TOTAL:** R\$ 151.448,36 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos) tendo sido emitida nota de empenho N.º 2019NE000993 em 16/05/2019, no valor de R\$ 92.551,80 (noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101– Assembleia Legislativa. Gestão: 00001–Gestão Geral. Função: 01 - Legislativa. Subfunção: 031 – Ação Legislativa. Programa: 0318 – Gestão Legislativa. Natureza de Despesa: 33.90.40.06 – Locação de



Software. Ação: 4628 – Atuação Legislativa. Subação: 000011 – Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (MANUTENÇÃO). Fonte: 0.1.01.000000–Recursos Ordinários–Tesouro - 0101000000. **BASE LEGAL:** Lei 8.666/93 e Processo Administrativo nº 1547/2019-ALEMA. **DATA DA ASSINATURA:** 17/05/2019. **ASSINATURA:** Deputado Glalbert Nascimento Cutrim - Presidente Interino da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e KENTA INFORMÁTICA S.A, CNPJ 01.276.330/0001-77, através de seu Diretor Presidente Carlos Antenor Barrios. São Luís–MA, 20 de maio de 2019. Tarcísio Almeida Araújo– Procurador-Geral da ALEMA.

## ADITIVO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

## RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 11/2018-AL.

**PARTES:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO e empresa TECHNOCOPY EQUIPAMENTOS SUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** Prorrogação do presente contrato em 12 (doze) meses, com início em 28 de maio de 2019 e término em 28 de maio de 2020 e reajuste do contrato em 17,7% (dezesete virgula sete por cento) de forma que seu valor mensal passará de R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais) para R\$ 13.000,00 (treze mil e trezentos reais). **VALOR TOTAL:** R\$ 159.600,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos reais) tendo sido emitida nota de empenho N.º 2019NE000800 de 23/04/2019, no valor de R\$ 93.100,00 (noventa e três mil e cem reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101–Assembleia Legislativa. Gestão:00001–Gestão Geral. Função: 01 – Legislativa. Subfunção: 031 – Ação Legislativa. Programa: 0318 – Gestão Legislativa. Ação: 4628 – Atuação Legislativa. Subação: 000011 – Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (MANUTENÇÃO). Natureza da Despesa: 33.90.40.16 – Outsourcing de Impressão. Fonte: 0.1.01.000000–Recursos Ordinários–Tesouro - 0101000000. **BASE LEGAL:** Lei 8.666/93 e Processo Administrativo nº 1416/2019 ALEMA. **DATA DA ASSINATURA:** 15/05/2019. **ASSINATURA:** Deputado Othelino Nova Alves Neto–Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e TECHNOCOPY EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ 05.060.367/0001-14 através de seu representante legal Adílson Souza de Brito. São Luís–MA, 16 de maio de 2019. Tarcísio Almeida Araújo– Procurador-Geral da ALEMA.

## APOSTILA

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

## RESENHA DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 13/2018-AL.

**PARTES:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO e empresa SETE CORES INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. **OBJETO:** Emissão da Nota de Empenho nº 2019NE000813, em 25/04/2019, no valor de R\$ 187.700,00 (cento e oitenta e sete mil e setecentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101–Assembleia Legislativa. Gestão: 00001 – Gestão Geral. Função: 01 – Legislativa. Subfunção: 031 – Ação Legislativa. Programa: 0318 – Gestão Legislativa. Natureza de Despesa: 33.90.30.41–Material Gráfico. Ação: 4628 – Atuação Legislativa. Subação: 000011 – Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (Manutenção). Fontes de recursos: 0.1.01.000000–Recursos Ordinários – Tesouro - 0101000000. **BASE LEGAL:** art. 65, §8º da Lei Federal 8.666/93. **DATA DA ASSINATURA:** 13/05/2019. **ASSINATURA:** Deputado Othelino Nova Alves Neto–Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. São Luís–MA, 15 de maio de 2019. Tarcísio Almeida Araújo– Procurador-Geral da ALEMA.

## APOSTILA

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

## RESENHA DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 12/2018-AL.

**PARTES:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO e empresa SETE CORES INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. **OBJETO:** Emissão da Nota de Empenho nº 2019NE000812, em 25/04/2019, no valor de R\$ 60.310,00 (sessenta mil, trezentos e dez reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101–Assembleia Legislativa. Gestão: 00001 – Gestão Geral. Função: 01 – Legislativa. Subfunção: 031 – Ação Legislativa. Programa: 0318 – Gestão Legislativa. Natureza de Despesa: 33.90.30.41–Material Gráfico. Ação: 4628 – Atuação Legislativa. Subação: 000011 – Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (Manutenção). Fontes de recursos: 0.1.01.000000–Recursos Ordinários – Tesouro - 0101000000. **BASE LEGAL:** art. 65, §8º da Lei Federal 8.666/93. **DATA DA ASSINATURA:** 13/05/2019. **ASSINATURA:** Deputado Othelino Nova Alves Neto–Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. São Luís–MA, 15 de maio de 2019. Tarcísio Almeida Araújo– Procurador-Geral da ALEMA.

## APOSTILA

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

## RESENHA DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 14/2018-AL.

**PARTES:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO e empresa SETE CORES INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. **OBJETO:** Emissão da Nota de Empenho nº 2019NE000819, em 25/04/2019, no valor de R\$ 120.050,00 (cento e vinte mil e cinquenta reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101–Assembleia Legislativa. Gestão: 00001 – Gestão Geral. Função: 01 – Legislativa. Subfunção: 031 – Ação Legislativa. Programa: 0318 – Gestão Legislativa. Natureza de Despesa: 33.90.30.41–Material Gráfico. Ação: 4628 – Atuação Legislativa. Subação: 000011 – Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (Manutenção). Fontes de recursos: 0.1.01.000000–Recursos Ordinários – Tesouro - 0101000000. **BASE LEGAL:** art. 65, §8º da Lei Federal 8.666/93. **DATA DA ASSINATURA:** 06/05/2019. **ASSINATURA:** Deputado Othelino Nova Alves Neto–Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. São Luís–MA, 15 de maio de 2019. Tarcísio Almeida Araújo– Procurador-Geral da ALEMA.

TERMO DE AJUSTE DE CONTAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

## EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE DE CONTAS.

**PARTES:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO e EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC. **OBJETO:** Pagamento à empresa contratada, do rateio do consumo de energia elétrica do transmissor da TV Assembleia, localizado no prédio da Contratada, referente ao mês de abril de 2019, conforme atestado nos autos do processo administrativo nº 2082/2019. **VALOR DO TERMO DE AJUSTE DE CONTAS:** R\$ 37.190,62 (trinta e sete mil, cento e noventa reais e sessenta e dois centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101–Assembleia Legislativa. Gestão: 00001– Gestão Geral. Função: 01 - Legislativa. Subfunção: 031 – Ação Legislativa. Programa: 0318 – Gestão Legislativa. Ação: 4628 – Atuação Legislativa. Subação: 000011 – Atuação Legislativa no Estado do Maranhão. Natureza da Despesa: 33.90.93.00 – Indenizações e Restituições. Fonte: 0.1.01.000000–Recursos Ordinários–Tesouro – 0101000000. **BASE LEGAL:** arts. 60/64 da Lei n.º 4.320/64 e Processo Administrativo nº 2082/2019-ALEMA. **DATA DE ASSINATURA:** 09/05/2019. **ASSINATURA:** CONTRATANTE – Deputado Othelino Nova Alves Neto - Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e Carlos Alberto da Rocha Pereira – Fiscal do Acordo/Termo. São Luís – MA, 16 de maio de 2019. Tarcísio Almeida Araújo - Procurador-Geral da Assembleia Legislativa



**ESTADO DO MARANHÃO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
PALÁCIO MANUEL BECKMAN  
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

**PODER LEGISLATIVO**

---

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.  
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau  
Fone (98) 32693701 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA  
Site: [www.al.ma.gov.br](http://www.al.ma.gov.br) - E-mail: [diario@al.ma.gov.br](mailto:diario@al.ma.gov.br)

**OTHELINO NETO**  
Presidente

**VALNEY DE FREITAS PEREIRA**  
Diretor Geral

**BRÁULIO MARTINS**  
Diretoria Geral da Mesa

**EDWIN JINKINGS RODRIGUES**  
Diretoria de Comunicação

**RAIMUNDO JOÃO LIMA RIBEIRO**  
Núcleo de Suporte de Plenário

**CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK**  
Núcleo de Diário Legislativo

---

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembleia, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados à Secretária Geral da Mesa via rede interna, SAPL;**
- b) Matéria externa deverá ser enviada por e-mail, CD ou Pen Drive;**
- c) Medida da página em formato A4;
- d) Editor de texto padrão: Word for Windows - versão 6.0 ou superior;
- e) Tipo de fonte: Times New Roman;
- f) Tamanho da letra: 12;
- g) Entrelinhas automático;
- h) Excluir linhas em branco;
- i) Tabela/Quadros sem linhas de grade ou molduras;
- j) Gravar no CD ou Pen Drive, sem compactar, sem vírus de computador;
- l) O CD ou Pen Drive só deverá ser gerado após o ato estar devidamente assinado;**
- m) Utilize tantos Cds quanto seu texto exigir;
- n) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas e não publicadas.**



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.